**Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho**
**Departamento de Promoção e Defesa aos Direitos Fundamentais e Cidadania**

# Comitê Gestor Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua do Estado do Paraná – CIAMP Rua/PR

## RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

## 2019

## 1. INTRODUÇÃO

O Comitê foi criado pelo Decreto Estadual nº 2.405 de 15 de setembro de 2015, no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos – SEJU, seguindo as diretrizes do Decreto Nacional nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, que criou a Política Nacional da População em Situação de Rua.

O CIAMP Rua/PR é uma instância de gestão intersetorial de caráter consultivo, propositivo e de monitoramento da Política Estadual para a População em Situação de Rua. Tem por finalidade possibilitar e auxiliar a implementação e monitoramento das Políticas Públicas voltadas a este segmento, em todas as esferas da Administração Pública no Estado do Paraná, a fim de garantir a promoção e proteção dos direitos humanos e exercer a orientação normativa e consultiva sobre os direitos fundamentais das pessoas em situação de rua no Estado do Paraná.

O CIAMP Rua/PR possui como uma de suas atribuições elaborar e apresentar, anualmente, à Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho - SEJUF, ao Departamento competente e à Sociedade, relatório circunstanciado de todas as atividades desenvolvidas pelo Comitê no período.

No dia 14 de fevereiro de 2017, foi dada posse aos membros do CIAMPRua, em solenidade específica, pelo Secretário de Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, Artagão Junior.

Na gestão 2017 – 2018, fizeram parte do CIAMP Rua/PR com direito a voto, os membros indicados que representam os seguintes órgãos: Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos – SEJU, Secretaria de Estado da Educação - SEED, Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS, Secretaria de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária - SESP e a Secretaria de Estado da Saúde - SESA, bem como cinco entidades representantes da sociedade civil organizada: Movimento Nacional da População em Situação de Rua - MNPR, Instituto Nacional da População de Rua – INRUA, Fraternidade Aliança Toca de Assis – TOCA, Casa da Acolhida São José e Pastoral do Povo de Rua.

Na gestão 2019 – 2020, houve alterações na área governamental, decorrente da fusão de duas Secretarias SEJU/SEDS, justiça e assistência social – ficando assim: Secretaria da Justiça, Família e Trabalho – SEJUF, ficando com duas vagas no Comitê representando a assistência social e a justiça. Os demais órgãos governamentais permaneceram inalterados. Na área da Sociedade civil, houve uma alteração: saiu a Fraternidade Aliança Toca de Assis e entrou o Conselho Regional de Psicologia – CRP. As demais instituições da sociedade civil, permaneceram inalteradas.

## 2. DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO E COMPROMISSOS GERAIS

**1** – O Termo de Adesão à Política Nacional para População em Situação de Rua, de natureza intersetorial, que celebram a União e o Estado do Paraná, exige ação conjunta das seguintes políticas públicas: direitos humanos; segurança pública e justiça; trabalho e emprego; desenvolvimento urbano e habitação; assistência social; educação; segurança alimentar e nutricional; saúde; cultura; esporte e lazer.

Constituem as prioridades e compromissos eleitos pelos partícipes celebrantes deste Termo:

I - Consolidação e implementação da Política Nacional para a População em Situação de Rua;
II - Proteção e promoção dos direitos humanos das pessoas em Situação de Rua; e
III - Combate à violência.

**2. Plano de Trabalho 2017**

Os eixos escolhidos para o ano de 2017, são os que seguem:

- Realizar o levantamento de todas as políticas públicas em benefício da população em situação de rua, que estão implantadas e em andamento no Estado do Paraná;
- Sugerir melhorias nas políticas públicas para pessoas em situação de rua na área da Segurança Pública; Trabalho e emprego; Habitação e Moradia; e também na Educação.

Destes eixos, foram trabalhados durante o ano: a área da Segurança Pública, área do Trabalho, Emprego, Habitação e Moradia. Dada a complexidade e amplitude das duas áreas anteriores (Habitação e Moradia), os assuntos foram estendidos por várias reuniões. Em razão disso, as discussões e encaminhamentos referentes à área da Educação foram postergados para 2018, por decisão unânime do CIAMP Rua Estadual.

## 3. PLANO DE TRABALHO 2018

O Plano de Trabalho para 2018, foi idealizado e aprovado pelo Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da População em Situação de Rua – CIAMP Rua PR, que atua com natureza intersetorial em ação conjunta das seguintes políticas públicas: justiça, direitos humanos, cidadania, segurança pública, trabalho e emprego, moradia e habitação, assistência social, educação e saúde.
Os eixos escolhidos são os que seguem:

- Divulgação e fortalecimento da Política para População em Situação de rua;
- Acompanhamento das ações realizadas, voltadas para a população em situação de rua no Estado do Paraná

- Pauta Permanente: Desenvolver estratégias de enfrentamento à violência letal, bem como, institucional e difusa contra a população em situação de rua disseminar o direito à moradia como estratégia prioritária para a superação da situação de rua.

Foram realizadas, no ano de 2018, 11 reuniões ordinárias do CIAMPRua, com destaque da reunião do mês de agosto, quando aconteceu a primeira Reunião Ordinária Ampliada, com a presença do município de Curitiba e de diversos municípios da Região Metropolitana, bem como, outros de maior porte populacional do interior do Estado, tal como, Guarapuava, Londrina, Maringá, Umuarama e Foz do Iguaçu. O CIAMP Rua/PR com todos os seus membros, realizou uma reunião diferenciada, dando oportunidade a todos os municípios presentes fazerem apresentação de seus equipamentos e trabalhos, bem como, diálogo aberto para perguntas e respostas.

Além desta importante reunião, no ano de 2018 aconteceram avanços com a interiorização das Políticas para as pessoas em situação de rua, por iniciativa do MNPR e apoio da SEJU, com três Seminários de Políticas Públicas para este segmento da população: em maio foi em **Foz do Iguaçu**, com a presença de representantes governamentais da Tríplice Fronteira - Brasil, Paraguai, Argentina e municípios vizinhos - palestrando Ministério Público de Direitos Humanos, Defensorias Públicas Estadual e da União, Ministério de Direitos Humanos, Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, a Prefeitura de Foz do Iguaçu, bem como, Movimento Nacional da População em Situação e Rua e Instituto Nacional da População em Situação de rua;. Em setembro aconteceu o Seminário em **Cascavel** com a presença de diversos municípios, onde pela manhã foi Oficina com os profissionais de Cascavel que atuam diretamente com a pop rua e a tarde foi aberto para a população em geral – palestrando o Coordenador-Geral da Política Nacional da População em Situação de Rua, e a Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos do Estado do Paraná. Em novembro aconteceu o último Seminário do ano em **Londrina**, no Ministério Público da Justiça do Estado do Paraná – Comarca de Londrina, com a presença de representantes de municípios vizinhos, onde o Ministério Público e os membros governamentais do CIAMP Rua/PR estiveram palestrando - Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, Secretaria da Família e Desenvolvimento Social, Secretaria da Saúde, Secretaria de Segurança e Administração Penitenciária, e Companhia de Habitação do Paraná, bem como, representantes do Movimento Nacional da População em Situação de Rua. Deste último Seminário, foi elaborada e aprovada, uma Carta de Intenções que será entregue pelo MNPR ao Secretário da Justiça, Família e Trabalho, sobre as necessidades prioritárias nas políticas públicas para as pessoas em situação de rua.

## 4. PLANO DE TRABALHO 2019

Foi pensado coletivamente no cronograma de ações, sendo que algumas propostas são repetidas por serem contínuas. Foi realizado na forma de apresentação em metas, atividades, recursos necessários para que sejam desenvolvidas ações, responsáveis e o prazo, para que cada segmento responsável pela ação tenha tempo hábil para preparação de materiais necessários para a realização.

**EIXOS**

Eixo 1: Divulgação e fortalecimento da Política da População em Situação de Rua……...

Eixo 2: Acompanhamento das ações realizadas, voltadas para a população em situação de rua ...

Eixo 3: Pauta Permanente sobre Enfrentamento à Violência e Luta pela Moradia – Habitação e outros;

**AÇÕES:**

- Sensibilizar municípios para a criação do CIAMP Rua Municipal e fazer Adesão à Política Nacional da População em Situação de Rua.
- Apresentar o CIAMP Rua Pr dois Conselhos Estaduais.
- Elaborar a produção de materiais gráficos.
- Nota Técnica sobre o tema população em situação de rua.
- GT Educação – com a troca de gestores, a campanha não foi autorizada pela SEED.
- Dia de Luta da população em situação de rua – 19/08.
- Campanha moradia para a população em situação de rua – continua.
- Dados – Levantamentos: SEJUF/DAS> Censo Suas e Cadúnico; SESP > Boletim de ocorrência
- Participar de reuniões, seminários, eventos – divulgando a política e o CIAMP RUA PR - contínuo.
- Vídeo Conferência – com os CIAMPs já existentes, parceria possível com SEJUF e SESA.

## 5. ABREVIATURAS

1. PSR – População em situação de rua, ou pessoa em situação de rua;

2. CIAMP RUA/PR – Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População em Situação de Rua;

3. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

4. SEJU/PR - Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos;

5. IMAP/Curitiba - Instituto Municipal de Administração Pública da Prefeitura Municipal de *Curitiba;*

6. FAS/Curitiba – Fundação de Ação Social da Prefeitura de Curitiba;

7. MPPR-CAOPDH - Ministério Público do Estado do Paraná - Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos;

8. DPPR – Defensoria Pública do Estado do Paraná;

9. DPU – Defensoria Pública da União;

10. SEJUF – Secretaria da Justiça, Família e Trabalho;

11. SEED – Secretaria de Estado da Educação;

12. COPED – Conselho Permanente de Direitos Humanos;

13. CREAS – Centro Regional Especializado de Assistência Social;

14. UPA – Unidade de Pronto Atendimento;

15. CAPSAD – Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas;

16. CAPS – Centro de Atenção Psicossocial;

17. CADúnico – Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;

18. COMITÊ – Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População em Situação de Rua;

19. GT – Grupo de Trabalho;

20. SINAN – Sistema de Informação Nacional de Agravos de Notificação;

21. COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná;

22. POPRUA – População em Situação de Rua;

23. CRP – Conselho Regional de Psicologia;

## 6. PRINCIPAIS AÇÕES E ENCAMINHAMENTOS NO ANO DE 2019

Na sequência, segue tabela onde estão elencadas as ações e encaminhamentos realizados em 2019, pela Política Estadual para a População em Situação de Rua e pelo Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da População em Situação de Rua do Estado do Paraná.

| MÊS | AÇÕES | PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS |
|---|---|---|
| **janeiro** | 1. Finalizações da eleição do CIAMP Rua/PR | - Encaminhamentos administrativos do resultado das eleições que foram realizadas no final de 2018 |
| | 2. Preparação de Relatório | - Preparando o Relatório Circunstanciado de todas ações realizadas em 2018 pela Política da População em Situação de Rua e pelo Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua. |
| **MÊS** | **AÇÕES** | **PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS** |
| **Fevereiro reunião ordinária do CIAMP Rua/PR 19/02**/2019 | 3. Relato da finalização do Processo de Eleição 2018 – Edital 003/2018 – CIAMP Rua/PR - período de vigência 2019/2020; | - A Coordenadora do CIAMP Rua/PR/SEJUF, Dulce Darolt, relata o processo de eleição, onde três das quatro entidades habilitadas estavam presentes na reunião específica – sendo esta uma exigência do edital – sendo portanto eleitas por Aclamação: INRUA – Instituto Nacional da População em Situação de Rua, PASTORAL do Povo da Rua e Casa da Acolhida São José. A quarta entidade habilitada – CRP – Conselho Regional de Psicologia, que esteve ausente e na sequência entrou com Recurso, justificando sua ausência. Sendo assim, foi decidido pela Comissão Eleitoral eleger a entidade, visto que não houve objeções quanto a justificativa de ausência. |
| | 4. Planejamento para 2019 | - A Coordenadora do CIAMP Rua/PR/SEJUF, apresentou o calendário proposto para 2019, mantendo as reuniões nas segundas terças-feiras de cada mês, no período da tarde, sendo o mesmo aprovado pelo Comitê. |

| | |
|---|---|
| | - Sobre o Plano de Trabalho 2019 do Comitê, foi decidido pelos membros que o Comitê utilize no ano de 2019, levando em conta o planejamento do ano anterior, acrescentando e atualizando as sugestões de ações, dando assim continuidade ou acrescentando novos projetos ao Plano de Trabalho do CIAMP Rua/PR. |
| 5. Capacitação aos membros do CIAMP Rua/PR | - Casa da Acolhida sugeriu uma capacitação específica para a política da População em Situação de Rua. Regina informou que o Departamento estará propondo uma capacitação geral, incluindo todos os Conselhos, desenvolvendo as particularidades de todas as políticas no campo dos direitos humanos, como uma formação de Conselheiros. |
| 6. Previsão de despesas | - A Coordenação do CIAMP Rua/PR/SEJUF, solicita que a programação das ações do Comitê seja feita de forma antecipada, em relação às viagens, para efetivar uma base das despesas para deslocamento dos membros dos órgãos governamentais. |
| 7. Análise do Plano de Trabalho de 2018 – o que foi realizado, e o que não foi alcançado. | - Foi sugerido que fossem destacados no Plano de Trabalho de 2018, o que foi realizado e o que não foi, para ter uma melhor visualização daquilo que faltou realizar. A coordenadora do CIAMP Rua/PR se disponibilizou fazer o mesmo para a reunião de março.<br>- Foi destacado o assunto dos quatro Seminários que foram realizados em 2018, onde foram contemplados diversos objetivos e ações previstos no Plano de Trabalho de 2018. |
| 8. Atualização do IBGE sobre o CENSO POPRUA 2020. | - A Coordenadora do CIAMP Rua/PR/SEJUF relata que a partir do ofício que receberam do IBGE, tanto o CIAMP do Paraná como o Ciamp Nacional tomaram conhecimento que o IBGE criará dois novos "Gts" - Grupos de Trabalho, os quais terão a responsabilidade em desenvolver estudos e ações que possibilitem o levantamento de dados sobre a População em Situação de Rua em 2020, mesmo que seja parcial, onde for possível fazer o Georreferenciamento. |
| 10. Ampliação de vagas para o atendimento às pessoas em situação de rua em Curitiba | - A assistente social da Casa da Acolhida São José informa sobre a necessidade de ampliação de vagas nos centros de atendimentos diários para a população em situação de rua no Município de Curitiba, sendo a capacidade da Casa da Acolhida atender 70 pessoas diariamente, de segunda à sexta feira. E observam que todos os dias ficam pessoas para fora, impossibilitadas de serem atendidas. Orientados buscarem o órgão conveniado. |
| | |

| | | |
|---|---|---|
| | 11. Aproximação entre os CIAMP Rua Estadual com os municípios. | - A técnica da SEJUF e outros destacam a importância de buscarem aproximação da política do CIAMP Rua Estadual com os municípios do interior, bem como, com Curitiba. Projetar reuniões convidando os CIAMPs Municipais. |
| | 12. Elaboração do Plano Estadual da Política da População em Situação de Rua – 2019/2022 | - Dulce destacou a importância de iniciar o Plano Estadual da Política da População em Situação de Rua durante este ano, com a possibilidade de validade de quatro anos. Postergado para o próximo ano. |
| | 13. Necessidade de monitoramento dos equipamentos que atendem as pessoas em situação de rua. | - Outro destaque foi a importância de buscar meios para o monitoramento dos centros de atendimento a essa população para o recolhimento e atualização de dados, pois muitas pessoas itinerantes em situação de rua não estão conseguindo acessarem os Centros POP em Curitiba. Conversado com representantes técnicos da FAS sobre a situação. |
| | 14. Projeto da Educação | - Relato da representante da SEED, sobre a reunião do GT de Educação/CIAMP Rua-PR, onde foi sugerido marcar agenda com o Secretário da Educação, para que o órgão desenvolva trabalhos sobre o Dia Nacional da População em Situação Rua, bem como, a elaboração de um curso para os professores, conscientizando sobre a problemática. Esta agenda não foi concretizada por decisão da própria SEED. |
| | 15. Convite de palestrante para esclarecimentos ao CIAMP Rua/PR – Projeto: dar visibilidade às mulheres em situação de rua. | - Sugerido realizar campanha de conscientização e prevenção a violência contra a mulher, focando nas mulheres em situação de rua, e também sobre a situação das gestantes e das crianças que nascem nestas condições de maneira conjunta. Foi decidido convidar, para a próxima reunião, em princípio o município de Curitiba, com representantes da FAS e da Secretaria Municipal da Saúde, para conversar sobre estas duas pautas – atendimento da gestante/mãe em situação de rua e atendimento de pessoas itinerantes PSR nos Centros POP. Palestra foi realizada na reunião seguinte pela Dra. Ana Carolina, da Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba. |
| | 16. Assunto: Vulnerabilidade | Foi destacada a importância de projetos que busquem dar maior visibilidade e conscientização da real vulnerabilidade das pessoas que estão nas ruas. |
| | | |
| **MÊS** | **AÇÕES** | **PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS** |
| | | |

| | | |
|---|---|---|
| **Março reunião do CIAMP Rua/PR 12.03.2019** | 17. Assunto: Moradia Primeiro | - A Coordenação do CIAMP Estadual, na presença do Sr. Tiago Ferro, Presidente da FAS, presente na reunião ordinária, pontua que é de grande importância para o comitê a presença e disponibilidade de Thiago, sendo de grande importância levar ao conhecimento do Senhor Prefeito o Projeto Moradia Primeiro (hausing first) que é um projeto desenvolvido pelo Ministério Público de Moradia e Habitação junto com a Sociedade Civil organizada e outros órgão da defensoria pública e o Ministério Público de Direitos Humanos que também participam da idealização do projeto, chegou-se a conclusão de que a premissa seria a moradia, pois como que será o cuidado da saúde na rua, da educação estando na rua, por isso é colocada esta premissa de moradia primeiro. Informa que é um Projeto que está sendo discutido em diversos locais dentro e fora do Estado Paraná. Prossegue sua fala relatando que não falam em acolhimento noturno como está na tipificação, e sim outro patamar com chances reais da saída das ruas. Sugere marcar reunião em outra oportunidade para que seja repassado para a equipe de Thiago todo o Projeto, ficando combinado que a Sra. Maria Alice – DMPSR, ficaria responsável por agendar a reunião com o Gabinete do Sr. Thiago Ferro – Presidente da FAS. - Tal reunião não foi viabilizada. |
| | 18. Assunto: Gestante PSR – **Palestrante Dra. Ana Carolina** – Coordenadora do Consultório na Rua de Curitiba. | - Na Pauta de gestantes PSR e itinerantes centro pop, a coordenação do CIAMP Rua Estadual informa que foram entregues cópias da Orientação Técnica Conjunta, aos presentes na reunião e que a mesma já havia sido enviada anteriormente a todos os municípios. O documento do MDS e MS orienta sobre a situação da mãe gestante em situação de rua, e usuárias de crack e outras drogas, com os possíveis encaminhamentos. Dão sugestões e orientam o que possa ser feito relativo a **mãe gestante e mãe em situação de rua.** Lembra ao Comitê que aos presentes que foi suscitada essa questão na reunião anterior do comitê por conta de uma situação que aconteceu em Curitiba/PR, onde uma mãe teve o bebê na rua e abandonou, após a encontrarem. Comenta que aparentemente muita gente não tem conhecimento desta nota técnica. Dulce pergunta à palestrante Dra. Ana Carolina Schlata sobre o caso do parto da mãe/gestante que teve seu filho na rua e o abandonou, que ocorreu em Curitiba e Ana relata que não pode comentar sobre o atendimento de qualquer pessoa pois são informações sigilosas, e por este motivo não pode expor condutas que foram tomadas frente ao caso somente informando que assim que o caso foi comunicado o mesmo foi repassado para a Defensoria Pública. Dra. Ana então fez apresentação sobre tudo o que é feito e disponibilizado para mulheres em situação de rua e mães que encontram-se na mesma situação. Ana explica o projeto Consultório na Rua e sobre a Rede Mãe Curitibana. Gorete pergunta se as mulheres conseguem fazer todo o acompanhamento necessário? Ana responde que eles têm muitos casos de pré-natais irregulares. Patrícia CPSE/SEJUF, pergunta como se dá o acompanhamento do bebê pós-parto. Ana discorre que é oferecido acolhimento para as mulheres grávidas, mas que muitas não aceitam; como exemplo dá o caso de quatro mulheres que acompanhava e somente uma aceitou ir para o acolhimento. Vanessa informa que é de grande importância esta troca de informações para que se entenda o que está ocorrendo na rua. Ana explica o projeto Consultório na Rua para finalizar sua apresentação. |

| | | |
|---|---|---|
| | | Gorete questiona quantas mulheres se encontram em situação de rua, cadastradas, em Curitiba/PR atualmente, Ana responde que cadastradas por volta de 600 pois não se recorda do número preciso. Ana prossegue com sua apresentação sobre o Consultório na Rua. Vanessa de Souza narra que há uma falha muito grande com o processo de albergagem para mulheres em situação de rua. Cintia - DPE e Eliana – NUDEM, relatam sobre a questão da mulher em situação de rua e o Conselho Tutelar e comparou que é a mesma situação da Guarda Municipal e população em situação de rua, informando que quando vem a FAS com a Guarda Municipal gera todo um alvoroço e quando o Conselho Tutelar chega em uma gestante que está em situação de rua o primeiro pensamento dela vai ser que "eles levarão meu filho". Trabalho para criar os Protocolos de Encaminhamentos da Rede para a mãe gestante PSR. Finalizando, foi proposto formar um Grupo de Trabalho. Sugestão de compor o GT: DPE Eliana e Cíntia/DPPr, Gorete – PM/SESP, Ângela – DCAI/SEJUF, Dulce – DEDIHC/SEJUF. |
| | 19. Redução de Danos | - Semíramis Maria Amorim Vedovatto do Conselho Regional de Psicologia relata que trabalha na área de álcool e drogas há mais de vinte anos e já viu muita coisa relacionada com população em situação de rua, com crianças e adolescentes, e percebe que muitos projetos falham por conta da rigidez do método, exemplificou com casos do Hotel Morada Nova, para acolhem pessoas que precisam de redução de danos, sobre o uso de substâncias psicoativas, onde existe uma rigidez muito grande diante do horário de chegada no mesmo, sugere que esta rigidez deva ser menor diante de alguns casos específicos. Vanessa – FAS, sugere que convidemos a Secretaria Municipal de Defesa Social, para dar retorno sobre as negociações que haviam começado no ano 2018, sobre as melhorias do contrato de atendimento para o Hotel em questão. E outra reunião a representante da Secretaria Municipal de Defesa Social fez o relato. |
| | 20. Atendimento para pessoas em situação de rua em itinerância | - A coordenação do Comitê relata que sobre os atendimentos para pessoas em situação de rua em itinerância a ser tratado, foi observado no período em que a SEJU estava na Casa Rosada, onde receberam casos de itinerantes que vinham de outros estados para Curitiba/PR e diziam que até conseguiam acolhimento mas não deixavam frequentar o Centro Pop para lavar roupa. Narra que até conversou com a responsável pela Central de Vagas e a mesma explicou que aparecem sim situações de migrantes que estão em situação de rua e itinerantes que também querem ser acolhidos, informou também que nos Centros Pops ficam destinadas algumas vagas para migrantes que já se encontram estabelecidos na cidade, e por isso acabam não conseguindo suprir os itinerantes. Dulce prossegue sua fala narrando que precisavam encontrar uma solução para esse tipo de problema. Vanessa coloca que a sociedade, no geral, negligencia a população em situação de rua. Regina Bley questiona sobre os cursos de qualificação que a FAS fornece para as pessoas em situação de rua, e se os mesmos fazem algum tipo de encaminhamento com o ponto de vista da efetividade dos |

| | | |
|---|---|---|
| | | profissionais, se os mesmos são encaminhados para vagas de trabalho ou só fazem a qualificação? Simone da FAS, informa que o grande ganho que a FAS teve foi a política do trabalho que está na Fundação de Ação Social e que tem feito grandes parcerias para o público em situação de rua. Roberta discorre sobre a importância de ter a ajuda da Secretaria Estadual para a capacitação voltada a população de rua. Anderson e Vanessa da FAS informam que estão reordenando os Serviços e Fluxos, com a Central de Encaminhamentos, acrescentando a Escuta Técnica, Mutirões Sociais, e também o cuidado dos animais com caixas de proteção. Soraya reitera que o comitê precisa de ação e fazer realmente acontecer os projetos, e que devemos visitar todos os Centros POP para ver em loco como estão funcionando e marcar agenda com os dirigentes das políticas que tem a "caneta para decidirem". O comitê refletiu um pouco mais sobre a população itinerante. Dulce discorre que percebe na fala de todos a vontade de acertar e isso é o que o comitê também quer, visto que o número de pessoas e situação de rua tem aumentado e precisam de uma política que lhes dê possibilidade real de saída das ruas. |
| | 21. Análise das metas que foram cumpridas do Plano de Trabalho 2018 | - A coordenação do Comitê apresenta a Análise do plano de trabalho de 2018 informando as ações/atividades realizadas durante o ano e as que não foram, com índice 75% de metas alcançadas. O comitê deliberou para que fosse enviado por correspondência eletrônica o planejamento da gestão, para análise e validação. Bem como o plano de trabalho de 2018 analisado, seja enviado para que os membros possam dar sugestões de metas para serem incluídas no de 2019. |
| | 22. Sugestões para que as Instituições Religiosas apresentem as ações que desenvolvem com as pessoas em situação de rua. | - Na sequência o comitê debateu sobre a campanha da fraternidade de 2019 da igreja católica, sendo que o Leandro – Pastoral do Povo da Rua, solicita pauta para apresentar a Campanha ao Comitê e sugere que outras igrejas que tenham atividades com a PSR, também sejam convidadas a apresentar ao Comitê. |
| | | |
| **MÊS** | **AÇÕES** | **PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS** |
| **Abril reunião do CIAMP Rua/PR 09/04/2019** | 23. Moradia – Habitação - Curitiba | - Walter (FAS – DPSR) relatou que em relação às políticas de moradia, está sendo refeito contrato com a COHAB, que antes era comodato e passará a ser convênio. A COHAB vai disponibilizar imóveis à FAS, que precisarão passar por reforma, para contemplar pessoas em situação de rua, sendo utilizados para uma seleção de indicadores de vulnerabilidade social, devido ao pequeno número de imóveis frente a demanda. Dulce avaliou como positiva a iniciativa a lembrar que na reunião anterior do comitê foi discutido a questão das mulheres mães |

| | | |
|---|---|---|
| | | ou gestantes em situação de rua, podendo estas, serem contempladas. |
| | 24. Uso de Recurso Estadual pelos municípios | - CSPE/SEJUF informou que alguns municípios que recebem recursos estaduais para atender as demandas da Pop Rua têm dificuldades na gestão da verba enviada a eles. Foi feita pela coordenação uma orientação técnica com sugestões de investimento para atendimento das demandas municipais. Patrícia se comprometeu a atualizar o comitê sobre os desdobramentos desta situação, destacando a importância desse tipo de orientação pois pode ajudar a resolver questões semelhantes em outras áreas sociais. Walter perguntou se com a prestação de contas é possível traçar um perfil das pessoas atendidas. Dulce informou que a técnica da CPSE Carmem Zadra foi convidada e virá apresentar este relatório ao comitê no mês de maio. Patrícia destacou que uma das dificuldades dos municípios menores é identificar os pontos onde esses recursos podem ser utilizados, e que a contratação de pessoal especializado para RH no atendimento é complicada dada a natureza do recurso. |
| | 25. A intersetorialidade das políticas que atendem as pessoas em situação de rua. | Doutor Castellano -DAS/SEJUF discorreu sobre a invisibilidade das pessoas em fragilidade socioeconômica e principalmente em condições tão frágeis como a das pessoas em situação de rua. Relata que as ações devem ser compartilhadas e partir para as ações concretas. Explanou sobre o projeto de combate a dependência química. Discorre que o Centro Pop é uma necessidade, mas deve funcionar como um primeiro momento e é preciso direcionar essas pessoas a outras políticas para reinseri-las socialmente. Também, explanou sobre os exemplos da Casa de Acolhida em Irati e Vitória (ES). Relatou que essas medidas dependerão dos imóveis designados pelo Estado para alocar estas políticas. Ainda deseja levantar os dados do número de pessoas em situação de rua em cada município. Ressaltou o assunto dos Conselhos Tutelares, destacando que é preciso trabalhar as questões para resolver os problemas sem romper o convívio familiar. Carlos Umberto declarou que os Centros Pop são a entrada para outras políticas e que essas medidas devem sair do papel. Fernando Castellano declarou que os projetos deverão envolver diversas políticas, inclusive com investimento de verbas. |
| | 26. Palestra realizada pela Política Antidrogas e Hotel Morada Nova – SMDS/Ctba: | - Grace – Coordenadora - representante da Secretaria Municipal de Defesa Social de Curitiba, e o Departamento de Políticas Antidrogas. convidada pelo CIAMP RUA/PR, apresentou relato sobre o Hotel Morada Nova – Vida Nova, oriundo de um projeto da Prefeitura de Curitiba com o Governo Federal. Quando o projeto foi herdado da gestão anterior da prefeitura, propôs-se um novo plano de trabalho para melhor atender à população. Foi realocado de endereço, pois anteriormente se encontrava em uma área de fácil acesso a substâncias químicas (em frente ao Terminal Guadalupe). Grace apresentou os números de pessoas emancipadas mensalmente ou aquelas que utilizam outros projetos da FAS. Trouxe dados sobre a situação empregatícia dos |

| | | |
|---|---|---|
| | | moradores. O Projeto proporciona além de endereço fixo, a qualificação profissional em parceria com o SENARC através de emenda parlamentar. Trabalho conjunto entre a FAS e a Política Antidrogas, ainda falou sobre a gestão do dinheiro público e a responsabilidade de administrá-lo. Viviane uma das moradoras do Hotel declarou que é preciso realizar um convênio com empresas para que, ao término dos cursos, seja proporcionada a possibilidade de experiência de trabalho de fato, além da oferta de cursos em áreas de maior interesse dos moradores. Ainda, sugeriu visitas surpresas para vistoriar a limpeza das áreas comuns do hotel. Grace declarou que as ofertas de cursos serão revistas, porém, tudo que precisa ser alterado deve entrar no plano de trabalho do projeto. A moradora Viviane declarou que os moradores não conseguem entrevistas de emprego. Carlos Umberto questionou como fica o acesso das pessoas moradoras que passam por recaídas. Grace declarou que esse processo prevê atividades para ocupar o tempo e prevenir recaídas, e essa tarefa é repassada à Secretaria Municipal de Saúde. O hotel não é para tratamento, mas para reinserção social. Castellano convidou Grace para uma reunião pra desenvolver um trabalho com o Estado para oferecer um atendimento integral para dependência química. Grace declarou que no novo projeto (Morada Nova II) já prevê a atenção ao tratamento. Castellano solicitou informações sobre o projeto, custos, dados sobre os moradores, etc. O representante do Centro Pop de Fazenda Rio Grande fez questionamentos sobre a natureza do projeto e da verba utilizada. Walter da FAS/POPRUA discorreu sobre um projeto de estabelecimento de reserva de vagas, em regime de cotas, em licitações para contratação de pessoas em situação de rua. Leonildo diz que o recurso deve ser bem utilizado, fazendo funcionar bem o trabalho intersetorial. Grace falou que a equipe do hotel recebeu capacitação, mas podem não ter manejo e habilidade de lidar com as questões postas pelo atendimento às pessoas em situação de rua e dependência química. Declarou que a ideia de contratar pessoas que passaram pelo processo de estar em situação rua e já possuem essas habilidades é muito interessante. Leandro da Pastoral sugeriu fazer pesquisas com os usuários para ajudar a levantar os pontos que necessitam de mudança. Grace argumentou que a gestão pública exige muita burocracia e que existem poucas pessoas para cuidar das políticas. Leonildo lembrou que no momento de elaboração do projeto já foi posta a possibilidade de contratação das pessoas em situação de rua para trabalhar no próprio Hotel. Grace informou que quando o projeto foi herdado não foi passada essa questão de contratação das pessoas em situação de rua para fazer parte da equipe, além disso, reiterou que o objeto do Plano atual não pode ser alterado sem finalizar o convênio. Dulce lembrou que a questão já foi discutida e o objetivo do convite para Grace falar do Comitê para explanar se o Plano foi alterado ou não. Grace explicou que era preciso assegurar o recurso e depois alterar o projeto para atender as questões negligenciadas anteriormente. Carlos Umberto apontou que o papel do CIAMPRua é provocar para que as políticas sejam repensadas. Grace declarou que atualmente a questão da política sobre drogas não se encontra sobre a saúde e contemplará várias questões. A moradora do Hotel questionou quando deve vencer o convênio e se seria possível apresentar ao Governo Federal uma contraproposta. Grace declarou que |

| | | |
|---|---|---|
| | | o novo projeto está sendo construído. |
| | | |
| **MÊS** | **AÇÕES** | **PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS** |
| **Maio reunião do CIAMP Rua/PR 14/05/2019** | 27. Apresentação – Relatório POP Rua CPSE- SEDS – Téc. Carmem Zadra: | - Carmem Zadra apresentação o Panorama dos Serviços para População em Situação de Rua. Explicou que os serviços atuais são: Centro POP em 15 municípios, pois as maiores demandas de municípios de pessoas em situação de rua estão nos grandes municípios. Mas também explicou que os serviços em abordagem social e acolhimento institucional para pessoas em situação de rua existem em 20 municípios. Discorre que o aporte financeiro nestes três serviços é de mais de seis milhões e trezentos mil reais por ano. Relata que os municípios paranaenses estão com dificuldades na utilização desses recursos apresentando saldos expressivos. Informou que houve repasses suspensos por terem acumulado mais de 12 (doze) parcelas na conta. Discorreu sobre as dificuldades relatadas pelos municípios: falta de profissionais, falta de qualificação para as equipes técnicas, desconhecimento e/ou aprimoramento para um atendimento adequado ao público-alvo. Dulce pergunta sobre o "capacita" e Carmem responde que não se recorda, mas acredita ser nível médio. Carmem discorreu sobre os problemas para consolidar a colaboração entre as diversas políticas públicas. Após relatou sobre o Centro Pop que iniciou em outubro de 2016, abrange 15 municípios, com um total de 20 unidades, 7 estão com o repasse de recursos bloqueados por possuírem mais de 12 parcelas acumuladas. Relata que Paranaguá está com mais de 24 meses de repasses represados e que 10 municípios estão com problemas na composição da equipe. Carmem discorreu sobre o serviço especializado em abordagem social o qual iniciou o repasse em março de 2017, discorreu também sobre o serviço de acolhimento institucional onde há 20 municípios cofinanciados em dois milhões e setecentos e cinquenta e um mil reais. Carmem discorreu sobre as propostas da CPSE onde estão as cidades de Ibiporã, Paiçandu, Rolândia e Sarandi cujo prazo para implantação se finda em junho de 2019. Carmem discorreu e explicou as propostas. Finalizou sua fala dizendo que é importante somar esforços para mobilizar os municípios. Simone/Prefeitura de Ctba, diz que dará uma atenção para estas questões. Dulce relata que fez questão em convidar Carmem para elucidar sobre a atual situação e solicita cópia da apresentação da Carmem – ficou decidido que seria enviado na continuidade. Dulce informa que sobre o mesmo assunto, receberam da Fazenda Rio Grande um relato sobre a situação em que se encontra o Centro Pop e fez a leitura da mesma, onde estão apontados alguns problemas de RH, os quais diminuíram o bom atendimento aos seus assistidos. Odair do Centro POP, explicou mais sobre o caso relatado, sinalizado pela equipe de Fazenda Rio Grande, e informa que já está marcada uma reunião/visita técnica do Escritório Regional da SEJUF para o dia 30/05. O CIAMP decidiu enviar a Patrícia/SEJUF e Vanessa/INRUA-Mãos Invisíveis, para serem as representantes do Comitê, nesta visita técnica. |

| | | |
|---|---|---|
| | 28. Aprovação Plano de Trabalho 2019; | - Dulce coordenadora do Comitê apresentou o plano de trabalho 2019 para possíveis sugestões e aprovação do Comitê. Como nada havia para ser alterado por deliberação dos membros presentes o Plano de Trabalho e Organograma foram aprovados. |
| | 29. Iniciando a Nota Técnica sobre pessoas em situação de rua; | - Dulce coordenadora do Comitê, apresentou a Minuta da Nota Técnica sobre o assunto População em Situação de Rua – Moradia/Habitação, para conhecimento de todos. Deliberaram para que a mesma fosse enviada por e-mail para possíveis contribuições. |
| | 30. Acompanhamento e Monitoramento das políticas para a população em situação de rua; | - Sobre a Reunião do CIAMP de Curitiba no dia 30/05, ficou decidido que o Lendro/Pastoral e a Jaqueline/Casa da Acolhida, serão os representantes do Comitê, para acompanhamento da Política. Vanessa/INRUA-Mãos Invisíveis informa que no dia 06/06 haverá um evento do MNPR, e que enviarão por e-mail mais informações sobre o mesmo |
| | | |
| **MÊS** | **AÇÕES** | **PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS** |
| **Junho reunião CIAMP Rua/PR 11/06/2019** | 31. Palestra com debate sobre Moradia/Habitação para pessoas em situação de rua: Palestrante Tomás Melo – Projeto Moradia Primeiro. | Dulce coordenadora do Comitê, lembra a todos que o Comitê com seus membros tem observado que este tema moradia/habitação é um ponto nevrálgico para as pessoas em situação de rua. Que já existem algumas modalidades de Acolhimento para estas pessoas, pela Assistência Social e também pelas Políticas sobre drogas. Mas o que está posto, não tem dado real solução para a saída das ruas. No Paraná foi formado um grupo de pessoas e profissionais, junto com o Ministério Público de Habitação, onde foi criado um Projeto identificado como "Moradia Primeiro" ou Housing First, estudando exemplos que já deram certo em outros países. Aqui no CIAMP Rua Estadual já tivemos a apresentação e ampla discussão em 2018, quando vieram os representantes do MP de Habitação, a COHAPAR e o Sr. Tomás, que hoje aqui está aceitando nosso convite para esta palestra, os quais nos possibilitaram ter ciência sobre o Projeto Moradia Primeiro. Como o Plano de Trabalho de 2019 do CIAMP prevê que estejamos criando uma Nota Técnica sobre o assunto "moradia – habitação", para relembrar melhor e esclarecer alguns pontos, foi decidido realizar esta pauta sobre o assunto. E para isso, nada melhor que a Presença do **Tomás** (que é doutor no assunto) e dos representantes da COHAPAR aqui presentes para desenvolver esta conversa e aprendizado. Chamamos então nosso palestrante, o Senhor **Tomás**, para que tome a palavra. Tomás começou dizendo que no Comitê ele se sente em casa, pois é também membro do mesmo. Pede desculpas pela sua voz rouca, pois está com um problema respiratório. Diz que é um prazer estar no CIAMP, que a última gestão trabalhou firme no ano de 2018 sobre o assunto, e demonstra que o interesse e afinco continua, por isso a pauta de hoje. Que o CIAMP do Estado do |

| | | |
|---|---|---|
| | | Paraná está em Consonância com o CIAMP Nacional, que também tem trabalhado em suas pautas sobre o assunto moradia/habitação. Primeiramente esclareceu alguns pontos que anteriormente geraram alguma confusão, informando que alguns anos atrás, há uns 10 anos, quando a política foi assinada, em 2009, foi pensada e articulada como se apresentava. Durante a implantação e aplicação das mesmas, começaram a ser vistos os desafios, as dificuldades de incluir a população em situação de rua em todos os programas estruturais de cidadania. O motivo destas dificuldades é a questão de falta de moradia para estas pessoas. Outra questão é a de não existir o levantamento censitário nacional, para saber a quantificação de pessoas fora de domicílio, sendo que o IBGE se defende dizendo que não é possível realizar este levantamento, por falta de tecnologia adequada, e porque a vocação do IBGE é fazer levantamento de domiciliados. Hoje em dia o IBGE, através de Liminar Judicial, está obrigado a pensar em como vai fazer para realizar este levantamento, para isso se propôs criar internamente, um grupo de estudos, pensando criar e desenvolver método para o Censo da população em situação de rua. A inclusão da população de rua nos programas sociais, no atendimento à saúde, depende muitas vezes deste levantamento, quanto mais a previsão de moradia, seja por qual modalidade for escolhida para ser implantada. Segundo Cristina Gomes – da Pastoral do Povo da Rua – em debate com o IBGE, quando este diz que fazer o levantamento censitário deste segmento seria um projeto milionário, ela então rebate argumentando que talvez custasse mais barato domiciliar todos eles, ao invés, de fazer o levantamento. Houve uma pesquisa piloto no Rio de Janeiro, onde o IBGE se pronunciou dizendo que seria praticamente impossível replicar aquela pesquisa no Brasil inteiro, pelo altíssimo custo, por serem pessoas sem domicílio, isto é, sem endereço fixo. Nem se tem quantificado qual a quantidade de recurso que se teria que ter disponível para fazer este levantamento. Essas coisas foram surgindo, e métodos foram sendo alterados para incluir estas pessoas em situação de rua, para que a assistência social também pudesse cadastrar esta população nos programas sociais, bem como o SUS para inseri-los nos programas de saúde. Foram sendo criados os Centros POP no Brasil inteiro, os Consultórios na Rua no Brasil todo, inclusão dessas pessoas no atendimento do SUS, os Acolhimentos, Abordagens e formas de possíveis encaminhamentos, inclusão no Disque 100, para a reintegração na sociedade. Tudo isso foi sendo feito, e a moradia foi ficando para trás. No meio disso tudo, o CIAMP Nacional fez uma Comissão que viajou para alguns países em busca de outras experiências. Foram para Veneza, albergues dentro de rio, de navios, em alguns outros locais para conhecer moradia primeiro e outras modalidades. Houve um esforço interno no Brasil, para incluir esta população dentro Programa Minha Casa Minha Vida, inclusive em Curitiba, com debates com a FAS e outros. E hoje vamos conversar um pouco sobre tudo isso, também sobre Bolsa Aluguel, aluguel social, e sobre o uso de Parques Públicos Habitacionais. Este Projeto de Moradia Primeiro é um pouco de tudo isso. E esta é uma Bandeira Prioritária do MNPR. Aconteceu neste mês de junho de 2019 um Seminário em Cascavel, especificamente para discutir esta Política, com a presença de vários municípios no entorno, que foram participar do evento, onde este |

| | | |
|---|---|---|
| | | assunto foi bastante debatido, e parece que a maioria pensa assim: eles (as pessoas em situação de rua) não estão preparados para ter uma moradia. Então vamos conversar e pensar sobre estas questões. A gente naturalizou a população em situação de rua e os identificou desta forma: *considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória* – conforme foi identificado no Decreto Federal nº7053/2009, no seu Parágrafo Único do Artigo primeiro. Toda pessoa que está na rua e ali permanece é considerada população em situação de rua. Em síntese, toda pessoa que não está em alguma moradia, é identificada pessoa em situação de rua. O que distingue os que não estão na rua e os que estão, é a falta de moradia permanente. São pessoas que de alguma forma, por algum motivo, perderam a condição de ter sua moradia. O modelo etapista da política atual parte do princípio que estas pessoas não sabem viver em moradia fixa, que precisam ser ressocializadas, por isso devem seguir por etapas, e triagens, através da abordagem técnica, e encaminhadas para algum acolhimento institucional provisório, com suas regras, normas e disciplinas. A pessoa tem então um espaço de pernoite, em algum acolhimento institucional, e na medida da pessoa em se adaptar à rotina institucional, passariam para outra modalidade, e seriam encaminhadas para República; sendo superadas as dificuldades desta etapa, passariam para outra, que seria um Aluguel Social ou Bolsa Moradia, por tempo determinado. Teriam que passar por todas essas etapas, para depois talvez, conseguir à sua própria moradia, resultado de seu próprio trabalho e esforço, coisa que muitos não conseguem, por que não tem uma política pública apropriada para este tipo de público para esta nova etapa. Quando o sujeito é acolhido, e começa a trabalhar, mas está em acolhimento que muitas vezes não tem garantido o pernoite seguinte, a pessoa talvez não consiga fazer sua própria higiene, indo para o trabalho as vezes sujo, daí pensam que ele recaiu, e pode ser que tenha recaído mesmo, ficando difícil manter o emprego nestas condições de rua. O que foi percebido pelo Cadastro Único que 62% estão nas ruas, utilizando os Equipamentos a mais de 10 anos; outros a mais de 5 anos. Temos que pensar então sobre a validade desses serviços ofertados, que deveriam ser pontuais, mas estão sendo utilizados de forma prolongada, por que as pessoas não conseguem superar a sua própria situação de rua. Nota-se que as pessoas em situação de rua, não conseguem normalmente passar dos 50 anos. O perfil desta população vem modificando. Elas vão envelhecendo, adquirindo doenças mentais, perdendo suas autonomias. E não se sabe o que fazer com essas pessoas com 50 anos, demenciadas, sem vínculos familiares. Elas se defecam, não conseguem fazer sua própria higiene, não tem mais autonomia, e isso pode ser por toda sua vida, de forma perpétua, precisando de auxílio permanente. Alguns têm problemas de agressividade, e não são aceitas em Casas de Repouso. E o número de pessoas nestas circunstâncias está crescendo. Quando as pessoas desenvolvem essas doenças em convívio familiar, as famílias |

| | | |
|---|---|---|
| | | normalmente se reorganizam para atender esta pessoa, com paciência e amor. Mas quando acontece na rua, essas pessoas não tem onde serem atendidas. E os profissionais que atendem nos acolhimentos, não estão ali para atender este tipo de público comprometido com demências, pois não foram contratados e capacitados para isso. E acontece que não queremos, ninguém quer, a volta dos manicômios. Então tem alguns espaços que deveriam ser para pessoas em situação de rua, onde estão estas pessoas, onde tem Seguranças e Educadores, que não foram capacitadas para essa situação. Então estas pessoas vivem em comunidade, não podemos dizer que elas vivem fora da sociedade, mas precisam ser cuidadas para sempre. Essas pessoas estão se reproduzindo e acumulando nas ruas. Então precisamos atuar de forma preventiva. Isso é um problema que a gente não tem encarado. Números do IPEA 101.854 mil pessoas em situação de rua no Brasil, sabemos que está sub-notificado e desatualizado. 13 milhões de pessoas desempregadas. Cinquenta milhões que vivem na linha da pobreza e até miséria, mas ainda estão domiciliadas. Vinte e três milhões no Brasil tem problemas de saúde mental, de algum tipo de transtorno; cinco milhões, de moderada a grave, e não estão em situação de rua. Levantamento Nacional de Álcool e Drogas, que fazem uso de substâncias psicoativas severa e grave, 800.000 mil no uso de krak no período de doze meses, também não são de pessoas em situação de rua, pois a pesquisa foi feita em domiciliados. A maioria das pessoas desempregadas estão ainda domiciliadas. A maioria das pessoas que tem doenças mentais vivem em seus domicílios; a maioria das pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas também vivem em domicílio. Outra pesquisa da Fiocruz em cena pública de uso de substâncias psicoativa, e levantaram que apenas 47,28% eram pessoas em situação de rua, outras estavam ali somente para fazer o uso e depois voltavam para suas casas, isso nas capitais. No interior diminui mais ainda, 20% das pessoas que utilizam são pessoas em situação de rua, as outras voltam para suas casas. Então a situação de rua diretamente ligada ao uso de substâncias psicoativas não se confere. levantaram que a situação de rua não acontece por um único motivo; são ‘N’ motivos que levam à situação de rua. Todos têm uma opinião. É um arranjo limítrofe, uma junção de situações que levam algumas pessoas para as ruas. **Walter** da FAS comenta que os problemas sociais dos domiciliados são menos visíveis, mas as situações das pessoas que estão nas ruas se tornam bem visíveis. Tomás concorda que chamam muita atenção e também por isso que o censo muitas vezes não é realizado para não demonstrar os reais números de pessoas que estão em situação de rua. **Carlos** Umberto do MNPR fala que sem o censo, é difícil desenvolver política pública e que seria muito mais fácil criar políticas públicas se tivesse um levantamento real. **Tomás** também concorda. Curitiba de 1.800.000 pessoas, de habitantes, com números de 1.000 a 5.000 pessoas em situação de rua, não sendo possível precisar, por falta de censo oficial atualizado. Por enquanto as políticas existentes somente mantêm o que já existe, sem acréscimo de rede. E essa Rede de atendimento serve para quê, se não for para a superação da situação de rua? O que estamos propondo é uma nova modalidade, vai além dos arranjos já existentes, mesmo dentro do programa minha casa minha vida. Não se trata da capacidade de comprar, mas do direito de morar. Mesmo porque os critérios da “minha |

| | | |
|---|---|---|
| | | casa minha vida" também é excludente para este tipo de pessoas. Por conta disso, a possibilidade destas pessoas serem sorteadas é muito irrisória e assim foi no Brasil inteiro com 56 casas. Em Curitiba somente cinco pessoas foram sorteadas, foram cinco apartamentos. Em geral, todos os arranjos das políticas públicas de moradia, estão em geral, voltadas para aqueles que já estão domiciliados. Não é um programa de moradia para quem não a tem, é um direito de propriedade e não um direito de morar. O direito de morar está aquém da capacidade de comprar. Em algumas cidades já tem o Aluguel Social ou Bolsa Moradia. Em Belo Horizonte foram 290 pessoas que receberam o Aluguel Social de R$500,00, várias pessoas foram contempladas, entre elas pessoas em situação de rua; Em Fortaleza foram 33 pessoas atendidas com R$420,00. Patrícia da SEJUF pergunta se tem critérios de seleção para receber o Bolsa Moradia? Tomás explica que foram eleitos quem já estava utilizando o Serviço de República, dentro da ideia etapista. Porque o sujeito tem que estar em um estágio já de autonomização. Era um programa de transferência de renda, com acompanhamento socioassistencial. Em Curitiba já tem a Lei que está permitindo o Aluguel social, mas que não está regulamentada. **Keity do MP** informa que a própria Lei já regulamenta, o que falta é estabelecer como deverá funcionar. Tomás informa, que até o presente momento não foi alocado recurso financeiro pelo executivo da Prefeitura de Curitiba, para cumprir esta Lei, por isso não foi colocada em prática. **Dulce** toma a palavra, convidando os representantes da Assembleia Legislativa e do gabinete da presidência da COHAPAR, a se integrarem na conversa, para pensarmos juntos e talvez abrir um caminho pioneiro no Estado do Paraná, pois o Estado não precisa esperar obrigatoriamente que venha alguma Legislação Nacional para criar uma modalidade de moradia social no Paraná, onde seriam beneficiadas as pessoas em situação de rua, dando possibilidade real para a saída das ruas. **Tomás** reflete que o Estado que tomar esta iniciativa, terá o privilégio de ser conhecido pela dianteira da situação, dando notoriedade aos integrantes que lutaram pela causa, quer sejam deputados ou presidentes de órgãos. **Greice** informa que na SMDS em parceria com a FAS, desenvolvem o Projeto Morada Nova, para ajudar na redução de danos e processo de abstinência para os atendidos, onde eles ficam morando por todo o período que estão sendo assistidos; Muitas vezes não conseguem encaminhar para atendimento nos CAPS, e sem isso, não conseguem inseri-los no Projeto Morada Nova. É um processo extremamente trabalhoso e longo, com um olhar diferenciado e individualizado, pois cada um tem uma história muito pessoal; como este atendimento é cíclico, pois acontecem recaídas, precisam de apoio de toda a rede. **Tomás** retoma a questão e explica para a técnica, o que já havia explicado para o Comitê antes da chegada da mesma, que o Projeto Moradia Primeiro, vai contra esta ideia etapista, pois a ideia é colocar a pessoa em uma moradia, e então atender a pessoa, de forma multiprofissional, visando ajudar na redução de danos em busca da abstinência, para a independência financeira e pessoal do atendido. **Greice** toma a palavra para informar ao Comitê que o Moradas vai continuar, pois estavam correndo risco de terem que fechar o atendimento por falta do recurso Federal, mas fizeram uma parceria com a FAS e estão continuando o atendimento. Greice continua |

| | | |
|---|---|---|
| | | explicando, que no Morada Nova eles visam a vida, que a pessoa esteja sendo recepcionado e atendida por uma equipe preparada e qualificada, provendo este tratamento sendo acolhido como um ser humano integral. **Carlos** comenta que é muito importante e até primordial para o tratamento ser eficaz, que a pessoa tenha para onde voltar efetivamente todos os dias. **Tomás** reflete que a experiência prática muitas vezes torna o profissional um pouco duro, para cuidar por exemplo o Morada, que atendem 50 pessoas num local só. E isso é muito pesado para os profissionais. Todavia o Modelo Moradia Primeiro vem para dar mais um passo, criar processos melhores, dando um novo passo no caminho para a real saída das ruas e a real possibilidade de reinserção na sociedade, na medida do possível e das impossibilidade e possibilidades de cada pessoa (pois cada um traz em si sua própria realidade vivida). **Walter** argumenta que na assistência social muitas vezes ficam presos nestas questões de meritocracia, pois entende-se que a assistência deve ser de atendimento provisória, para avançar em outras políticas, trabalho, educação, habitação, mas cada política tem suas falhas e suas fragilidades, com isso pesando sobre a assistência social, por profissionais ficarem mais de 10 anos cuidado daquele cidadão. **Tomás** diz que não é por acaso que a população de rua caiu nos cuidados da assistência social no Brasil inteiro. Por que existem pressupostos legais que preveem este atendimento. Pergunta se alguém sabe quanto tem no Fundo Estadual de Interesse Social, que estes dias quiseram extinguir? **Denise** informa que, pelo que sabe, está zerado. **Tomás** diz que do Estado ele não sabe, mas do município de Curitiba está zerado. Com isso os mais desfavorecidos vão tendo menos acesso à cidade, vão sendo periferizados. **Denise** comenta que enquanto o sujeito, para ter moradia, está vinculado ao direito de propriedade, e nenhuma alternativa social, esta situação continuará. **Tomás** argumenta que existem várias formas de viabilizar moradias sociais, por exemplo, poderão ser utilizados parques públicos e privados vazios, existentes pelo Brasil afora. Alguns ficam 5, 10 anos fechados, sendo degradados, virando mocós. Poderiam passar por reforma, sendo transformados em domicílios, e abrigar pessoas em alta vulnerabilidade e baixíssima renda ou nada, transformando o local em área útil e habitável. Porque se o poder público pensar só em periferizar, terá que levar toda a infraestrutura ao local, custando caro, muitas vezes mais do que reformar e utilizar os parques públicos ou privados fechados e ou abandonados, muitas vezes em longas demandas judiciais. Sem contar, que em locais da periferia, muitas vezes não tem nem Creche, farmácia, Posto de Saúde, escolas. E colocar as pessoas mais próximas destas infraestruturas, mais econômico fica para o município. A bolsa Moradia por exemplo, passado para o morador de rua, este vai ter que competir no Mercado Privado de Moradia, muitas vezes tendo que pagar também o condomínio. É dinheiro público indo para o setor privado. **Walter** informa que a Prefeitura de Curitiba já teve um Projeto de Moradia Ofício, onde a família morava no segundo andar e no térreo, a família tinha o seu comércio, que era uma boa possibilidade de integrar a moradia e renda. Perguntam se já tem algum Estado que tem a locação social, **Tomás** informa que São Paulo tem. **Tomás** comenta que a pouco tempo descobriram no interior do Paraná um município que pratica um bom aluguel social, só não lembra qual é. Outro ponto, além dos locais |

| | | |
|---|---|---|
| | | públicos, a prefeitura também pode fazer contrato com a área particular, empresários, e adequar para esta modalidade de moradia social. A ideia Moradia Primeiro foi iniciada através de uma mulher, nos Estados Unidos nos anos 90, que criou uma pirâmide sobre os atendidos em uma instituição, e verificou que alguns vinham e iam, e outros iam ficando, não conseguindo resolver sua própria vida, não conseguindo superar a situação de rua sozinhos. Daí começou a desenvolver moradia para estes que permaneciam. Mais tarde um psiquiatra começou a desenvolver também uma experiência de Housing First, alguns permanecem e outros não; mas na sequência, se entrar novamente, ele tende a permanecer. **Dulce** pergunta se a pessoa que é colocada nesse tipo de moradia, deveria assinar um documento, assumindo algumas normas, ou seria acompanhado para seguir tais e tais orientações, para poder morar neste local? Se nos outros países onde foi implantado, como se dá? **Tomas** diz que a Moradia Primeiro é um Direito, a pessoa não tem que estar em nenhum estágio da vida para poder morar. O cara em situação de rua fica dramaticamente comprometido, para seguir qualquer tipo de tratamento de saúde, por exemplo. Parte da premissa que a moradia é um direito, e um direito meio. Todas as outras coisas são acessíveis através de estar em uma moradia: **1**. a ideia à moradia deve ser imediato, sem condicionalidades anteriores; **2**. na sequência o indivíduo aponta para onde deve seguir, o que é mais importante para ele (recuperação, emprego, outros...?); **3.** os relatórios sobre o moradia primeiro, indicam a importância de ajudar o sujeito a conectar-se com a comunidade; **Carlos** informa que ele não acha que os vínculos com a rua devam ser quebrados; **Simone** diz que a Praça é de todos e deve ser usufruída por todos; **Dulce** diz que independente da fé de cada um, as igrejas dão um grande suporte social afetivo para as pessoas, conectando-os uns com os outros, e poderão talvez fazer as visitas a estes indivíduos, inserindo-os em novos grupos; **Tomás** concorda e acrescenta, que também pode ser com prática esportiva e outras atividades que agradem aquele cidadão; **Carlos e a Antônia** concordam que os vínculos criados com os grupos de apoio das igrejas e da sociedade civil são muito importantes. **Tomás** diz que a dependência funcional, é diretamente ligada à não ter outra **atividade compensadora**, que o faria fazer opção por esta ou por aquela, achando um novo sentido de vida com esta nova capacidade social. Um exemplo de Alberta no Canadá (Estado), que fizeram um Plano de 10 (anos) para superar a situação de rua; Outro é em Helsinki, expandida para a Finlândia como um todo, e lá estão quase erradicando a população em situação de rua. Fizeram um levantamento sobre quanto tempo a pessoa ficava nas ruas, até conseguir retirar esta pessoa das ruas. Construíram toda uma rede, tanto de prevenção para não chegar ir para as ruas, como para construir uma rede de moradia e atendimentos para estes que já estão nas ruas. **Denise** da COHAPAR fala sobre as cotas de interesse social. **Dulce, Walter, Simone e Patrícia**, refletem sobre o Relatório da CPSE, que demonstrou alguns municípios devolvendo dinheiro público Estadual, porque não querem criar a Rede de atendimento para este segmento. Comentam que aqui no Brasil, estamos vendo alguns municípios rejeitarem o envio financeiro do Estado, cuja finalidade é destinar para abordagem e Acolhimento das pessoas em situação de rua, alegando que o município vizinho é maior e pode atendê-los. Delegam |

| | | |
|---|---|---|
| | | suas próprias responsabilidades para o município vizinho. **Tomás** comenta que foram a pouco tempo para um Seminário em Cascavel, onde conheceram dois espaços de moradias. **Dulce** relata que conheceu uma destas unidades onde pessoas que saíram da situação de rua e ali moravam, em espaços compartilhados ou não; separados por famílias, ou afinidades. **Tomás** comenta que é um bom exemplo de moradia para pessoas com alguma dependência mental, pois tem uma equipe no local, que os acompanham diuturnamente. Os Prefeitos podem criar o Programa de Moradia, em prédios, com reforma de adequação, onde deverão adequar para moradias individuais ou por família. **Dulce** comenta que no Conselho Estadual da Assistência Social já houve diálogos sobre a intersetorialidade e estão avançando no pensamento que existem situações em que deverão ser pensadas além das Tipificações da assistência Social, outrossim, de forma Intersetorial, onde outros atores deverão se envolver, pois estas pessoas devem ser atendidas por diversos órgãos e não somente pela assistência social. E as pessoas em situação de rua são um exemplo disso. **Rogério** - ALEP comenta sobre a lei de cotas e outros possíveis programas para moradia para as pessoas em situação de rua, os prefeitos têm autonomia para realizar. **Bruno** - COHAPAR reflete que as Secretarias e seus gestores, deveriam sentar e pensar de forma intersetorial, além das fatias que estão previstas, o que poderia ser disponibilizada de recurso para esta faixa da população, sem afetar as outras políticas em andamento. **Antônia** comenta que o INRUA já tem este Projeto sobre Moradia/Habitação, o qual pode ser apresentado aos gestores estaduais e municipais. Tomás diz que este Projeto já foi apresentado em diversos lugares e autoridades, e até agora nada foi feito. **Dulce** concorda com a ALEP, que o legislatvo não pode fazer Projeto que gere despesa para o executivo. **Rogério - ALEP** sugere que o Comitê consiga conversar diretamente com o Presidente da ALEP, ele comprando a ideia, tudo vai ser mais fácil. **Tomás** reflete que jeito de resolver tem, basta que o gestor compre a ideia, e faça previsão orçamentária, e implante no seu município ou no Estado. **Bruno** - COHAPAR comenta sobre a importância de o gestor conhecer a necessidade e a possível vantagem de sair na dianteira, conforme refletiu o Tomás, de repente pode dar certo, mas corre o risco de ser interrompido na próxima gestão política. **Tomás** reflete que é melhor ter alguma coisa do que nada, pois até agora nada concreto foi feito relacionado ao Projeto, pelo Poder Público. **Dulce** comenta, que após toda excelente discussão realizada, com tantos esclarecimentos feitos pelo Palestrante, o Comitê fica mais apto para criar a Nota Técnica pensada no Plano de Trabalho 2019 e outros possíveis encaminhamentos que o Comitê decidir. **Tomás** finaliza sua fala, agradecendo o convite a oportunidade, complementando que a Cúria Diocesana de Curitiba, junto com o INRUA e a sociedade civil estão implementando um pequeno Projeto para 5 pessoas, estão partindo para a segunda. Em primeira mão está informando que eles já estão atendendo a primeira pessoa. Também receberam uma carta do Governo Federal, do Ministério da Família, querendo esclarecimento sobre este Projeto de Moradia/Habitação social Piloto que está acontecendo aqui no Paraná. Estão tentando diálogo com os gestores. Marcaram com Tiago Ferro, da FAS, para a próxima semana. O Comitê Nacional tem se mobilizado também sobre |

| | | |
|---|---|---|
| | | o assunto. Tomás complementa que o Vice Governador do Paraná, quando em campanha, assinou a Carta de Propósitos, apresentada pelo MNPR, onde uma das solicitações é a moradia. |
| | 32. Proposição para marcar a data da realização da Reunião Ampliada 2019 | Dulce propõe realizar a Reunião Ampliada 2019 do CIAMP Rua/PR, com outros municípios, no dia 10/07, sobre o assunto "Censo da População em Situação de Rua", quando será convidado como palestrante, o Professor Doutor Marco Antônio da Rocha, de Londrina, que falará sobre o método e compilação dos dados do censo daquele município. A mesma reunião será também em lembrança do Dia Nacional da Luta contra a violência que sofre a população em situação de rua (19 de agosto) – APROVADO. |
| | 33. Acompanhamento e Monitoramento da Política para as pessoas em situação de rua. | 1. Greice informa que no dia 24/06, realizarão evento de abertura da Semana Municipal de Prevenção ao Uso de Drogas, no Salão de Atos do Parque Barigui.<br>2. Situação do Centro POP da Fazenda Rio Grande, agendada visita do Escritório Regional da SEDS com mais a técnica da CPSE; do Comitê irão Patrícia (gov) e Vanessa (Soc. Civil).<br>3. Na Reunião do CIAMP Rua de Curitiba, representando o Comitê Estadual, Leandro e Jaqueline (soc. civil). |
| | | |
| **MÊS** | **AÇÕES** | **PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS** |
| **Julho reunião CIAMP Rua/PR 10/07/2019** | 34. REUNIÃO AMPLIADA com outros municípios | - Cumprimentando a todos os presentes, dando as boas-vindas aos membros, os convidados especiais, aos parceiros, colaboradores e aos Municípios ali representados na Reunião Ampliada 2019, Dulce Maria Darolt deu início à Reunião, solicitando que cada pessoa presente se apresentasse e fizesse uma breve fala. Tivemos a grata safisfação da presença do Sr. Adayr - Diretor Geral e o Dr. Devechi - Diretor da Justiça, ambos da SEJUF, os quais foram muito agradáveis em suas falas e se colocaram à disposição referente às possíveis demandas que fossem ali aprovadas. |
| | 35. Palestra sobre o Censo: Método e Compilação do CENSO POP Rua de Londrina – Palestrante convidado: Professor e Doutor Marco Antônio da Rocha, | – Dulce Darolt, coordenadora do CIAMP Rua/PR apresenta e dá boas vindas ao Professor e Doutor Marco Antônio da Rocha, informando que apesar da pesquisa ser sobre o Censo, o nome que ele escolheu para sua palestra será:" Pessoas em Situação de Rua - Desconstruindo a Invisibilidade!" - Profº Marco inicia sua fala, dizendo sentir-se muito a vontade em Curitiba, pois mesmo tendo nascido no Norte do Paraná, morou 40 anos na Capital, perfazendo 4 anos que voltou a residir no Norte do Estado. Atuou na docência por 20 anos no município de Curitiba, como servidor do executivo na juventude, e trabalhou por 5 anos na extinta secretária da Criança. Está há 21 anos no Ministério Público como assistente social. Na Universidade Estadual do Paraná, |

| | | |
|---|---|---|
| | | foi conselheiro por 11 anos. Sente-se em casa por ser um órgão público e por ser uma política intersetorial. Conta também que fez pesquisa com o sistema penitenciário, e que o CRP sempre foi muito parceiro, tendo muita proximidade nos trabalhos desenvolvidos. Começou a fala com um poema de Manoel Bandeira: "O Bicho", é um poema dos anos 40, que fala da população de rua, que cata comida entre os detritos. Comentou que tem proximidade com todos os movimentos sociais. Citou o Promotor Paulo Tavares que faz um grande trabalho com a população de rua, e comenta que toda vez ver alguém nas ruas, tem certeza que é um fracasso para todos que estão nessa luta, que todos falharam todos se omitiram por permitir que brasileiros convivam nessa situação. Falou que atua em Londrina e mais 12 comarcas, são 23 municípios em todas as áreas. Essa pesquisa foi construída pelo Ministério Público, Movimento da Pessoas de Rua, Coordenação Municipal, Estadual e Nacional, UEL que foi a principal parceira, UNOPAR, Defensoria Pública, Município de Londrina e o Centro POP. As pesquisas não tiveram grandes custos para a Política Pública, somente horas extras para os técnicos da área social do município. Entretanto foram dois anos de luta, tensão e angustia, pois não teve recurso algum. As políticas públicas teriam que ter a responsabilidade, de vários órgãos públicos, com recursos da Assistência Social, Saúde, Educação, Saúde Mental, Esporte e Cultura. Custou horas de dedicação dos trabalhadores públicos e deveria ter mais investimentos. Tudo foi feito por trabalho voluntário, à noite, final de semana, privando-se da companhia dos familiares, mas foi gratificante. O que justifica essa pesquisa: a necessidade de quantificar e qualificar a população em situação de rua de Londrina para subsidiar uma análise da política pública oferecida a essa população. Não sabiam quantas pessoas estavam nas ruas, quem eram, porque estavam lá, como lidar com esses problemas. E esse era um entrave no Comitê POP Rua, pois não era possível avaliar. Como participo do movimento de acolhimento à população de rua, sempre tenho recebido dos moradores da cidade, abaixo-assinados para tirar essas pessoas de frente de suas residências. Dr. Paulo fez uma reunião com os moradores reclamantes e a população de rua, e cada parte falava como se sentia; no início tiveram discussões tensas e acirradas, difícil conter os ânimos, aos poucos foi visto uma sensibilização da população que começou a ver essas pessoas como seres humanos que não estavam na rua por escolha, mas por adversidades da vida. Entende que isso deve ser discutido por região para entender o fluxo, conhecer as relações familiares da população estudada. Construíram um diálogo entre os moradores e a população de rua. Entenderam que esses moradores não estavam na rua para prejudicar alguém. Não houve mais denúncias nem B.O. em Delegacias. Resultou em convivência muito mais fraterna, havendo mudança de tom. Um diálogo desinteressado e despretensioso resolve muito dos problemas de convivência. As pessoas em situação de rua relatam que frequentemente os moradores descem dos seus apartamentos para levar comida, cobertas, conversar, aconselhar. Conta que essa população cuida muito bem dos seus animais de estimação. Diz que temos que arriscar mais o diálogo, mais o encontro entre seres humanos, para diminuir esse estranhamento. Hoje muito desses moradores tem sido parceiros do Ministério Público nas buscas de |

| | | |
|---|---|---|
| | | soluções. A Secretaria Municipal de Assistência Social de Londrina, criou um Centro – Dia, para a população de rua passar o dia, com oficinas, cursos, capoeira. Hoje têm um espaço para passar o dia e receber alimentação que as ONGS doavam na rua, agora levam em um refeitório, com local mais adequado para alimentação. Esses centros-Dia saíram nas reuniões de diálogos interpopulacional, foi um incentivo para fazer as pesquisas, o objetivo geral foi caracterizar e quantificar essa população, para poder ofertar políticas públicas coerentes com a realidade, não aquilo que ficassem imaginando. Quem são? Como vivem? Como resistem? Número de pessoas, compreendê-las, conhecer as origens geográficas; por isso devem ser discutidas na região, conhecer as relações familiares, mapear as instituições pelas quais passaram e pensar nos fracassos dessas instituições porque se eles permaneceram nas ruas o objetivo não foi alcançado. Levar em conta as percepções dos pesquisadores. A população de rua tem direito constitucional de ali permanecer. Mapear a implementação e o redimensionamento de políticas para esse segmento: políticas públicas intersetoriais e não somente assistência social. Essa população não consegue emprego, pois não tem residência para referência. O comitê intersetorial de orçamento da área social está há 20 anos congelado e a população em situação de rua só aumenta. O orçamento deve ser aumentado em todas as secretarias. Os dados foram inseridos no software online: Line – Survey, disponibilizado pela UEL, esse site tabulou eletronicamente os dados quantitativos. Foram definidas equipes específicas para análises e interpretações. foram seis equipes com tomadas de sensibilizações com o tema "Tornar visível a população em situação de rua em Londrina". Fizeram pesquisas por eixo. Quem quiser mais detalhes da apresentação e da palestra, pode entrar no site: portaldevideos.pr.org.br. CIAMP RUA PR. Dulce agradece ao Professor Marco pela palestra e resposta das perguntas feitas pela plateia, encerrando a reunião na parte da manhã. Na parte da tarde os representantes dos segmentos governamentais e civil se apresentaram novamente, confirmando a presença dos participantes do período da manhã, com participação de toda região metropolitana. |
| | 36. Ação para o Dia 19 de agosto – Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua: | - Dulce apresenta o flyer 2019 criado especialmente para este ano, onde está uma casa desenhada em papelão com uma família dentro dela, com as frases "Resistimos nas Ruas! Existimos no Censo? Nas ruas sonhamos com uma vida melhor". As pessoas que estão em situação de rua, vivem com a expectativa de terem uma moradia/habitação, para saírem das ruas. Na sequência apresenta um pequeno vídeo sobre a violência contra a população em situação de rua. E comenta sobre o dia 19 de agosto – Dia Nacional da luta contra a violência, que sofre a população em situação de rua. Informando que o vídeo completo pode ser apreciado no yotube: pelo nome "Nós de Rua". Entende-se que cada cidadão é um ser humano integral, e não se deve tratar como número, mas dentro da realidade de cada um. Em seguida foi entregue doações de roupas para a entidade: Casa da Acolhida São José, a qual atende 70 pessoas em situação de rua todos os dias. |

| | | |
|---|---|---|
| | 37. Relato de Gestão da Política Pública Estadual da População em Situação de Rua, atualizando as diretrizes institucionais sobre algumas áreas, âmbito nacional e estadual. | - O Paraná concretizou a celebração da adesão à Política Nacional para a População em Situação de Rua. Acompanhando a Política Nacional, o Paraná criou pelo Decreto N° 2405 de 15 de setembro de 2015, o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População em Situação de Rua. Os órgãos fiscalizadores do Comitê do Paraná são: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná - ALEP, Ministério Público das Promotorias de Direitos Humanos - CAOPDH, Defensoria Pública – DP, Ministério Público do Trabalho. Quanto ao CIAMP Nacional, o Decreto N°9894 de 27 de junho de 2019, recriou o CIAMP Nacional; o atual CIAMP Rua Nacional, limitou o número de membros da Sociedade civil para 05. Dulce informa que conversou com Sr. Carlos Ricardo/Brasília, que é o coordenador Nacional da Política para a População em Situação de Rua, sobre a atualização das informações do CIAMP Nacional e sobre o Censo Nacional, o qual informou que a política Nacional continua existindo. E quanto ao Censo, após muitas idas e vindas de ofícios, Estaduais, Ministério Público, Defensoria Pública Federal, demandando com o IBGE, o qual sempre fala que a vocação deles é de censo de domicílio. Mas finalmente agora o IBGE propõe-se a fazer em 2020 o censo da População em Situação de Rua que estiverem em domicílios coletivos, domicílios sociais, Domicílios improvisados: embaixo de pontes e viadutos, somente em locais que possa haver Georreferenciamento. Quanto aos entes da Federação que aderirem à Política Nacional para a População em Situação de Rua, deverão instituir o Comitê intersetorial, integrado por órgãos governamentais das áreas relacionadas ao atendimento da população em situação de rua, com a participação de fóruns, movimentos e entidades representativas desse segmento da população. O CIAMP RUA – PR, entre suas atribuições está a de estimular a criação e implementação de Comitês Intersetoriais de acompanhamento e Monitoramento das Políticas para as pessoas em situação de rua. E finalizando, as denúncias de violação dos direitos das pessoas em situação de rua podem ser enviadas em diversos canais: ao Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua no Estado – CIAMP RUA/PR ciampruaparana@seju.dedihc.pr.org.br –(41)3210-2419; Comissão de Vulnerados e Vulneráveis do Conselho Estadual de Direitos Humanos – COPED copedh@sejupr.gov.br (41) 3210-2778; O Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Justiça dos Direitos Humanos – MP/PR na capital, e no interior, nas Comarcas do Ministério Público onde aconteceu a situação; Nacional – Disque 100; Estadual -181. |
| | 38. Apresentação sobre a criação dos CIAMPs Municipais: | - CIAMPs municipais existentes no Paraná: Curitiba Londrina, Maringá e São José dos Pinhais, estando encaminhado o município de Umuarama. A área técnica da Sejuf esta á disposição para orientações, capacitações, podendo ir até o município para reunir-se com a área técnica e gestores, os quais podem enviar solicitações por escrito, que serão respondidas pela coordenação e repassadas ao CIAMP Rua/PR, o qual tem como um dos objetivos, difundir a política para as pessoas em situação de rua em todo o Estado, e subsidiar tecnicamente os |

| | | |
|---|---|---|
| | | municípios para a criação dos CIAMPs Rua Municipais. |
| | 39. Saúde mental e uso de substâncias psicoativas. | Situação verificada pelo Censo de Londrina, identifica que os que têm alguma dependência química ou neurológica, foi comentado sobre o abandono pelos familiares; esses colocam diante do juiz que tentaram de tudo para recuperar os vínculos, mas não conseguem. Palestrante comenta que os vínculos familiares hoje são mais voláteis, mais frágeis. Que é necessário ter um acompanhamento psicológico, para ajudar uma reaproximação, ou podem ficar com Família Acolhedora. Proporcionar mais acompanhamentos, psicológicos e emocionais. As pessoas ficam internados, fazendo tratamento para dependência, mas quando tem alta, não tem para onde ir e voltar para rua, isso é um fracasso para comunidades terapêuticas e instituições afins. |
| | 40. Duas Proposições da SESP para serem inseridas na Carta de Proposições. | O Tenente Azolini elogia a dedicação do atual governo, porque este está trabalhando o aspecto de prevenção, pois se tiverem apoio necessário e acolhimento suficientes, esses fatos não acontecerão. É de opinião de que capacitando as forças de segurança, e potencializando os aspectos de atuação preventiva e humanitária das polícias militar e guardas municipais, muitas coisas podem melhorar. Dulce solicita que a frase "enrijecendo os laços", posta na proposição, seja melhor explanada; o tenente responde que é uma forma de melhor garantir a promoção e a proteção dos Direitos Humanos da população em situação de rua, migrantes, refugiados, crianças e adolescentes. Dulce pergunta se isso seria uma nova capacitação? O tenente responde que sim, mas que na corporação existe pessoal que passou por formações há 20, 35 anos atrás, explica que seria para potencializar e atualizar os membros das forças da segurança pública, abrangendo todo o efetivo policial. Conforme sugestão da SESP, foram inseridos os itens 13, 14 nas propostas acima citadas, os quais foram aprovados pela Plenária. Dulce pede para todos votarem sobre a Carta de Proposições 2019, com seus 14 itens, se todos aprovam: foi aprovado por unanimidade. |
| | 41. Carta de Proposições da Reunião Ampliada do CIAMP Rua/PR, sobre diretrizes a serem implementadas e fortalecidas pelos governos do Estado e dos Municípios, para preservar os direitos fundamentais das pessoas em situação de rua: | - Dulce apresentou a Carta de Proposições que foi aprovada, e assinada pelos presentes. Segue: CARTA DE PROPOSIÇÕES DA REUNIÃO AMPLIADA 2019 CIAMP RUA – PR. A reunião ampliada 2019, do Comitê Intersetorial de acompanhamento e Monitoramento da Política Estadual para a População em Situação de Rua – CIAMP RUA PR, juntamente com os municípios convidados, representados neste momento pelos membros do Comitê Estadual, dos Comitês Municipais, e técnicos governamentais das duas esferas de governo, representantes da sociedade civil organizada, e demais parceiros da comunidade em geral, para o bem-estar das pessoas em situação de rua, resolvem: **JUSTIFICATIVA**: Seguindo o conteúdo das legislações vigentes, Decreto Federal n° 7.053 de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a população em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento reafirmado pelo Decreto Federal nº 9.894 de 27/06/2019, bem como o Decreto Estadual |

| | | |
|---|---|---|
| | Aprovada pelo Comitê. | n° 2.405 de 15 de setembro de 2015, que institui o Comitê Intersetorial de Acompanhamento da Política para a População em Situação de Rua do Estado do Paraná, e o Termo de Adesão à Política Nacional, referente aos direitos fundamentais dos seres humanos, neste caso, das pessoas em situação de rua, esta plenária imbuída dos mais altos padrões humanitários, buscas saídas e alternativas de forma intersetorial, para melhorar a qualidade de vida das pessoas em situação de rua, com políticas públicas adequadas, nas áreas de moradia, alimentação, trabalho, educação, saúde, assistência social, justiça e segurança. Para tanto, resolve fazer esta **Carta de Proposições**, com objetivos a serem perseguidos e cumpridos, pelas organizações, órgãos e instituições, governamentais e da sociedade civil, responsáveis pelas áreas identificadas. Seguem as Proposições: **1**-Zelar pela paz, não aceitando violências contra cidadãos em Situação de Rua; **2-** Desenvolver no Estado e nos Municípios, ambientes amistosos para as Pessoas em Situação de Rua; **3-** Manter bianualmente, dados atualizados sobre as Pessoas em Situação de Rua de seu Município; **4** – Trabalhar com as Políticas Públicas de forma intersetorial e interdependente; (Em tempo, ratificando que o item n°5 foi retirado no plenário, passando diretamente para o item n°6, sem prejuízo do conteúdo). **6** – Fortalecer as Políticas Públicas Municipais para as pessoas em situação de rua, criando o comitê Municipal, com representantes governamentais e da sociedade civil organizada de forma paritária; **7-** Realizar Adesão à Política nacional para as Pessoas em Situação de Rua; **8-** Programar evento intersetorial anual em alusão ao dia 19 de agosto para a sensibilização ao Dia Nacional de Luto da População em Situação de Rua; **9** – Possibilitar acesso gratuito para a alimentação diária, das Pessoas em Situação de Rua; **10** – Fomentar projetos de moradia/habitação, junto ás Companhias de Habitação do Paraná – COHAPAR E COHABs para as Pessoas em Situação de Rua; **11** – Buscar preventivamente, medidas para atender as Pessoas em Situação de Rua em sua totalidade, nas épocas mais frias do ano. **12** – Apresentar relatório da atuação das diferentes políticas públicas no seu município voltada à Pessoa em Situação de Rua nos últimos dez anos como marco da implantação da política Nacional da População em Situação de Rua (2009 a 2019). **13** – Qualificar os integrantes das forças de segurança pública, abrangendo todo o efetivo policial, para intermediarem e fornecerem todo o apoio necessário à inserção das pessoas em Situação de Rua junto à rede de Proteção. **14** – Potencializar os aspectos de atuação preventiva e humanitária da Polícia Militar do Estado do Paraná e Guardas Municipais enrijecendo os laços de proteção, promoção e garantia dos direitos fundamentais das Pessoas em Situação de Rua. Por ser verdade, foi rubricada e assinada por todos os presentes. Posteriormente foi disponibilizada no site de SEJUF e enviado o link http://www.justica.pr.gov.br/Pagina/CIAMP-Rua, para o Ministério Público, e aos municípios para aderirem às proposições, realizando um pacto pela paz e melhoria da qualidade de vida dos vulneráveis em situação de rua. |

| | | |
|---|---|---|
| | 42. Morte por hipotermia de pessoa em situação de rua em 2019. | Sobre a morte de pessoa em situação de rua devido ao frio no município de Curitiba neste ano, foi proposto realizar uma Manifestação sobre a morte por hipotermia, e enviar ao Prefeito de Curitiba e ao Ministério Público. A FAS concorda que houve essa ocorrência, mas justifica que não foi por falta de atendimento, pois sobraram vagas no acolhimento, foi uma fatalidade. Participante é de opinião, que está havendo falta de participação das outras Políticas Públicas, de forma intersetorial, não só a assistência social. Foi aprovado e enviado ofício ao CIAMP Rua Municipal de Curitiba. |
| | 43. Projeto Moradia / Habitação | COHAPAR falou sobre o projeto de moradia e habitação no Paraná, lembrando que os prefeitos têm as COHABs, e que junto com a COHAPAR podem elaborar um projeto para a População em Situação de Rua para serem inseridos e abranger todo o Estado. |
| | 44. Fortalecimento dos CIAMPs. | Referente ao fortalecimento dos CIAMPs, entendem que é necessário o trabalho conjunto entre os 04 CIAMPs municipais existentes e o CIAMP Estadual. Referente ao item, foi resolvido continuar convidando os CIAMPs municipais participarem das reuniões do CIAMP Estadual. |
| | 45. Capacitação da Segurança Pública para melhor atender as pessoas em situação de risco. | Tenente Danilo/SESP de Londrina, comenta sobre a questão de Segurança Pública, a parte das forças de segurança, segundo uma pesquisa feita pela FIPE o Estado do Paraná é o 3° estado onde tem o maior índice de violência contra pessoa em situação de rua; infelizmente parte dessa violência foi cometida por agentes do Estado, isso é um dado extremamente alarmante e de muita tristeza que passam esses dados sobre este ponto de vista o papel principalmente das forças de segurança pública, e em especial da Polícia Militar que foi criada para condicionalmente, não só para reprimir, mas prevenir o cometimento de ilícito. Seria interessante colocar alguns itens de fomento de potencialização nos aspectos de proteção e garantias aos Direitos Humanos, a ser direcionado às forças de segurança, precisam urgentemente fazer uma quebra de paradigmas, precisam capacitar os seus policiais, modificar pensamentos ultrapassados que nunca deveriam fazer parte da cognição de nenhum agente de Estado. Propõe inserir dois itens voltados a essa área de segurança e promoção dos Direitos Humanos da Pessoa em Situação de Rua: 1ª - Capacitar os integrantes das Forças de Segurança Pública para intermediarem todo o apoio necessário à inserção de Pessoas em Situação de Rua junto á Rede de Proteção, cita como exemplo as cidades do município de Londrina onde o pessoal não tinha estrutura logística: pessoal e viatura, e fazer os encaminhamentos, como ao Centro POP; foi solicitado à Polícia Militar que fizessem esses encaminhamentos. A Polícia Militar está em todos os 399 Municípios do Estado com policiais também, e |

| | | |
|---|---|---|
| | | têm uma estrutura para apoiar os demais órgãos do Estado. Fala que esse apoio é muito importante. Às vezes uma política pública voltada à pessoa em situação de rua não logra êxitos por questões estruturais, questões técnicas, não por falta de intenção, barra na falta de estrutura, de recursos. Temos que mudar esse pensamento que o pessoal em situação de rua são algozes, eles são vítimas de décadas, séculos dos descasos do poder público, vítimas da falta de visibilidade que é propagada por diversas pessoas não só do poder público como da comunidade em geral. Quanto mais integrantes das forças de segurança puderem apoiar, tendo em vista este caráter de policiamento, ostensividade, de estar efetivamente nas ruas de todo o Estado, e desse modo buscando a parte interna da corporação, orientando-os de como prosseguir de como apoiar e dar o encaminhamento, poderão ajudar a Assistência Social, à Saúde Municipal, possibilitando o acesso e inserção na Rede de Proteção como sendo um primeiro contato. Isso pode ser feito por policiais militares, que tendo um fluxo previsto, eles pudessem encaminhar aos demais órgãos. Todos concordam com a proposta. Conselheira falou que em Curitiba a segurança pública é a primeira a bater na população de rua, não chega educação, não chega saúde, mas chega a segurança pública (sendo geralmente a Guarda Municipal) trazendo insegurança. Que este profissional que está se posicionando retorne mais vezes, pois precisam de profissionais assim, que defendem o direito das pessoas em vulnerabilidade. Que está há muito tempo nos CIAMPs, e as políticas não estão sendo efetivas em todos os setores. Todos os anos acontecem mortes em Curitiba por conta do frio, por falta de políticas públicas, quer saber o que o Estado e o município estão fazendo? Dizem que estão tendo vagas de acolhimento, que atendem diariamente pessoas em situação de rua, as pessoas estão em busca e não conseguem acolhimento, agora é o inverno, não é para o ano que vem. Que concorda com a capacitação, mas que pode ser trabalhado de outra forma também. |
| | 46. Sugestão de prêmio por desenvolver bom trabalho às pessoas em situação de rua. | Membros sugerem que deveriam fazer outras ações, outros incentivos para o trabalhador, podem criar um prêmio para esse trabalhador que faz seu trabalho com mais esmero, como profissional mais humano, pois tem reclamações, mas também tem elogios. Que é importante olhar e avaliar, promover ações inovadoras. Como o Estado não tem fundo para o comitê, seria uma adequação dos municípios, para premiar instituições ou profissionais que fazem um bom trabalho. Conselheira fala que poderia ser uma forma de reconhecimento a entidades empenhadas nesse trabalho. Carlos sugere dar um certificado de honra ao mérito à instituição ou ao profissional. Dulce informa que teria que ter regras e a instituição se inscrever para receber esse certificado, mas que é possível. Conselheira fala que na França existe um selo para instituição que oferece bons serviços, tipo café, banho, para pessoas em situação de rua. Devem ver o que as políticas podem oferecer, precisam de ações, precisam melhorar, mais reflexões, debates, mais atores envolvidos. |
| | | |

| | |
|---|---|
| 47. Relatório anual dos órgãos envolvidos com as políticas para as pessoas em situação de rua. | Que deveriam fazer um balanço anual, as secretarias deveriam mostrar um relatório do ano, cada setor poderia ser convocado para apresentar um relatório. Dulce/SEJUF informa que o Estado/CIAMP faz o Relatório Circunstanciado anual de todas as ações realizadas, este é enviado aos municípios e publicado no site da SEJUF, onde todos os municípios e cidadãos podem ter acesso. Que o CIAMP Rua Estadual pode fomentar com os municípios, mas cada um é legalmente independente. Sugerem fazer um balanço dos últimos dez anos, e avaliar o que se pode melhorar. |
| 48. Projeto de Campanha do Nordeste do Estado, da Polícia Militar com a População em situação de rua, "Normas Gerais de Ação – Rede de Proteção a Vulneráveis – Pessoas em Situação de Rua" | Tenente Danilo informa que trouxe um projeto de Campanha do Nordeste do Estado, da Polícia Militar com a População em situação de rua, "Normas Gerais de Ação – Rede de Proteção a Vulneráveis – Pessoas em Situação de Rua" solicitou para quem tiver ideias para acrescentar, será inserido, e toda colaboração será bem-vinda, que é um material de formação acadêmica para todo o Estado. Aprovado o envio do documento ao Comitê. O Projeto foi digitalizado e enviado ao CIAMP Rua/Pr, para conhecimento e possíveis sugestões. |
| 49. Relato dos Municípios: | Durante a Reunião Ampliada, os municípios presentes tiveram a oportunidade em trazer seus dados de atendimentos à pessoas em situação de rua. Seguem, portanto, os levantamentos das pessoas em situação de rua dos municípios e os atendimentos realizados. Curitiba não apresentou os dados, devido a não possuir um "Censo" para o público em situação de rua, sendo as ações subsidiadas pelos dados extraídos por meio do CadÚnico. O município da Fazenda Rio Grande informa em seu relatório os números de atendimentos de janeiro a junho de 2019: atendimentos no Centro-POP: acolhida e triagem 129 atendimentos, escuta qualificada 1046, atendimento social 434, refeições 1253, banhos 237, encaminhamentos e acompanhamentos para UPAS 72, com total de atendimentos 3.171. Houve uma diferenciação, seria total de pessoas atendidas, pois houveram retornos, 325 pessoas, abrigo acolhida e triagem 79 pessoas, escuta qualificada 05, refeições 1003, banhos 369, encaminhamento para UPA no abrigo nenhum, total de atendimentos 1456, total de pessoas atendidas no abrigo 98 pessoas. Conselheiro acha que pelo número de atendimentos realizados no município, deveriam já ter criado um CIAMP, os técnicos do município têm bastante responsabilidades, e tem ciência da necessidade de fomentar políticas públicas. Piraquara ficou de enviar relatório. |

| | | |
|---|---|---|
| | | |
| | 50. Criação de Aplicativo - Paraná Solidário | Dulce toma a palavra esse momento para falar com a Sociedade Civil presente nessa plenária, Carlos, Julia, Leandro, Jaqueline como membros do comitê. Informou que o Governo do Estado está criando um aplicativo de celular chamado Paraná Solidário, para receber doações, foi sugerido para o DEDIC indicar cinco instituições para receber essas doações. O CIAMP RUA, o qual indicara duas instituições que serão cadastradas nesse aplicativo. As pessoas que querem doar, entrarão nesse aplicativo, se cadastram e doam para a instituição que escolherem diretamente. Por enquanto não se tem noção se terá grandes captações serão duas instituições do CIAMP RUA. Terá uma série de informações para serem preenchidas; instituições legalmente constituídas; exemplos de doações de camas, cadeiras, etc. Falou-se da instituição Mãos Invisíveis, mas não estando presente, a Sociedade civil irá reunir-se e decidir, se der impasse, será sorteada. Foram escolhidas a Casa da Acolhida São José e a Pastoral do Povo da Rua. |
| **MÊS** | **AÇÕES** | **PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS** |
| Julho reunião extraordinária CIAMP Rua/PR 16/07/2109 | 51. Reunião Extraordinária INVERNO | Estiveram presentes na reunião extraordinária as seguintes pessoas: Profº Tadeu Átila Mendes, Regina Bergamaschi Bley, Dulce Darolt, Patricia Tortato, Anderson Walter, Marcia Burgo, Renata Mareziuzek dos Santos. Assunto: demandas emergenciais em questões do frio, para evitar mais mortes por hipotermia, visto já termos perdido uma vida pelo frio neste ano em Curitiba. Decisão de oficiar aos seguintes municípios: Foz do Iguaçu, Colombo, Guarapuava, Umuarama, Piraquara, Londrina, Campo Largo, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa, Almirante Tamandaré, São José dos Pinhais, Pinhais, Araucária, Fazenda Rio Grande e Curitiba, solicitando relatório sobre seu plano de ação para enfrentamento das baixas temperaturas no período do inverno, referente aos cuidados e atendimentos para as pessoas em situação de rua. E Como irão preparar-se para o inverno de 2020. Na sequência da reunião extraordinária, a deliberação foi enviada por e-mail e por watts aos membros do CIAMP Rua/PR, solicitando manifestação. Todos que se manifestaram, aprovaram a demanda. São estes os que se Manifestaram: Jaqueline, Leonildo, Dra. Cintia, Marcia, João, Julia, Eliana, Dulce, Mariza, Vanessa, Tomás, Leandro e Antônia. Os ofícios foram enviados aos prefeitos e estamos aguardando o retorno das prefeituras. Dulce esclarece que segundo informação do Sr. Walter – FAS, Curitiba fornece mantas e cobertores térmicos para as pessoas que se recusam ir para abrigos ou alojamentos, mas infelizmente ocorreu esta fatalidade. |

| | | |
|---|---|---|
| | | |
| | | |
| **MÊS** | **AÇÕES** | **PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS** |
| **Agosto reunião CIAMP Rua/PR 13/08/2019** | 52. Ações referentes ao Projeto Inverno: | Feito Ofício referente às decisões da reunião extraordinária, sobre o Projeto Inverno 2019. Dulce ainda esclarece que ofício foi feito em parceria com Dra. Cintia – Defensoria Pública. Até esta data, receberam quatro retornos desses ofícios: de Londrina, Cascavel, Foz do Iguaçu e Umuarama. Todos os dezesseis municípios escolhidos já receberam o ofício por e-mail, e estarão recebendo na sequência por A. R. O ofício foi enviado acompanhado de outro ofício assinado pela Chefe do Departamento de Proteção e Defesa dos Direitos Fundamentais e Cidadania para fortalecer a demanda. |
| | 53. Demandas entre municípios de maior porte e municípios de médio e menor porte. | Dulce, comenta que entre os municípios podem celebrar consórcio, convênio, parceria. Sugestões que os municípios maiores podem celebrar com os menores. Pelo relatório dos saldos em caixa, dos repasses que os municípios recebem, tanto federal como estadual, muitos deles não sabem como gastar esse recurso. Mariza (SESA) conselheira da saúde, falou que esses recursos muitas vezes são engessados. Diz que não é simples criar consórcios, que é uma situação complexa. Dulce informa que se pode fazer uma reunião ampliada para orientar como funciona a política da População em situação de Rua, pois alguns municípios maiores relataram esse mesmo problema, citou como exemplo a cidade de Londrina que está sendo sobrecarregada com essa situação. Carlos (MNPR) acha que se deve fazer uma reunião com a comarca, tipo uma reunião ampliada com os municípios maiores, explicando o direito de ir e vir das pessoas em situação de rua, que a Política é Intersetorial, argumentando que se os municípios recebem verba Estadual e Federal, devem atender a todos que necessitem. O Major Micrute (Polícia Militar) relata que acontecia em São José dos pinhais que levavam moradores de rua para o Litoral no verão. Além disso complementa o major Micrute que a Polícia Militar está no Paraná há 165 anos, assegurando e zelando pela segurança da população em geral incluindo as pessoas em situação de rua. Dulce conta que houve denúncia que passou um ônibus no litoral, recolhendo todos os moradores de rua e deixando-os na BR próximo a Curitiba, e que vieram escoltados por viatura da P. M. Sra. Viviane (População de Rua), fala que os trecheiros, pedem passagem para cidades polos; relata que ficou em situação de rua no Rio Grande do Sul (Carazinho) e o município fornecia passagens para outros lugares, conta que cidades pequenas não tem acolhimento, e os trecheiros, só procuram cidades maiores. Conta que fazia faculdade com bolsa integral, voltou para Curitiba, passou pela Casa da Mulher Brasileira, é LGBT, depois foi para Hotel Social, agora está no InRua bancada pela Cúria. Dulce pergunta se os trecheiros são os que querem só passear um pouco para conhecer outros lugares? Explicaram que são esses e outros que vão em busca de trabalho. Mariza (SESA), indaga como é nos outros 399 municípios do Estado? Se não existe aluguel social? se recebem verbas? Sra. Viviane (População de Rua) diz que a Assistência Social |

| | | |
|---|---|---|
| | | pergunta para os moradores de rua se eles querem ir morar em outra cidade mais perto de seus familiares. Sra. Dulce fala que isso deve ser tratado entre as Assistentes Sociais de ambas as cidades envolvidas, antes de demandar para o outro município. Sr. Rafael (Centro POP, Campo Largo), fala que sobre questão do Consórcio, estão quantificando essas políticas, e acontece no seu município, com pessoas que ficam sem dinheiro para aluguel, e vão para a rua, que precisam buscar integração de políticas públicas. Major Micrute, comenta que nos USA, existe um centro de avaliação, uma casa suporte, tem para os universitários também, fazem triagem, e que muitos querem só desabafar, com problemas psiquiátricos, álcool, dependência química, mendicância; comenta que problemas sociais muitos têm; essas casas são suporte para os desamparados. Dulce comenta que aqui no Brasil tem os Centros POPs nos municípios de maior porte e médio porte. Os Centros Pops existem de acordo com a população da cidade, citando exemplo da Cidade de Umuarama que é muito organizada, enviaram até os nomes dos técnicos que trabalham nesses centros. Sra. Vanessa (População de Rua), citou dois pontos: municípios menores devem ter treinamento para orientação, por outro lado acham que essa 'abrigarem' de inverno não funciona, que deveriam ter moradia para essas pessoas, o problema é falta de teto; ver a complexidade dessa questão. Em relação aos municípios sugere montar uma apostila, um protocolo. Maria Luiza (Pastoral Povo de Rua), questiona como que os municípios pequenos pedem ajuda para municípios maiores, de que maneira volta o dinheiro do fundo do morador de rua? Major Micrute diz que atendeu várias ocorrências no bairro Juvevê, de pessoas que estão nas ruas, mas possuem moradias, mas ficam nas ruas porque gostam de estar nas ruas. Sra. Dulce informa que todos os municípios devem fazer prestações de contas, que muitas vezes os municípios encontram dificuldade para prestar contas, e o dinheiro volta. Major Micrute fala que deve haver orientação, dinheiro tem que ter projeto legal. Sra. Denise (COHAPAR ) diz que o Poder Público municipal, muitas vezes não sabem o que fazer em termo de ideias, como executar; ex. ofertam cursos para a população, não tem espaços, não podem comprar equipamentos, que tudo é questão da rubrica. Sra. Dulce fala que a questão da rubrica é muito importante, só pode ser utilizado para a área identificada. Citou o exemplo do palestrante da reunião ampliada, que a ESEDH só contrata se o mesmo tiver títulos; devem procurar pessoas adequadas nesse padrão. Sr. Adair (Centro Pop Fazenda Rio grande) comenta que realmente os municípios muitas vezes não sabem como aplicar os recursos: município tem bloqueio porque não tem equipe para fazer o trabalho; Até houve visita técnica do Estado, e o município fez buscas ativas para provar que o trabalho acontece; atendem a população de rua, mas como não é rentável para o município, o serviço atende a população ou atende a política. Comenta que está muito difícil no seu município. Dulce elogia os técnicos envolvidos que estão sempre empenhados nessa política. Major Micrute comenta que existe um projeto da Polícia Militar – Crianças e Adolescentes em Situação Vulnerável, projeto Vai para a Escola e também poderia ser criado o Projeto Formando Cidadãos para a população de rua. Sr. Leandro (Pastoral do Povo da Rua - Cúria Metropolitana) pediu um levantamento de quais municípios devolveram o dinheiro, e porquê? |

| | | |
|---|---|---|
| | | Rafael (POP RUA / Campo Largo) comenta que teria que ter um protocolo de como mandar para frente, que as verbas federal/estadual, são enviadas sem critério (pelo menos ele não conhece), isso gera demanda de pessoas que esperam receber passagens para outros centros municipais do Estado. Major Micrute (SESP) comenta que forma fila na FAS em frente á Polícia Militar, e eles têm vários projetos, PROERD, Guarda Mirim, e que as empresas também devem ajudar. Uma pessoa comenta que há falha no cadastro nos Centros POPs, acham que tem poucas informações no cadastro. Rafael Centro POP Campo Largo) informa e que cada Centro POP tem um tipo de entrevista, com trabalho social, cadastro, sobre os documentos. Como trabalhar a qualidade do encaminhamento, para saber acessar os atendimentos necessários. Sra. Dulce fala que a Cartilha com orientações foi criada e editada em 2018, mas os municípios não demonstraram muito interesse. Foi feito um encaminhamento para ser criado um GT Grupo de Trabalho, com o assunto: "Unificação de atendimentos direcionados às pessoas em situação de rua" para enviar orientações aos municípios que enviam pessoas em situação de rua para outros municípios. Vanessa, Julia e Dulce votam a favor. Leandro e Carlos votam contra. Querem ajudar no GT: Viviane, Rafael e NUCIDH. Permaneceu a dúvida se houve validade na votação. Pelo Regimento interno do Comitê, Seção I – Das Reuniões do CIAMP Rua/PR, Artigo 12, § 2º A Reunião Plenária iniciará em primeira chamada se houver maioria absoluta dos integrantes do CIAMP Rua, ou em segunda chamada, 15 minutos depois, com qualquer número de representantes, com decisões tomadas por maioria simples. A dúvida ficou de ser estudada para decisão posterior. Foi decidido enviar a Cartilha de apoio e orientações novamente aos municípios, além de disponibilizar no site da SEJUF. |
| | 54. Solicitação de Cascavel que solicita orientações do Estado. | Dulce ficou de encaminhar a situação de Cascavel para o Departamento da assistência social/DAS/SEJUF para ver a possibilidade de unificar as informações deles com as do CIAMP, para posteriormente serem enviadas aos municípios com orientações, conforme o assunto requer: "de municípios menores enviarem pessoas em situação de rua para serem acolhidos nos maiores, sem celebrar convênio/parceria". Sr. Carlos (MNPR), relata que estiveram em uma reunião em Cascavel, e conta que os municípios reclamam de pessoas de outros municípios que 'despejam' (segundo ele) os moradores de rua de outras cidades em Cascavel. Situação encaminhada para análise do Conselho Estadual da Assistência Social – CEAS, para análise e possíveis encaminhamentos. |
| | 55. Acompanhamento e Monitoramento das Políticas para as pessoas em situação de rua: | 1. Sra. Dulce informa que a OAB enviou um ofício de nomeação de um advogado para representá-los no CIAMPR/PR.<br>2. Sr. Carlos informa que o Movimento MMPR irá para Brasília falar com os ministérios, cobrar as políticas que estão defasadas. Sra. Viviane (População de Rua) conta que do Paraná irão cinco pessoas em situação de Rua: duas do interior do Estado e três do movimento. Informam que são vinte e quatro horas de viagem, e que dia 21/22 de agosto terão audiência. |

| | | |
|---|---|---|
| | | |
| | 56. Dia Nacional da Luta da População de rua – 19/08 | Dulce informa que o dia 19//08 é o DIA NACIONAL DA LUTA DA POPULAÇÃO DE RUA, será enviado flyer apresentado na reunião Ampliada, para os municípios lembrando a data – com o lema: Resistimos nas ruas! Existimos no Censo? Nas ruas sonhamos com uma vida melhor!!!! |
| | | |
| **MÊS** | **AÇÕES** | **PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS** |
| **Setembro reunião CIAMP Rua/PR 10/09/2019** | 57. Instituição de Grupo de Trabalho Temporário - GT | Dulce levantou o assunto sobre o GT temporário instituído na reunião plenária do mês de agosto/2019, cujo objetivo é o de criar um documento de Unificação de Procedimentos para Encaminhamentos de Acolhimento, de um município para o outro, formalizando parceria com o outro município, ou criando o Serviço de Acolhimento em seu próprio. Como permaneceram dúvidas sobre o quórum na reunião anterior, pois diversos membros se ausentaram antes de encerrar o período previsto, foi colocado novamente em votação nesta reunião, onde foi aprovado a Criação do GT Temporário, por sete votos a favor e um voto contrário. Como já estabelecido na reunião anterior, os órgãos que se disponibilizaram ao GT são: SEJUF, CRP, NUCIHD, INRUA, MNPR. |
| | 58. Acompanhamento e Monitoramento das políticas para as pessoas em situação de rua – relato de paticipantes do CIAMP Rua Pr | 1. Relato do Senhor Leonildo Monteiro: relata que na opinião do MNPR, Londrina está fazendo algumas observações aos jornalistas, relativas às pessoas em situação de rua, que parecem de cunho higienista e está levando esta e outras denúncias ao Ministério Público.<br>2. Que o MNPR enviou convite ao Secretário Ney Leprevoust, para a Mesa de Abertura do II Seminário de Políticas Públicas da Tríplice Fronteira, para as pessoas em situação de rua, que acontecerá em Foz do Iguaçu, em parceria com este, mais o MNPR, a SEJUF, e outros parceiros. O Secretário designou que a Regina Bley o represente.<br>3. Que de Brasília virão Membros do CIAMP Nacional e de Direitos Humanos, para em Curitiba /PR conhecerem exemplo que já está em funcionamento, do Projeto Moradia Primeiro (housing first). E depois seguirão para outros Estados onde também tem o Projeto. Oportunamente informará as datas dos eventos.<br>4. O representante da Pastoral do Povo da Rua, o membro Leandro, informa que no trabalho que a Pastoral desenvolve com o povo da rua na igreja Anglicana, eles fizeram um levantando, perguntando quem estava cadastrado no Cadúnico, pelas respostas entenderam que nem 10% deles estão cadastrados. Esta é a realidade registrada pela Pastoral do Povo da Rua. |
| | 59. Relatório dos Municípios - | Sra. Dulce informa que receberam nove devolutivas dos ofícios enviados aos municípios, referentes ao atendimento às pessoas em situação de rua no Inverno 2019; São estes: Cascavel, Londrina, |

| | | |
|---|---|---|
| | Inverno POPRUA | Guarapuava, Pinhais, São José dos Pinhais, Campo largo, Umuarama, Maringá e Foz do Iguaçu, Informa que em uma visão geral, parece que esses municípios estão bem estruturados. O Comitê tem a prerrogativa de analisar os mesmos e decidir se fará alguma demanda após os membros analisarem os relatórios, conforme seguem: **1 - MUNICÍPIO DE CASCAVEL:** CENTRO-POP: oferta atendimentos todos os dias da semana, das 08h às 20h, servindo 4 refeições, espaços para higiene pessoal e dos pertences. ABORDAGEM SOCIAL: Vinculado ao Centro POP funciona o Serviço de Abordagem, que atende 24h, e conta com equipe de sobreaviso para atendimento das demandas, pode ser acionado pelos telefones: (45)98431-6376 / 3226-0016; ACOLHIMENTO: a rede conta com o Centro POP, Albergue Noturno e Casa POP, totalizando 100 vagas simultaneamente. Como não está suficiente, estão estudando ampliação de vagas e acolhimentos; O acolhimento da Casa POP por exemplo torna-se referência no cuidado e na possibilidade de construção de novos projetos de vida para os usuários, a exemplo o Projeto "Construa Cidadão", que vem gradativamente apresentando resultados satisfatórios, como a ampliação de dias e horários de atendimento do Centro POP. PERÍODO DO INVERNO: neste período estes espaços são organizados para atendimento emergencial da população em situação de rua, para que não fiquem expostos ao frio; desse modo é possível abrigar todos que necessitarem de pernoite. Garantindo que nenhuma pessoa fique desalojada. As Abordagens Social são mais acentuadas e mais frequentes. No entanto, é fundamental mencionar, que mesmo com a oferta, alguns escolhem permanecer nas ruas., nesses casos as equipes fazem um trabalho de sensibilização. Os que permanecem nas ruas são monitorados pela Equipe de Abordagem, para que não haja nenhum prejuízo a estas pessoas. ATENDIMENTO INTERSETORIAL: O Consultório na Rua desenvolve em conjunto com os Equipamentos da Assistência Social, importantes e sistemáticas intervenções com a população. LEVANTAMENTO: Em relação ao Cadastro Único, conforme dados do RM de junho, são 309 famílias e/ou indivíduos em situação de rua, cadastrados e destes, 217 são beneficiários. No entanto, o número de trecheiros/andarilhos oscila bastante, apresentando momentos durante o ano que este número aumenta e em outros apresenta redução. Todo esse público acessa equipamentos municipais. SEGURANÇA ALIMENTAR: Como relatado acima, todas as pessoas em situação de rua, podem acessar o Centro POP, que conforme descrito anteriormente, oferece gratuitamente 4 refeições por dia. Além disso o município tem o Restaurante Popular que pode ser acessado por estes usuários a um valor de R$ 3,00. SITUAÇÃO DE RELEVÂNCIA: Secretário Municipal da Assistência Social informa a necessidade de ser discutida em âmbito do Estado os seguintes assuntos:<br>- o encaminhamento de pessoas em situação de rua de um município menor para o outro maior que tenha acolhimento; Cascavel tem recebido muitos usuários vindos de municípios de pequeno porte; Relata exemplo solicitação de um município vizinho, solicitando por escrito para acolhimento no Albergue Noturno. Isto tem se tornado comum na região, mas sem documentação comprovante entre os entes governamentais. Fala que é importante frisar que as instituições de acolhimento de Cascavel não têm protocolos integrados entre os |

| | | |
|---|---|---|
| | | municípios, ou seja, este tipo de encaminhamento não está pactuado em âmbito Estadual ou mesmo na Região, sobrecarregando financeiramente este município. Outra mulher chegou naquele dia no Centro POP, se dizendo vítima de violência doméstica, e que o carro da "saúde" do município a trouxe para posterior acolhimento em Cascavel. Tais situações representam omissão de atendimento dos municípios, provocada pela falta de oferta suficiente pela rede socioassistencial local. Outro ponto relevante são os repasses de recursos Estaduais que auxiliam ao Município custear as despesas e manutenção das unidades. Porém, o menor valor de repasse de recursos é para o acolhimento. Continua a dizer que seria válido se o Estado possibilitasse a ampliação do recurso para o investimento em acolhimento, possibilitando efetivamente a saída das ruas. **2 - MUNICÍPIO DE LONDRINA:** PERÍODO DO INVERNO: Nos meses mais frios do ano, de maio a setembro, o município possui o Programa: "Noite Fria", onde são ampliadas as vagas de acolhimento institucional – 64 vagas a mais do que são ofertadas no restante do ano. Não há demanda reprimida no período de frio, sendo que na noite mais fria do ano foi constatado que ficaram disponíveis 14 vagas; SERVIÇO DE ABORDAGEM: No período frio, estende seu trabalho, ou com aumento de equipes em dado horário ou com a ampliação do horário até as 01h da madrugada. Tal programa é ratificado pelo Conselho de Assistência Social. SERVIÇO DE ACOLHIMENTO: Londrina conta com os seguintes Serviços de Acolhimento para pessoas em situação de rua: 32 em Residência Inclusiva, 20 vagas para mulheres, 91 vagas para homens em Acolhimento Institucional, 32 vagas em Serviço de República (10 mulheres e 22 homens); Para o ano de 2020 foi aprovado um orçamento que contempla mais 30 vagas no acolhimento no sistema de pernoite. Salienta que estas vagas ficarão destinadas aos mais resistentes ao acolhimento, em virtude do alto envolvimento com substâncias psicoativas. LEVANTAMENTO: Pelo levantamento do MP, Universidade, e Prefeitura de Londrina, o município tem **936 pessoas** em situação de rua – confirmado pelos dados apresentados pelo Prof. Marco na Reunião Ampliada; No CAD Único, foi constatado pela pesquisa acima mencionada, que cerca de 50% estão inscritos no CAD Único; SEGURANÇA ALIMENTAR: Todas as unidades de acolhimento fornecem refeições, e o Centro POP disponibiliza diariamente, cerca de 80 lanches (Kit Lanche) e 10 refeições (no Restaurante Popular); CIAMP RUA MUNICIPAL: Tem Comitê, formado por 12 órgãos municipais e 12 representantes da sociedade civil; todavia os que realmente frequentam são em torno de 10 membros no total. Fazem reuniões mensais, mas estão pensando em fazê-las bimestrais; solicitaram cópia do Regimento Interno do CIAMP Rua/PR, para terem uma ideia para desenvolverem o Regimento deles. Já enviamos. Vão desenvolver e nos enviar para tomarmos conhecimento **3 - MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS -** Informação geral: tem 1 Centro POP, Tem Serviço de Abordagem, tem Acolhimento para adultos de famílias em situação de rua; PLANO DE AÇÃO PARA O INVERNO: Informam que tem Projeto de Acolhimento de Inverno para poprua 2019 (mas não veio junto) LOCAL DE ACOLHIMENTO: No período do inverno, o acolhimento é realizado no CENTRO POP; DEMANDA REPRIMIDA: Durante o |

| | | |
|---|---|---|
| | | projeto de inverno não existe limite de vagas, portanto não há demanda reprimida; SERVIÇO DE ABORDAGEM: O Serviço de Abordagem Social opera 24h; período diurno com equipe específica; período noturno e finais de semana a equipe do Acolhimento atende, por busca ativa no mapeamento da Equipe técnica e por solicitações da equipe de abordagem; O QUE É REALIZADO PARA AS PESSOAS QUE RECUSAM O ACOLHIMENTO: No inverno é oferecido um cobertor no caso de recusa ao Acolhimento; CADASTRADOS NO CADÚNICO: Em 13/07/2019, 224 pessoas em situação de rua estão cadastrados e referenciados ao CENTROPOP; GARANTIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR: As refeições são servidas no CENTROPOP; Café da manhã: 08:15h às 10h, média 60 ao dia; Almoço: 12h às 13h, 47 ao dia; Café da tarde: 15h às 16h, média 40 ao dia; Jantar: 20h, média 25 ao dia para os beneficiários do Acolhimento. CIAMP RUA MUNICIPAL: Tem CIAMP, mas não é paritário. É composto por 3 órgãos municipais; não tem integrantes da sociedade civil. **4 – MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA -** Informação Geral: O CREAS é o responsável pelo atendimento à população em situação de rua: com Abordagem Social, acolhida, higiene pessoal (banho), higiene de seus vestuários com a disponibilização de lavanderia, café da manhã e da tarde, almoço em algumas situações, doações de roupas, calçados e cobertores, encaminhamento para documentações, inclusão no CadÚnico, CAPS AD, CAPS II, Comunidades Terapêuticas, Patronato, Albergue, UBS's, orientações a questões de direitos e judiciário, encaminhamentos para a Agência do Trabalhador; Não tem CENTRO POP; ACOLHIMENTO: Pela Instituição Albergue Noturno Frederico Ozanan, com 50 vagas, durante o ano inteiro; ABORDAGEM: Abordagem Social é realizada pela equipe técnica do CREAS durante o dia; após o expediente, das 17:30h até às 08h do dia seguinte, a SEMADS mantém um serviço de plantão Social em sistema de sobreaviso e ronda para atendimentos e encaminhamentos que se fizerem necessários; NEGATIVA DE ACOLHIMENTO: Concessão de agasalho, cobertores e eventualmente passagem, quando identificada a necessidade; CADASTRADOS: Somam 80 indivíduos cadastrados no CadÚnico, parte destes identificados como itinerantes; Atendimentos no CREAS: em torno de 20 por dia, com idade que variam entre 18 e 65 anos, considerando as pessoas em situação de rua do município e também os itinerantes; SEGURANÇA ALIMENTAR: No CREAS: aos atendidos pelo equipamento, são ofertados o café da manhã e tarde; eventualmente são ofertadas marmitas; Os que são ali atendidos, já estão incluídos no Cadùnico, com a solicitação de inclusão no Programa Bolsa Família, que prevê a transferência de renda como o auxílio à manutenção das necessidades básicas do indivíduo; CIAMP RUA MUNICIPAL: Estão estudando a possibilidade para criação do ciamp municipal e implantar alguma forma de moradia primeiro, possibilitando real condição de saída das ruas; **5 - MUNICÍPIO DE PINHAIS -** Informação Geral: Não tem Centro POP; Atendimento pelo CREAS; PLANO DE AÇÃO PARA O INVERNO: Não tem Plano de Ação, mas realizam os Acolhimentos Institucionais, através do Plantão Social, dos atendimentos da Abordagem Social e atendimentos às demandas do CREAS; ACOLHIMENTO: Tem Acolhimento através de credenciamento de serviços; o pagamento é feito através de diárias e |

| | | |
|---|---|---|
| | | não há limite de vagas, sendo inverno ou não; DEMANDA REPRIMIDA: Não existe demanda reprimida; EQUIPE DE ABORDAGEM: Tem Serviço de Abordagem durante o dia e a noite o plantão social a noite e finais de semana; NA RECUSA DE ACOLHIMENTO O QUE É FEITO NO INVERNO: A pessoa fica identificada e passa a receber visitas mais frequentes, buscando vinculá-la aos serviços e aos profissionais. Ofertam também banho, documentos, entre outros serviços; LEVANTAMENTO E CADASTRADAS NO CADÚNICO: São 84 pessoas cadastradas no CadÚnico; GARANTIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR: Fornecem refeições diárias para os que estão acolhidos e para aqueles que estão no CREAS em atendimento; No Acolhimento as refeições são preparadas na hora; e no CREAS são solicitadas marmitex. **6. MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO -** PLANO DE AÇÃO PARA O INVERNO: O município fez chamamento para acolhimento, mas deu deserto. Não estando implantado o Serviço de Acolhimento do município, intensificou o Serviço de Abordagem Social, fazendo entrega de cobertores, agasalhos e sopa durante o período de inverno. Previsão para implantação de Acolhimento pelo próprio município, ou por Termo de Fomento, para os anos 2020/20121. VAGAS DE ACOLHIMENTO NO PERÍODO DE INVERNO: No ano de 2018 disponibilizadas 30 vagas para acolhimento emergencial de inverno, restando utilizadas uma média de 14 vagas. DEMANDA REPRIMIDA: Considerou-se satisfatório o nº de vagas disponibilizadas em 2018, visto terem sido em maior nº das efetivamente utilizadas. EQUIPE DE ABORDAGEM DIA E NOITE: A Abordagem municipal é feita pelo CREAS de segunda a sexta-feira das 08h às 17h; Durante o inverno a abordagem passa a funcionar em horário diferenciado, para suprir de forma eficiente as necessidades da população em situação de rua. PROVIDÊNCIAS AOS QUE RECUSAM ACOLHIMENTO NO FRIO: As pessoas que recusam acolhimento, recebem cuidados com cobertores, agasalhos e alimentação quente. LEVANTAMENTO E CADASTRADOS: Estão inscritas no CadÚnico 61 pessoas em situação de rua do município. Destas, 44 pessoas recebem Bolsa Família. Os que passam pelo município, geralmente informam que já fizeram cadastro em outro município. O município tem feito esforço de cadastrar todas as pessoas em situação de rua no CadÚnico; GARANTIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR: O Centro POP atende a população em situação de rua de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h, ofertando café da manhã, almoço e café da tarde. **7. MUNICÍPIO DE UMUARAMA -** PLANO DE AÇÃO PARA AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: Tem Plano de Ação, enviou uma cópia integral do mesmo. ENCAMINHAMENTOS: Possui Centro Pop, o qual faz os encaminhamentos para acolhimento e outros serviços; tem a entrega de roupas, agasalhos e cobertores, calçados, materiais de higiene pessoal; oferta de espaço para lavar roupa; banhos diários com kit higiene; parceria com voluntários para corte de cabelo a cada 15 dias; e todas as demais atribuições de encaminhamentos e atendimentos próprios de um centro-pop; Entre outros, possui parceria com o Centro Espírita que possuem o Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos, onde é trabalhado a autonomia e emancipação destes usuários. ACOLHIMENTO: Termo de fomento com APROMO, que atende na |

| | | |
|---|---|---|
| | | área de Acolhimento como Casa de Passagem para adultos e família, com estrutura para 40 ou mais diante da necessidade do inverno; E o Abrigo Chico Xavier na mesma modalidade com a capacidade 23 pessoas. SERVIÇO DE ABORDAGEM SOCIAL: É realizado pelo Centro-POP, de segunda a sexta-feira, 8 horas diárias, e abordagem noturna periódica, mais intensificada no período do inverno, fazendo os encaminhamentos para acolhimento, realizando o Cadastro Único do Governo Federal. Também realizam trabalhos gradativo para construção de vínculo e processo de saída das ruas. O QUE É FEITO COM OS QUE RECUSAM ACOLHIMENTO NO INVERNO: Os que não aceitam a oferta de pernoite durante o inverno, são distribuídos cobertores, agasalhos e outros; LEVANTAMENTO E CADASTROS: Estão cadastrados no município de Umuarama um total de 190 usuários; O município salienta que atualmente são 15 pessoas que estão em situação de rua. GARANTIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR: Parceria com o Centro Espírita Allan Kardek / Casa da Sopa, com atendimento durante a semana, de segunda a sexta-feira, das 08h às 16h, ofertando café da manhã e almoço garantindo sua segurança alimentar; Além disso, no Centro-POP é ofertado o café da manhã e o café da tarde; comemorações a datas especiais, como festa junina com produtos típicos, almoço de natal, comemorações de aniversariantes do mês, do aniversário do Centro pop, fazendo confraternização no pesqueiro. CIAMP RUA MUNICIPAL: Informam que está em andamento o Decreto para a criação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da população em situação de rua do Município de Umuarama; **8. MUNICÍPIO DE MARINGÁ** - PLANO DE AÇÃO PARA O INVERNO: Todos os anos no período do inverno, em baixas temperaturas climáticas, ocorre a execução de abordagens diferenciadas, com intensificação das abordagens sociais nas ruas, com ampliação da equipe de trabalho, para os diversos encaminhamentos, tanto social como da saúde. O calendário oficial de inverno se inicia no dia 21 de junho, entretanto o alerta do serviço se detém nas quedas bruscas de temperatura, podendo oscilar de um período a outro. ACOLHIMENTO NO INVERNO E NO RESTANTE DO ANO: De forma rotineira é ofertado 50 vagas de acolhimento na entidade credenciada, sendo vagas rotativas. Há possibilidade de maior oferta de vagas de pernoite quando há maior procura, pela mesma entidade credenciada; No período de mais ou menos 3 meses mais frios, é estabelecido contrato de prestação de serviços, ampliando vagas de acolhimento. Em Acolhimento governamental são 10 vagas, na perspectiva de aumento de 10 para 25, para atendimento personalizado a esse público; A Entidade Santa Luzia de Marilac com 50 vagas de acolhimento; Portal da Inclusão com 10 vagas, com perspectiva de aumento para 15; outra Entidade atende no sistema de República masculina para 10 usuários. DEMANDA REPRIMIDA DE ACOLHIMENTO: Tem uma parte das pessoas em situação de rua, que tem comprometimento com substâncias psicoativas, geralmente do sexo masculino e que lhes são ofertados encaminhamentos para tratamento e recusam na sua concretização. O município tem entidades cadastradas para esta situação. Existem acolhimentos de públicos rotativos nas localidades, realizados por instituições sociais e que são cadastradas e outras em processo de cadastramento. EQUIPE DE ABORDAGEM |

| | | |
|---|---|---|
| | | DURANTE DIA E NOITE: Sim, o Serviço de Abordagem é realizado no horário das 08h às 23h; e após este horário o contato é feito por chamada telefônica ou por aplicativo de celular, número divulgado na comunidade: (44) 99103-5661. RECUSA DE ACOLHIMENTO, QUAL ALTERNATIVA OFERECIDA: Na recusa para o Acolhimento, a equipe oferece cobertores no período de frio. Contando também com os banhos e troca de roupas, bem como alimentação, ofertados pelo CENTROPOP. LEVANTAMENTO E CADASTRAMENTO NO CADÚNICO: Desde 2013 e 2014 houve a discussão do movimento CRAK é possível vencer; ao morador de rua foi disponibilizado o Cadastro. E desde então já cadastraram 595 pessoas em situação de rua no CENTROPOP. Mas sabem que alguns deles são itinerantes. Por isso, quando procuram para atualizar os dados ou se cadastrarem, o Serviço é ofertado. GARANTIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR: Em Maringá a alimentação para as pessoas em situação de rua é ofertada pela OSC cadastrada no município: café da manhã, almoço e jantar, desde que respeite as regras do serviço. No Centro pop é ofertado lanche reforçado, 2 vezes ao dia. Por outro lado, se o usuário quiser ir no restaurante popular, também é ofertado vale-alimentação. No entanto, a preferência é pela oferta de alimentação na OSC. **9. MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU -** PLANO PARA O INVERNO: Tem o Plano de Atendimento para Situações de Baixas Temperaturas, com reforço da Equipe de Abordagem e alongamento com 24h de atendimento ininterruptas, com vigência até o mês de setembro de 2019. Ressaltando que até o presente momento todos que buscaram o serviço de acolhimento foram atendidos e sua totalidade. ABORDAGEM SOCIAL: No inverno funciona com busca ativa 24h, em toda abrangência do território municipal, sendo que existe um 0800 de plantão no qual a população pode solicitar atendimento. CENTROPOP: Atende das 07h às 19h, atendendo em média 40 pessoas por dia. Oferta-se atendimento psicossocial, acolhimento, banho quente, toaletes, roupas, alimentação. Realiza encaminhamentos dependendo da avaliação psicossocial. ACOLHIMENTO: Casa de Passagem: para 30 indivíduos adultos de 18 a 59 anos ou famílias e excepcionalmente idosos em situação emergencial, com alimentação e abrigo. Casa de Passagem: adultos do sexo masculino de 18 a 59 anos, com alimentação e abrigo. Casa de Passagem >Acolhimento Institucional Lar Esperança: para 30 homens e 10 mulheres, com alimentação e abrigo. ALTERNATIVA PARA QUEM RECUSA ACOLHIMENTO: As pessoas que não desejam Acolhimento, são orientadas de como prevenir hipotermia e como obter agasalhos no CENTROPOP ou através do SEAS. LEVANTAMENTO E CADASTROS: Com base no RMA do Serviço Especializado de Abordagem Social, tem registro de atendimentos a 349 pessoas em situação de rua no mês de junho do corrente ano. Destes, 175 alegam fazer uso de substância psicoativa e 124 dos atendimentos dispensados foram para migrantes. Na Base do Cadastro Único, há registro de 222 famílias/indivíduos em situação de rua, destes, 150 recebem benefício de transferência de renda do Bolsa Família. **10. FAZENDA RIO GRANDE - Centro POP** – janeiro – junho / 2019 Informações recebidas, conforme segue: Atendimentos no Centro POP – acolhida e triagem 129, escuta qualificada 1046, atendimento social 434, refeições 1.253, banho 237, encaminhamento |

| | | |
|---|---|---|
| | | ou acompanhamento para a US ou UPA (saúde) 72. Total de Atendimentos: 3.171. Total de pessoas atendidas: 325. Atendimentos no Abrigo: acolhida e triagem 79, escuta qualificada 5, refeições 1.003, banho 369. Total de atendimentos 1.456. Total de pessoas atendidas 98. |
| | 60. Situação de relevância em Cascavel. | Voltam à discussão as questões levantadas pelo município de cascavel. A Secretária Municipal de Assistência Social, conforme relatório acima, solicita em âmbito de Estado que seja tratado o seguinte assunto: o encaminhamento de pessoas em situação de rua de um município menor para outro maior que tem acolhimento sem nenhum encaminhamento: cascavel tem recebido muitos usuários vindo de municípios de pequeno porte. Eles só tem uma prova, pois os municípios enviam sem comprovação. Relata exemplo de solicitação de um município vizinho solicitando por escrito para o acolhimento no albergue noturno, isso tem se tornado comum na região; fala que é importante frisar que as instituições de acolhimento de Cascavel não tem protocolos integrados entre os municípios, ou seja este tipo de encaminhamento não está sendo em âmbito Estadual, ou mesmo regional, sobrecarregando financeiramente esse município. Uma outra mulher chegou naquele dia no Centro Pop como vítima de violência doméstica, informando que o carro da saúde do município vizinho a trouxe para posterior acolhimento em Cascavel. Estas situações representam omissão de atendimento dos municípios que é provada pela falta de oferta suficiente pela rede socioassistencial local. A sugestão é estudar possibilidades pra dar outro encaminhamento, já que cada município deve dar conta das necessidades de sua população. Passaram para outro ponto relevante, que são os repasses de recursos estaduais que auxiliam ao município custear as despesas e manutenção das unidades de Acolhimento, porém o menor valor de repasse de recurso é para o acolhimento, continua dizendo que seria válido se o Estado possibilitasse aumento do recurso para o investimento em acolhimento, possibilitando efetivamente a saída das ruas. Essas duas questões já foram encaminhadas para o CEAS, porque na reunião passada foi falado sucintamente sobre a questão e foi entendido que seria interessante mandar para o social. Relatam que o Sr. Leonildo, sabendo da situação, sugeriu que seria melhor enviar para o ministério Público. Alguém informa que em São José dos Pinhais também acontecem os mesmos problemas, com pessoas que vem principalmente do litoral e são despejadas ali. Ficou decidido aguardar o posicionamento do CEAS, e depois disso reunir o GT aprovado, para estudar possíveis alternativas e encaminhamentos sobre a situação. |
| | 61. Roraima – Major Micrute. | Relata que os migrantes têm autorização oficial para entrarem por Roraima, vindo da Venezuela. Que o lugar é lindo, geograficamente é plano, asfalto perfeito, construído há 20 anos pelo exército. Boa Vista foi construída copiando a cidade de Paris. Que a geografia de Roraima é plana, rios com 1200m de largura, não é selva amazônica. É Caatinga e cerrado misturado. Ficou impressionado com a beleza do local. Que ali tem plantações de milho, soja e trigo. A Fronteira mais próxima é da |

| | | |
|---|---|---|
| | | Goiana Inglesa. A partir de agosto de 2019 está autorizado entrarem mais pessoas, com passagens e alimentação patrocinados pela Cáritas, vaticano, pastoral da família, e CNBB, e o Exército Brasileiro, fornecem passagens aéreas. Que o presidente Maduro (Venezuela) soltou todos os presos, e mandou eles irem para outros países. Até agosto entrava 300 pessoas, agora entram 1000 (mil) por dia. Todo o dia abrem o portão da fronteira e entram 1000, então fecha o portão e eles aguardam até o outro dia para entrar, vem por Pacaraima, Quando chegam em Roraima, tem 17 abrigos do Exército Brasileiro, cada um deles abrigam 500 a 700 famílias, com 3 refeições por dia, tem escolas com aulas de português. Que eles têm um bom nível escolar. O Exército divide pelos 27 estados brasileiros, e são enviados por avião aos municípios que os aguardam. Que são muito trabalhadores e dedicados, e com ótimo grau de instrução. Informa também sobre o programa formando cidadão, do Estado do Paraná. Que os venezuelanos comentam sobre estilo de vida dos brasileiros, que se vestem bem, usam joias, e que na Venezuela não tem nada disso, pois seria muito caro viver dessa maneira. Que os venezuelanos comentam que aqui no Brasil eles estão no paraíso. Que acham tudo muito barato, e de fácil acesso. A grande preocupação deles é achar um emprego, para poderem pagar seu próprio aluguel, para não ficarem em situação de rua, como acontece a muitos brasileiros e migrantes que aqui chegam.<br>Foi informado para encaminhá-los ao **CEIM – Centro Estadual de Informações para Migrantes e refugiados**, onde serão encaminhados para emprego, documentos e outras necessidades. Fornecido contato e endereço do **CEIM: Endereço: Rua Desembargador Westphalen, 15 – 13º andar – Edif. Dante Alighieri, Centro, Curitiba/PR. Contato: (41)3224-1979, ceim@sejuf.pr.gov.br, horário de atendimento: das 8h30 às 17h30.** |
| | | |
| **MÊS** | **AÇÕES** | **PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS** |
| **Outubro reunião CIAMP Rua/PR 08/10/2019** | 62. Acompanhamento das políticas públicas em andamento: Seminário Pró-convivência Familiar | Patricia relata que no seminário falaram nas pessoas em situação de rua e falaram de dois projetos que estão sendo feitos, um é do Pequeno Nazareno de Fortaleza eles fazem acolhimento de crianças e adolescentes só população de rua, com trabalho de centralidade na família, de buscar a família dessas crianças e adolescentes, fazem toda a retomada, busca pela família extensa, e busca pela família de origem, fazem um trabalho conjunto com outras políticas não só o acolhimento mas os demais serviços da rede socioassistencial. Foi constatado que há muitas crianças e adolescentes na rua, identificados nos relatórios enviados pelos municípios. As questões debatidas serão encaminhadas ao CONANDA – Conselho Nacional da Criança e Adolescente. |
| | 63. Proposta dos assessores do Dep. Evandro Araújo, sobre distribuição | Os Assessores do Dep Evandro Araújo explicam que a questão envolve a saúde pública. Talvez deva-se pesquisar quais doenças possam ser evitadas com o uso adequado do material; a aquisição do mesmo em primeiro momento poderia ser solicitado a empresas distribuidoras. O |

| | | |
|---|---|---|
| | de absorventes higiênicos para as mulheres em situação de rua | comentário dos presentes é que a entrega do material para as usuárias e feito no momento que elas necessitam, pois elas não têm como carregar consigo, sendo que não conseguem armazenar na rua. Lembram que não dá para padronizar esse atendimento, pois devem ser procedimentos individuais. Informam que foram constatados muitos casos de DSTS; foi sugerido conversar com a equipe do consultório na rua para ter números corretos de casos destas situações, por terem maior contato e talvez até pesquisa. Membro do Comitê sugere que esta questão poderia ser uma política de governo. Jaqueline informa que se tivesse o Programa Moradia Primeiro #housingfirst, o custo para o governo seria menor do que a pessoa em situação de rua. Pois cada pessoa em situação de rua custa para o Poder Público em torno de R$ 3,000,00 e se tivesse essa política de moradia custaria R$ 1600,00 por pessoa. Comentam também que a saúde estadual não tem essa informação, e que este atendimento poderia ser também intersetorial, junto com assistência social, por ser questão não é só de higiene, mas sim de qualidade de vida. Vanessa informa que em torno de 17% das pessoas em situação de rua em Curitiba são mulheres. Lucimar comentou que em Curitiba tem quatro equipes de atendimento, que cadastradas tem seiscentas mulheres em situação de rua em idade férteis. Que o Método Implanon, legalmente previsto no município de Curitiba, que é um implante voluntário para a infertilidade, e já foi implantado em 150 mulheres em situação de vulnerabilidade de Curitiba, 78 delas são mulheres em situação de rua. Completa que a saúde pública não tem a atribuição de distribuição de materiais de higiene. Que seria talvez mais direcionado à assistência social. Alguém complementa que esta questão pode gerar um projeto, pois, com certeza, tem despesas, podendo a questão ser inserida nos Centros POPs, tais como o armazenamento de sabonetes, xampu, absorventes higiênicos e outros. É necessário conhecer melhor essa realidade para podermos normatizar. Essa questão foge do imaginário, pois os estudos de extensão universitária da UNINTER, o Consultório na Rua, Mãe Curitibana, sobre a mulher em situação de rua, grávidas em situação de rua, indicam que as mulheres são usadas, violentadas, exploradas pelos homens, porque é mais fácil a mulher pedir, elas conseguem mais fácil. Quanto mais estuda-se sobre a mulher em situação de rua, percebe-se que ela está em extrema vulnerabilidade. Dia 10/10 terá uma reunião promovida CES, sobre o Implanon, (que fez um convenio com H. C.) que é um implante consentido, é um projeto da saúde municipal, acompanhado pelos profissionais das US, é um método que vem somar para evitar uma possível gravidez indesejada. Iplanon não está no rol do SUS, é mais um projeto ofertado para a mulher pela Prefeitura de Curitiba. Perguntam ao Felipe sobre o projeto do absorvente higiênico que ele propôs, se existiria a possibilidade de verba da ALEP? Felipe responde que acha que não. Pode-se fazer um levantamento das empresas que produzem, com a sugestão de possível parceria. Conselheira fala da problemática da pessoa em situação de rua, a dificuldade de acesso ao banheiro público, descarte depois de usados, etc.., é sempre bom abranger todas as facetas dos problemas que parecem fácil para todos nós. A questão não é sair distribuindo, é saber onde vai distribuir, pois até nos Centros POPs, não tem livre acesso toda hora para todos, pois é um número limitado de pessoas que entra, quando entram o número |

| | | |
|---|---|---|
| | | previsto, não entra mais ninguém naquele dia. Dulce comenta sobre um projeto de uma aluna de faculdade sobre absorvente higiênico para mulheres em situação de rua que saiu nas redes sociais. Informam que uma universitária fez esse projeto de distribuir O.B., que é projeto experimental de laboratório. Outra pessoa comenta que as mulheres de rua são as que menos procuram os serviços públicos. Na casa da mulher também tem um limite de pessoas, e fecha a entrada as 18 h. Como já dito, 17% da população em situação de rua são mulheres, as quais passam por situações de abuso, muita violência, e não acessam os equipamentos da prefeitura. A representante do Centro POP da Fazenda Rio Grande informa que eles tem somente duas mulheres em situação de rua. Conselheira conta que em todas as cidades o número de mulheres é baixo, a demanda maior é masculina, e as mulheres ficam mais fragilizadas pois praticamente não pensam nelas para políticas públicas de acolhimento, por serem em menor número nas ruas. Comenta que as mulheres em situação de rua sofrem muita violência dos próprios moradores de rua, situação de muita complexidade. Dulce pergunta qual o encaminhamento o Comitê decide sobre esta pauta? Se convidam a Saúde ou a assistência social de Curitiba, já que a pauta proposta foi sobre o uso de absorvente higiênico pelas mulheres em situação de rua de Curitiba? Ou outro tipo de encaminhamento? Será encaminhado convite para os Centros POPs de Curitiba, fazenda Rio Grande, e Campo Largo, e ficou de ser agendada uma reunião com o Gabinete do deputado, para tratarem do assunto proposto e outros. |
| | 64. Denúncia de dificuldades das pessoas em situação de rua conseguirem realizar Boletim de Ocorrência na forma presencial, quando vão fazer o R.G | Jaqueline – Casa da Acolhida - informa que estava difícil para conseguir para agendar para fazer R. G., mas agora já está bem melhor. Só que agora está acontecendo outra situação que impede a confecção do R.G. Agora eles pedem para a pessoa fazer boletim de ocorrência para provar que perdeu os documentos. Acontece que a pessoa de rua não tem casa e nem computador para fazer o Boletim de Ocorrência on-line, e eles mandam as pessoas embora e perdem o agendamento. O funcionário que atende se nega fazer o boletim. Informa que a população de rua tem dificuldade para o acesso online. A Assistente Social Jaqueline é de opinião que este tipo de demanda não é da POP RUA, nem da Casa da Acolhida, é da própria Secretaria de Segurança, portanto eles é que devem achar solução para tal procedimento. Professora da Uninter relata que segundo uma aluna da universidade, a polícia Civil tem uma demanda muito grande de pedidos de R. G. por isso não dá conta de fazer ambos procedimentos. Que a assistência social do município e os CONSEGs tem que participar, conclui dizendo que isso foi orientação de um policial. Todos sabem que não é fácil para o morador de rua, pois eles precisam entender um pouco de informática. Dulce pergunta se o Centro POP faz o boletim de ocorrência de extravio de documentos? A representante responde que a demanda em Curitiba é muito grande por isso não conseguem. Sugerem em municípios de menor porte, como Fazenda Rio Grande e Campo Largo, seja mais fácil fazer pelo Centro POP pela demanda ser bem inferior e por isso eles terem livre acesso ao equipamento. Aqui em Curitiba se ficarem fazendo isso não vencerão a demanda. Os Centros POP em Curitiba abrem e atendem 70 pessoas por dia somente. De |

| | | |
|---|---|---|
| | | qualquer forma entende que isso é trabalho da SESP já que a exigência é deles. Não estão fazendo e estão demandando o serviço deles para outros da qual não é a responsabilidade. Dulce pergunta o que o Comitê propõe que seja feito? Sugerem que seja solicitado através de um documento do CIAMP pedindo que venha um representante da SESP ou que seja demandado à SESP que deveriam ter um informativo impresso com informações dos passos que os funcionários devem seguir, pois na ponta os funcionários se negam a fazer, e isso seria uma questão de bom senso. Sugerem que o representante do CIAMP da SESP leve essa informação para esses funcionários, pois são moradores de rua e não têm acesso a computadores. Devem saber que devem fazer uma escuta diferenciada às pessoas em vulnerabilidade. Sem querer ser injusta, reconhece que têm funcionários que ouvem esses moradores, mas a maioria não ouve. Entende que deve haver um alinhamento interno. Conselheira fala que no entendimento dela este tipo de comportamento caracteriza racismo institucional. Levantar discussão com representantes do SESP, sobre esse assunto, para informações, o próprio indivíduo pode fazer auto-declaração de que se encontra em situação de vulnerabilidade, e não tem endereço fixo. Houve uma época que não reconheciam pessoas em situação de rua, e ainda tem pessoas que exigem deles que sejam referenciados. Dulce comenta que já são referenciados nas políticas públicas, mas muitas coisas ainda devem ser adequadas e ajustadas para proteção e defesa dos direitos fundamentais das pessoas em situação de rua sejam respeitados. O Comitê propõe enviar correspondência para SESP ou pautar para próxima reunião, quando os representantes estiverem presentes. Conselheira sugere que enviem e-mail, para o representante da SESP, informando que surgiu essa demanda para que a mesma possa ser esclarecida - Aprovado. Mesmo sendo aprovado o encaminhamento a plateia comentou situações que envolvem a perda dos documentos da poprua, tais como, que a FAS e guarda municipal de Curitiba, recolhem os pertences dos moradores de rua e não devolvem nada, tem moradores de rua que já fizeram carteira de identidade três vezes, retiram cobertas, pertences, e jogam no lixo. Dulce pergunta se isso seria uma denúncia. Profissional que trabalha na FAS comenta que alguns policiais pensam que todos os moradores de ruas são bandidos. Outra pessoa da plateia comenta que seria muito importante fazer esse movimento de desburocratização, pode demorar mais do que ter uma mediação pedagógica entre Instituto de identificação e o CIAMP. Falou que tem desses serviços online em todos os departamentos, ex, armazém da família, tudo tem que fazer online, e essas pessoas não conseguem, mesmo que liguem não tem horário. Continua argumentando que deve ser uma política pública, ou visitar para mostrar que tem essa fragilidade, reduzir os danos: conselheira sugere que o representante do CIAMP leve essa demanda à SESP. Até para garantir o acesso ao serviço existe um preconceito ao vulnerável, as pessoas em situação de rua vão fazer essa documentação por 5, 10 vezes. E sabem que isso é cansativo para quem esta ponta; essa mediação de vínculos com eles é muito importante. Portanto a solicitação para a SESP deve ter o encaminhamento que o morador tenha acesso ao boletim de ocorrência nas delegacias onde vão fazer o R.G. Ter uma opção para ele fazer essa denúncia lá mesmo. Conselheira exemplifica que nós temos quem faça para nós, mas os |

| | | |
|---|---|---|
| | | vulneráveis não têm essa facilidade, só tem os direitos violados, portanto o Estado tem que cumprir seu papel. Na sequência foi realizada a demanda aprovada pelo Comitê, oficiando a Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária – SESP, com o relato da situação exposta, solicitando providências. O Protocolo Digital nº 16.152.085-3 seguiu para SESP/GS, on-line pelo Sistema de Protocolo Digital do Estado, seguindo a tramitação normal dentro dos setores responsáveis. Até o presente momento não retornou para a SEJUF. Estamos acompanhando. |
| | 65. Nota Técnica / Nota Orientativa – Sobre a Política Pública Para a População em Situação de Rua, orientando também sobre o Programa "Moradia Primeiro" #housingfirst. | Dulce informa que adicionou mais uns pontos na Nota Técnica, que poderá também ser chamada de Nota Orientativa e atualizou os nomes dos membros. Segue a cópia do documento, sem os anexos os quais serão adicionados posteriormente com as tabelas de levantamentos de informações dos municípios I – Introdução: O fenômeno da situação de rua reflete uma questão ampla e sistêmica, na qual estão envolvidos não somente aspectos individuais, mas também fatores familiares e principalmente sociais como a desigualdade e preconceito, exigindo das políticas públicas respostas efetivas e transformadoras. Afinal, o grupo formado pela população em situação de rua não carece apenas de condições físicas e materiais, também lhes falta o respeito, dignidade e um olhar sensível que os torne visíveis e sujeitos de direitos dentro da sociedade. Esta Nota Técnica tem como finalidade apresentar os parâmetros da política para a população em situação de rua, procurando delinear as causas e fatores deste fenômeno crescente na sociedade, principalmente nos maiores centros urbanos, mas não ficando isentos os menores também. Num segundo momento, propõe-se investigar os dados existentes sobre este segmento, tendo em vista que quantificá-los é o primeiro passo na busca de políticas justas e integrativas. Sabe-se que o número de pessoas em situação de rua é muito maior do que se supõe e que devido a exclusão social e aos constantes deslocamentos, esta tarefa se torna ainda mais difícil. Em seguida, é importante avaliar as políticas públicas em curso no Brasil, as quais tiveram seu início com os movimentos sociais de luta por direitos, prosseguiram com a construção de uma Política Nacional para a População de Rua, mas que ainda seguem lentamente diante de muitos desafios. Procurou-se também introduzir as necessidades existentes dentro das políticas públicas e por fim, sugerir caminhos que objetivem trazer fundamentos e esclarecimentos sobre este assunto tão delicado, mas necessário para desenvolver cidadania com novas conquistas sociais. II – Metodologia: A metodologia segue dentro de pesquisas bibliográficas, correspondentes a textos já publicados sobre o assunto e levantamentos de dados do Ministério de Desenvolvimento Social - MDS e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, bem como informações de municípios, proposições do CIAMP Rua/PR, Cadastro Único do Governo Federal e outros. III – Fenômeno da População de Rua: Conforme definição da Secretaria Nacional de Assistência Social – MDS 2005, a população em situação de rua se caracteriza por ser um grupo populacional heterogêneo, composto por pessoas com diferentes realidades, mas que têm em comum a condição de pobreza absoluta, vínculos interrompidos ou fragilizados e falta de habitação |

| | | |
|---|---|---|
| | | convencional regular, sendo compelidas a utilizar a rua como espaço de moradia e sustento, por caráter temporário ou de forma permanente. Já o Decreto nº 7.053 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, define assim este segmento: [...] grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009). Entre os principais fatores que podem levar as pessoas morar nas ruas estão: ausência de vínculos familiares, perda de algum ente querido, desemprego, violência, perda da autoestima, alcoolismo, uso de substâncias psicoativas e doença mental. Um dos reflexos do intenso processo de exclusão social é a população em situação de rua que, em decorrência da ocupação do solo urbano estar baseada na lógica capitalista de apropriação privada do espaço mediante o pagamento do valor da terra, não dispõe de renda suficiente para conseguir espaços adequados para a habitação e, sem alternativas, utiliza as ruas da cidade como moradia. Apesar da realização de alguns programas sociais, poucas políticas públicas são desenvolvidas para solucionar esse problema. Os Órgãos Governamentais, as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e as Instituições Religiosas se dividem em políticas públicas e nos serviços de amparo a essas pessoas, atuando na distribuição de alimentos, roupas e cobertores, ainda na defesa de direitos fundamentais para esta população. Outro trabalho da assistência social são os Acolhimentos temporários, Casas de Passagens, Repúblicas que, de um modo geral, são considerados insuficientes para suprir a demanda dessa população, não conseguindo concretizar a sua saída das ruas. A complexidade do fenômeno e a diversidade de interesses no campo do Estado, geram limites nos encaminhamentos para a superação de rua, nas soluções apresentadas pelas políticas públicas. Neste sentido, a situação de rua só pode ser resolvida através de um esforço concentrado, multiprofissional e intersetorial das instituições governamentais e da sociedade civil para desenvolver estratégias integradas. A luta tem que ser multidimensional, há que tratar das causas que conduzem a esta condição, como também das consequências dramáticas que afetam a população de rua. É preciso zelar para que seus direitos sejam protegidos, assegurando moradia, assistência social, saúde, educação, trabalho, a fim de reverter a situação de rua. As pessoas em situação de rua enfrentam quotidianamente condições de vida terríveis e ficam expostas a todas as formas de vulnerabilidade. Tais condições de vida são inaceitáveis, porque vão contra os valores fundamentais dos Direitos Humanos, compartilhados e defendidos (4. ref. bibl.) pela ONU, da qual o Brasil é signatário. IV - Dados Gerais sobre População em Situação de Rua: Embora grande parte dos estudos sobre esse segmento de população tenha sido realizada no século XX, há registros de sua existência desde o século XIV. Portanto, a população em situação de rua não teve a devida atenção nas políticas públicas nos séculos anteriores, e sua abordagem pode ter sido impulsionada pelo aumento de seu contingente, visto que a cada ano mais indivíduos utilizam as ruas como |

| | | |
|---|---|---|
| | | moradia. Destaca-se que, a quantificação e as pesquisas relacionadas a população de rua são o primeiro passo na conquista de direitos fundamentais, na criação e oferta de novos serviços, bem como na necessária avaliação de políticas públicas no âmbito das três esferas governamentais. O Decreto presidencial nº 7.053/2009, já sinalizava a importância do mapeamento para que fossem tomadas medidas para essa fatia da população. Assim, o texto Legal prevê a participação do IBGE e do IPEA na Política Nacional para a População em Situação de Rua. Neste sentido, os defensores públicos apontam, segundo Baldioti, (5.ref.bibl) que o IBGE necessita criar uma metodologia para este tipo de estudo, apesar do mesmo argumentar que não tem estrutura e nem expertise técnica para tal avaliação. Entre as dificuldades, está por exemplo, evitar que a mesma pessoa seja contada mais de uma vez, o que requer conhecimento mais detalhado da região por parte do pesquisador. Diante deste contexto duas questões também devem ser consideradas: divergência de conceitos e metodologias, estudos que realizaram contagens, amostras, pesquisas qualitativas e dificuldades tanto de conceituar como de mensurar esta população, em aspecto não restrito ao Brasil. Um dos poucos estudos de referência foi desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome entre os anos de 2007 e 2008. A pesquisa em 71 cidades brasileiras com população superior a 300 mil habitantes (exceto São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre). Dela surgiu a publicação - Rua: aprendendo a contar - pesquisa nacional sobre a população de rua. Os resultados divulgados em 2008, demonstrando que 31.922 pessoas utilizavam as ruas como forma de moradia no país. Entretanto, esses números são bem maiores, pois cidades importantes não fizeram parte desse levantamento. Ainda com relação ao perfil desta população, a publicação mostra que em sua maioria são homens, jovens e de idade economicamente ativa, se qualificam a maior parte como pardos, vivendo a mais de dois anos em ruas e albergues e quase 30% a mais de 5 anos nas ruas. Segundo o parecer do pesquisador Marco Antônio Carvalho Natalino, no seu estudo "Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil" (ref.bibl. 2), responsável por estudo, ressalta que estas pesquisas, não refletem de forma precisa a situação das cidades. Isso porque, por exemplo, as metodologias usadas pelos municípios são diferentes. No relatório, o pesquisador propõe, ainda, que a contagem dessa população seja incorporada ao Censo de 2020. E segundo última informação do IBGE ao Comitê Nacional Intersetorial da Política para a População em Situação de Rua, serão inseridos na contagem os locais que podem ser Georreferenciados, como: locais de acolhimento e moradias sociais, bem como locais de moradia improvisados como embaixo de pontes e viadutos. O estudo alerta também para a necessidade de incorporar essa população ao Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), o que possibilitaria que, por exemplo, eles tivessem acesso à transferência de renda e habitação. (2. ref. bibl.) O Brasil não conta com dados oficiais sobre a população em situação de rua. Esta ausência prejudica a implantação de políticas públicas voltadas para este contingente e reproduz a invisibilidade social da população de rua no âmbito das políticas sociais. Para contornar esta dificuldade, o texto do IPEA apresenta estimativa da população em situação de rua no Brasil utilizando-se de dados |

| | | |
|---|---|---|
| | | disponibilizados por 1.924 municípios via Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo Suas). Com base nessas informações, realizou-se um modelo linear generalizado, com a variável de resposta assumindo uma distribuição de Poisson, considerando o tamanho da população municipal como variável de exposição ao fenômeno, ou offset, para estimar a população em situação de rua para as demais municipalidades brasileiras. O modelo teórico considera variáveis de crescimento demográfico, centralidade e dinamismo urbano, vulnerabilidade social e serviços voltados à população de rua, bem como o número de pessoas em situação de rua cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal (Cadastro Único). Estima-se que existiam, em 2015, 101.854 pessoas em situação de rua no Brasil. O texto se encerra recomendando que seja incentivada a realização de pesquisas municipais com a população em situação de rua nos maiores municípios e que, nos municípios menores, o desenvolvimento e a disponibilização de metodologia de diagnóstico da população de rua pode fomentar a incorporação deste segmento nas atividades locais de vigilância socioassistencial, incluindo um maior esforço de incorporação deste grupo no Cadastro Único. (2. ref. bibl.) IV.1 - Dados sobre o Paraná: No inverno de 2019 o CIAMP Rua/PR fez solicitação a alguns municípios de maior porte sobre levantamento das pessoas em situação de rua, para podermos formar parâmetros para delinear políticas intersetoriais (ficou decidido que todos os dados do Paraná, tantos os enviados pelos municípios, como os dados resultantes do levantamento do Cadastro Único do Governo Federal – CadÚnico, serão compilados pelos parceiros da UNINTER e o CRP e expostos na reunião de dezembro, e colocados com anexos na Nota Técnica). VI – Histórico e Cenário Atual das Políticas Públicas: A Política Nacional para a População de Rua foi construída diante de uma mobilização na busca de direitos e contra ausência de reconhecimento e visibilidade deste segmento da população. Por volta do final dos anos de 1970 a Pastoral do Povo da Rua, da Igreja Católica, começou a implantar casas de assistência para as pessoas em situação de rua, como também estimular a organização de movimentos populares de catadores de materiais recicláveis e realizar eventos sociais. Os movimentos sociais da época visavam mais uma transformação cultural em busca de interesses da população, contrastando com práticas assistencialistas. Em 1990 ocorreu a intensificação das lutas da população de rua por seus direitos e em busca de avanços. A realização do Grito dos Excluídos, promovido pela Pastoral Social da Igreja Católica, bem como outras Igrejas participantes do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs em 7 de setembro de 1995, chamou a atenção de toda a sociedade civil para as privações vividas por aqueles que têm a rua como ambiente de sobrevivência. Os assassinatos cruéis de pessoas que aconteceram no episódio conhecido como Massacre da Sé, impulsionaram militantes de vários estados a organizar o MNPR (Movimento Nacional da População de Rua) em Belo Horizonte no ano de 2005. Ao longo dos anos foram realizados fóruns, debates e encontros que discutiam temas como: violência, preconceito, construção de autonomia, moradia para a população de rua. Estes eventos culminaram na implantação da Política Nacional para a População de Rua, instituída pelo Decreto nº 7053/2009 e que define princípios, diretrizes e objetivos desta política. |

| | | |
|---|---|---|
| | | A Política Nacional para a População em Situação de Rua – PNPR, estabelece uma política descentralizada, com processos de garantia de participação e controle social. Sua estruturação consta com uma instância de discussão, monitoramento e acompanhamento, CIAMP-RUA (Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População de Rua), cujos membros têm representações governamentais e não governamentais. Entre os direitos que devem ser contemplados à população de rua, como qualquer cidadão brasileiro, estão àqueles incluídos na Constituição de 1988, os direitos humanos e sociais. No acesso a estes direitos que o segmento encontra a maior dificuldade, sendo assim necessitam prioritariamente serem incorporados nas políticas públicas de forma integrada. Dentre eles os principais são o direito: a igualdade e dignidade; bem como os direitos sociais, a saúde, a educação, a alimentação, a assistência social, a segurança e a moradia. V.1 – Moradia: Atualmente no Brasil, o Comitê Nacional da População em Situação de Rua informou que está elaborando alterações na Política Nacional para a População em Situação de Rua, dando ênfase agora ao acesso à moradia, com o Projeto Moradia Primeiro, #housingfirst, que já foi implantado em 20 países, e no Brasil em algumas cidades. A ideia é propor mudanças na concepção e na metodologia de atendimento a esses indivíduos, dando foco às ações voltadas a habitação, trabalho e emancipação dessas pessoas, em uma adaptação do modelo "Housing First" (Moradia Primeiro). (2.ref. bibl.) "Algumas experiências internacionais exitosas têm mostrado que é possível a saída definitiva da situação de rua com dignidade, acesso a direitos e aumento da autonomia por meio do acesso imediato à habitação e atuação de várias políticas setoriais", ressaltou o MDH. Outrossim, a legislação garante que "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança." (CF, art. 5º)"São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados." (CF, art. 6º). (ref. bibl.3.) V.2 - Saúde: A Saúde Pública oferta a toda a população, inclusive às pessoas em situação de rua, atendimento gratuito nas Unidades Básicas de Saúde Pública. Em alguns municípios é ofertada a modalidade de Consultório na Rua, com equipe móvel, que atende o cidadão onde ele se encontra. V.3 Educação: Alguns Centros POP, em Parceria com a Secretaria de Educação, estão ofertando Educação para Adultos, dentro do Centro POP, já que alguns relatam que não vão para as Escolas porque sofrem com o preconceito, por diversas causas: vestimenta, odor, e além disso, por não terem como pagar o vale-transporte. V.4 Assistência Social: As situações de exclusão social refletem uma realidade de violações de direitos para as famílias e para a maioria de seus membros. No fenômeno da população em situação de rua estão presentes componentes complexos que envolvem não somente as questões socioeconômicas e de sobrevivência do grupo familiar, mas também nas dificuldades do cumprimento da sua função de proteção e socialização. Neste sentido, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) compreende uma atuação no fortalecimento e reestabelecimento de vínculos familiares e comunitários, bem como na construção de |

| | | |
|---|---|---|
| | | autonomia, com ações que abrangem o acesso a serviços de apoio e inclusão em rede de atendimento. Na Proteção Social Básica busca-se a inclusão das pessoas em situações de rua na rede socioassistencial e o acesso a benefícios da Assistência Social com a finalidade de prevenir a vulnerabilidade e risco social, sendo assim é importante o cadastramento destas pessoas no Cadúnico. Trata-se de um processo que facilita a inserção nos programas sociais, promove o acompanhamento necessário do usuário na rede e a seleção do mesmo para o recebimento de benefícios (Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada e Benefícios Eventuais), auxiliando ainda o Estado no monitoramento mais efetivo de suas ações. No âmbito da Proteção Social Especial, os serviços são organizados para atender demandas específicas e ao mesmo tempo, complexas e abrangentes, como é o caso da população em situação de rua. Portanto, este nível de proteção destina-se a famílias e/ou indivíduos que se encontram em risco pessoal e social, com direitos violados. Segundo a LOAS, Lei Orgânica de Assistência Social, (1993) a proteção social especial abrange: conjunto de serviços, programas e projetos que tem o objetivo da reconstrução dos vínculos familiares e comunitários, defesa de direitos, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violações. No que se refere a Média Complexidade, os serviços da Proteção Especial para a População em Situação de Rua são dois: Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua – Centro Pop e o Serviço Especializado em Abordagem Social. Na Alta Complexidade definem-se os serviços de Acolhimento para Adultos e Famílias em Situação de Rua, ofertado para as modalidades de: Casa de Passagem, Abrigo Institucional e República. O Centro Pop oferece exclusivamente o serviço especializado para este segmento da população, sua implantação e funcionamento devem estar centrados na concepção de garantia de direitos, inclusão social, autonomia e construção de um projeto de vida. Portanto as atividades, de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009), são direcionadas para o desenvolvimento da sociabilidade, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares. No trabalho técnico inclui a análise de demandas dos usuários, orientação individual e grupal, além de encaminhamentos para outros serviços socioassistenciais e outras políticas públicas. Em casos de municípios que não possuem Centro Pop, a articulação e acesso as ações é realizada através do CREAS, e na sua ausência pelo CRAS. Cabe ao Serviço Especializado em Abordagem Social, ainda conforme Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009), assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Este serviço pode ser realizado por um Centro Pop ou por um CREAS, dependendo das especificidades de cada município. Além disso, é fundamental promover para o usuário a resolução das necessidades imediatas e inclusão nos demais serviços. Na Alta Complexidade, o Acolhimento visa prevenir o agravamento das situações de violência e ruptura de vínculos, auxiliando na garantia de proteção integral, no desenvolvimento de capacidades e oportunidades para que os |

| | | |
|---|---|---|
| | | indivíduos façam suas escolhas com autonomia, possibilitando a saída das ruas. De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, configura-se como acolhimento provisório, ofertado em unidades (Abrigo, Casa de Passagem e República) distribuídas no espaço urbano de forma democrática, respeitando o direito de permanência e usufruto da cidade com segurança, igualdade de condições e acesso aos serviços públicos. Destaca-se que na organização do serviço é necessário ainda o respeito aos costumes e as diversidades; bem como uma estrutura capaz de proporcionar condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade. Finalmente, salienta-se que para execução dos serviços de forma articulada e descentralizada, a LOAS (1993) prevê que cada esfera do governo (ente Federal, Estadual e Municipal) tem sua primazia da responsabilidade. Especificamente compete aos Estados: o cofinanciamento com destinação de recursos financeiros, o assessoramento através do apoio técnico e monitoramento. V.5 Segurança: ainda nada foi sinalizado, estamos no aguardo do que a SESP nos repassar. VII – Necessidades: Seguindo o conteúdo das legislações vigentes, Decreto Federal nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e Decreto Estadual nº 2.405 de 15 de setembro de 2015, que institui o Comitê Intersetorial de Acompanhamento da Política para a População em Situação de Rua do Estado do Paraná, bem como o Termo de Adesão à Política Nacional, referente aos direitos fundamentais dos seres humanos, neste caso, das pessoas em situação de rua, a plenária do Comitê Estadual, imbuída dos mais altos padrões humanitários, busca saídas e alternativas de forma intersetorial, para melhorar a qualidade de vida das pessoas em situação de rua, com políticas públicas adequadas, nas áreas de moradia, segurança alimentar, trabalho, educação, saúde, assistência social, justiça e segurança. Além disso identifica-se a dignidade da pessoa humana como princípio absoluto, prevista no artigo 1º, inciso III da Constituição Federal, o que constitui um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, inerente à República Federativa do Brasil: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito a vida, a liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade. Artigo 5º da Constituição Federal - Capítulo II – dos direitos e deveres individuais e coletivos. Bem como, “Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.” Artigo 13 da Declaração Universal dos Direitos do Homem (G.N.). Ademais, “Todo ser humano tem direito ao trabalho, escolha de emprego, condições justas e favoráveis de trabalho e proteção contra o desemprego”. Artigo 23 da Declaração Universal dos Direitos do Homem (G.N.) Para tanto, seguem as Proposições do CIAMP Rua/PR, elaboradas coletivamente na Carta da Reunião Ampliada, realizada em julho de 2019, com a presença de diversos municípios, onde foram elencadas as necessidades e objetivos a serem perseguidos e cumpridos, pelas organizações, órgãos e instituições governamentais do Estado e Municípios do Paraná, como também da sociedade civil, responsáveis pelas áreas institucionais responsáveis pelo segmento POPRUA |

| | | |
|---|---|---|
| | | conforme seguem: CARTA DE PROPOSIÇÕES 2019 – CIAMP RUA/PR - 1. Zelar pela paz, não aceitando violências contra os cidadãos em Situação de Rua; 2. Desenvolver no Estado e nos Municípios, ambientes amistosos para as Pessoas em Situação de Rua; 3. Manter bianualmente, dados atualizados sobre as Pessoas em Situação de Rua de seu município; 4. Trabalhar com as políticas públicas de forma intersetorial e multiprofissional; 6. Fortalecer as políticas públicas municipais para as pessoas em situação de rua, criando o Comitê Municipal, com representantes governamentais e da sociedade civil organizada, de forma paritária; 7. Realizar Adesão à Política Nacional para as Pessoas em Situação de Rua; 8. Programar evento intersetorial anual em alusão ao dia 19 de agosto para a sensibilização ao Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua; 9. Possibilitar acesso gratuito para garantia de segurança alimentar, das Pessoas em Situação de Rua; 10. Fomentar projetos de moradia/habitação, junto às companhias de Habitação do Paraná – COHAPAR e COHABs para as Pessoas em Situação de Rua; 11. Buscar preventivamente, medidas para atender as Pessoas em Situação de Rua em sua totalidade, nas épocas mais frias do ano. 12. Apresentar relatório da atuação das diferentes políticas públicas do seu município voltada à Pessoa em Situação de Rua nos últimos dez anos como marco da implantação da política Nacional da População em Situação de Rua (2009 a 2019). 13. Qualificar os integrantes das forças de segurança pública, abrangendo todo o efetivo policial e da Guarda, para intermediarem e fornecerem todo o apoio necessário à inserção das Pessoas em Situação de Rua junto à rede de Proteção. 14. Potencializar os aspectos de atuação preventiva e humanitária da Polícia Militar do Paraná e Guardas Municipais, enrijecendo os laços de proteção, promoção e garantia dos direitos fundamentais das Pessoas em Situação de Rua. VIII – Caminhos e Recomendações: Diante do que dispõe os artigos 13 e 23 da Declaração Universal dos Direitos Humanos seja efetivado o HOUSING FIRST (Traduzido do inglês - Habitação Primeiro) é uma inovação relativamente recente em programas de serviços humanos e política social em relação ao tratamento de pessoas que estão desabrigadas e é uma alternativa para um sistema de abrigos de emergência / progressões de habitação de transição. O modelo foi desenvolvido pelos EUA e já efetivado no Canadá, Espanha, Portugal, França, Dinamarca e mais 20 países da União Europeia, com diferentes níveis de implementação e propostas de arranjos locais (10.ref.bibl.) Tem como foco o fornecimento de moradia e conexão. Os resultados são consistentes e benéficos aos cofres públicos, pois acaba se tornando uma forma mais econômica de acolhimento, já que é em formato a viabilizar a saída real das ruas. Ou seja, como o nome já diz, ele entende a moradia como a primeira etapa do processo de intervenção. Ou seja, inverte-se a ordem usual de assistência, priorizando, antes de tudo, alocar as pessoas em situação de rua em uma casa individualizada. A ideia é gerar oportunidades de integração comunitária, além de melhorias na saúde física e mental através da estabilidade trazida pela moradia. Até então, a ida para casa era a última etapa de longos e ineficientes processos de tratamento, que não levavam em conta a autonomia do indivíduo e deixavam de romper barreiras simples e importantes para a entrada no mercado de trabalho. |

| | | |
|---|---|---|
| | | A Assistência Social e a saúde farão o acompanhamento. Esta habitação não seria tratada como um bem imóvel adquirido pelo sujeito, mas como um Serviço, onde o morador ficará no local, sendo acompanhado no formato intersetorial e multidisciplinar, até adquirir sua própria independência financeira. Com o objetivo de dar resposta à ausência de proposta na área da habitação para a população em situação de rua, o Ministério dos Direitos Humanos vem discutindo desde julho 2016 com representantes da sociedade civil e dos demais ministérios que compõem o CIAMP – Rua, a estruturação de uma nova concepção e metodologia para a População em Situação de Rua, como um Plano Nacional, tendo como prioridade o acesso imediato das pessoas em situação de rua a uma moradia individual, digna e segura, acompanhada de equipe de apoio flexível e multidisciplinar. Nessa nova proposta as políticas de habitação, trabalho, assistência social e saúde, atuarão para a emancipação das pessoas, e passam a ser o foco das ações, fazendo assim a transição do modelo assistencialista para um modelo adaptado às realidades brasileiras referenciado no modelo Housing First ( Moradia Primeiro), que pressupõe resultados efetivos de saída das ruas e redução de custos para administração pública (8. ref.bibl.). Tem-se esse modelo desenvolvido nos EUA para pessoas que precisam de níveis significativos de suporte que as permitam deixar a situação, abrangendo grupo de pessoas com transtorno mental, com deficiência, doenças crônicas ou que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas. Na lógica desse modelo, primeiramente e necessariamente a pessoa acessa a moradia e ao longo do tempo vai acessando os demais serviços de apoio de forma a garantir que ela permaneça na moradia, evitando assim que volte à situação de rua. Logo, a pessoa não precisa estar" limpa', livre dos transtornos, álcool, drogas e outros para acessar a moradia, precisa apenas EXISTIR aos olhos do Poder Público e da sociedade. A eficiência do modelo está diretamente relacionada ao seu objetivo principal que é o acesso e permanência na moradia. Nos casos avaliados de implementação do Housing First o percentual de pessoas que entram no projeto e após dois anos permanecem na mesma moradia é de 80% (6.ref.bibl.), não abandonando o local. Para corroborar, tem-se que Porto Alegre já dispõe de Programa nesse sentido "Moradia Primeiro" (7. ref.bibl.). Em Curitiba uma parceria da Igreja Católica com o INRUA – Instituto Nacional Defesa dos Direitos Humanos das Pessoas em Situação de Rua, estão desenvolvendo um Projeto Piloto neste sentido, enquanto Foz do Iguaçu e Brasília estão com Projetos em fase de elaboração (9.ref.bibl.). Como sugestão, os municípios poderiam implementar tal projeto e, para a sua implementação, no seu arranjo e diante da sua identidade local, poderia utilizar de vários métodos: utilizaria dos imóveis pertencentes ao órgão municipal de habitação, direcionando um percentual para atendimento social das pessoas em situação de rua, na modalidade Moradia Primeiro. Pode ser criado auxilio aluguel, para ser utilizado nesta modalidade. Podem ser utilizados prédios do município que não estão sendo destinados a outro uso, reformados para serem transformados em unidades de Moradia Primeiro. As unidades de moradia primeiro devem ser mobiliadas antes de designar quem irá ali habitar. O modelo pode ser desenvolvido em parceria com empresários ou instituições da sociedade civil. Não há tempo pré estabelecido para sua saída, muito pelo contrário, cada |

| | | |
|---|---|---|
| | | pessoa tem tempo diferenciado para conseguir sua própria independência. Os casais e famílias devem ser acolhidos nessas moradias, igualmente pessoas sozinhas. Estes moradores deverão ser acompanhados pelo município de forma intersetorial, para realizarem conjuntamente, todos os encaminhamentos que o morador daquele imóvel poderá necessitar, para aos poucos conseguir sua autonomia – saúde, documentos, alimentação, trabalho, educação etc…; as despesas de luz e energia também correrão por conta do município. Conforme o indivíduo tiver alguma atividade financeira, combinar em conjunto um percentual do seu ganho para melhorar sua qualidade de vida. A inclusão do indivíduo com a Comunidade onde ele estiver morando é algo de primordial importância para que não se sinta isolado e sozinho, e volte para as ruas. |
| | 66. Discussão e argumentação sobre a Nota Técnica | Conselheira argumenta que existem várias instituições da sociedade civil que colaboram nas demandas de defesa dos direitos e alimentação; algumas também com acolhimentos. Houve argumentações. Pedem para mudar o termo morador de rua, se ele já mora na rua, falaram que só no Brasil existe esse termo. O texto foi complementado. Dulce comenta que não seria tratar só com compaixão, mas como pessoas de direito. Comentou-se que o que gera a incapacidade é a complexidade das ações para as pessoas em situação de rua é que mesmo dentro dos órgãos existem disputas e conflitos de interesses no ambiente institucional, com isso limitando a efetividade das políticas públicas. Dulce continua com a leitura da nota técnica e comentou que incluiu o que recebeu informações do levantamento de inverno. Recebeu por último o plano de São José dos Pinhais. João Vitor e Ana Júlia farão uma tabela, foi incluído todo o resumo do município de Cascavel no levantamento do Paraná. Membro pergunta se tem necessidade de publicar os dados para que todos os municípios saibam? Dulce pergunta se os municípios presentes se sentiriam constrangidos com a divulgação dos dados fornecidos? Concordaram que podem colocar. Fazendo um anexo pois, ao invés de ser constrangedor, pode ser estimulador. Colocar o que é População de Rua, e os encaminhamentos que estão sendo feitos nos municípios. E quais são as necessidades que existem nessa política. É por isso que foi sugerido o G. T. Dulce cobrou a necessidade de reunião do grupo que foi formado e chamado e ninguém deu retorno. Diante dessa observação alguns se manifestaram, sem nada de positivo a acrescentar, pedindo para publicar onde colocarão a nota em anexo. Ponderou ainda que houve municípios que não responderam o questionário, mas a maioria enviou. A Júlia do CRP vai fazer um gráfico. Londrina por exemplo respondeu que tem 468 que são cadastrados no cadúnico e 468 que não, pelo levantamento realizado pela UEL, IMC, SMAS, MP. Membro observa que municípios poderão questionar essa nota técnica, perguntando porque não são citados. Dulce sugere colocar no documento a informação sobre a escolha feita em reunião extraordinária, onde foi decidido enviar a solicitação para os municípios de maior porte e alguns da região metropolitana de Curitiba. Argumenta que o documento foi enviado a todos os membros solicitando contribuições, mas não houve devolutiva, por isso foi sugerido a criação de um G. T. - Grupo de Trabalho. Conselheira |

| | | |
|---|---|---|
| | | questiona qual o objetivo de fazer nota técnica? Dulce relembra que este documento está previsto no Plano de Trabalho 2019 do CIAMP Rua/PR. |
| | 67. Acompanhamento de eventos em benefício de pessoas em vulnerabilidade e risco. | No mês de outubro acontecerão alguns eventos que seguem:<br>1. SEJUF e SESI, farão lançamento de Programa sobre erradicação da pobreza;<br>2. Lançamento do APP Paraná Solidário sobre doações para as entidades filantrópicas;<br>3. II Fórum de Acesso a Justiça para as pessoas em situação de rua, com a presença de autoridades da justiça e área de direitos humanos da União e do Estado do Paraná; o Diretor nacional de Direitos Humanos se fará presente.<br>4. Informe geral: está sendo desenvolvida uma pós graduação sobre população de Rua da UFPR, e em São José dos Pinhais. |
| | 68. Acompanhamento da Solicitação do Município de Cascavel | Cascavel com 2 questões solicita ação do Estado, informando que municípios vizinhos enviam pessoas moradores de rua para Cascavel, sem formalizar parceria e isso incide no orçamento. A situação foi enviada pela coordenação do CIAMP para o CEAS, que enviou para a coordenação de política social especial/CPSE para fazerem possíveis análises e encaminhamentos. Também com avaliação de fluxo em reunião do G. T./CIAMP, e ver o que o comitê acha que deve ser feito, pois o fato vem acontecendo em outros municípios de maior porte também. A plateia comenta sobre o benefício eventual, enviado pelo Estado, para ser utilizado pelos municípios, que pode ser utilizado em retorno ao lar ou a outra cidade com maior possibilidade para emprego/trabalho, o qual é administrado pela assistente social do município, que deve ter interlocução com o outro município que será demandado pelo envio desta pessoa, e que não está acontecendo a interlocução. Todas questões deverão ser avaliadas pelo GT/CIAMP. Como o GT foi chamado e não se reuniu, a coordenação do CIAMP elaborou um ofício orientativo sobre a situação de Cascavel, solicitando online aos membros do CIAMP a avaliação do mesmo e autorização para o envio. O Ofício nº 023/2019 CIAMP foi autorizado e enviado ao Secretário Municipal da Assistência Social de Cascavel. |
| | 69. Canais de Transparência | A partir de questionamento do CIAMP Rua PR sobre canais de transparência, foram informados pela coordenação do CIAMP, que todos os documentos do Comitê estão sendo disponibilizados no site da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho: http://www.justica.pr.gov.br/Pagina/CIAMP-Rua, onde toda a população pode acessar. |
| | | |
| **MÊS** | **AÇÕES** | **PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS** |

| | | |
|---|---|---|
| | 70. Distribuição de materiais impressos | A coordenação presenta-se o material que chegou de Brasília, cartazes da Declaração Universal de Direitos Humanos, e Cartilhas com Orientações para os técnicos, para conseguirem as documentações que pessoas em situação de rua necessitem. Poderão expor o cartaz nas suas organizações; e as cartilhas estão sendo entregues para serem distribuídas para a área técnica. |
| **Novembro Reunião Ordinária CIAMP Rua/PR 12/11/2019** | 71. Relato do Seminário e Oficinas do: Conexões em Pró da Convivência Familiar e Comunitária da Terra dos Homens – troca de experiências | Patrícia / DAS/CPSE; Patrícia relata que no seminário falaram de várias questões sobre o assunto "família", além disso, como estava previsto, foi incluído o tema sobre pessoas em situação de rua e falaram de dois projetos que estão sendo feitos, um é do Pequeno Nazareno de Fortaleza, eles fazem acolhimento de crianças e adolescentes só população de rua e tem todo o trabalho de centralidade na família, de buscar a família dessas crianças e adolescentes, fazem toda a retomada na busca pela família extensa a busca pela família de origem que é um parâmetro da assistência social, fazem um trabalho conjunto com outras políticas não só o acolhimento mas os demais outros serviços da rede assistencial. No relato da representante do Rio de janeiro, de uma região bem precária, que é do CAPS daquela área, veio demanda de mulheres grávidas usuárias de crack que estavam na rua, iriam ter seu bebê e não tinham lugar para ficarem ou fazerem os tratamentos. Então eles fizeram na época com dinheiro da poprua uma casa de acolhida só pra essas mulheres. O trabalho foi desenvolvido e algumas deixavam de usar a substância outras não. Trabalham com elas também a redução de danos. O ponto negativo é que quando mudou o governo, mudou a gestão e fecharam a casa e não tinham onde colocar essas mulheres. Havia o dinheiro, tinha o recurso, mas não se sabe o que houve que não deram continuidade ao trabalho e tiveram que de alguma forma colocar essas mulheres em outros lugares. Este foi um exemplo de um trabalho feito de forma super positiva, mas não deram continuidade. Nas oficinas foram dois relatos de pessoas em situação de rua que se teve, e outro de acolhimento de criança adolescente, mas a segunda etapa foi específica de população em situação de rua. Nos outros 2 dias teve outras oficinas e dentro das oficinas Patrícia diz que percebeu que são questões muito comuns entre os Estados, são metodologias diferentes, tinha gente de São Paulo, do Rio de Janeiro, Minas Gerais, mas os problemas são os mesmos dentro da assistência social. As vezes o juiz ou a parte jurídica que está tratando o assunto não tem conexão com a família de origem. Vão levar o resultado das discussões das oficinas com os assuntos trabalhados para o CONANDA. Foi criado um fluxo de atendimento preventivo e um fluxo pós acolhimento e não só para a população de rua, mas em geral, criança e adolescente. Patrícia relata que dia 14 de novembro acontecerá um encontro no Rio de Janeiro específico sobre pessoas em situação de rua, eles vão tentar construir um fluxo para o atendimento de mulheres grávidas em situação de rua e vão levar para o CONANDA também. A parte do fluxo que foi feita mais para o preventivo e os pós acolhimento, eles vão tentar levar para a próxima que vai ter no Rio de Janeiro, foi bom pois as oficinas renderam boas ideias, sendo importante levá-las em frente. Foi comentado entre os representantes o futuro das crianças e adolescentes, |

| | | |
|---|---|---|
| | | o preparo, a moradia para os mesmos que saem de um orfanato e não tem moradia. Naturalmente ele saíra do orfanato e se tornara uma pessoa em situação de rua pelo fato de não ter moradia nem estrutura. Por esse motivo foi feito o fluxo de pós acolhimento. A solução seria moradia para essas crianças, estariam encaminhadas. Foi ressaltado que também tem a parte do Projeto Nazareno que trabalha com isso com a parte de emprego para que esses jovens tenham uma estrutura. Dulce comenta o quão é importante os técnicos se unirem nas reuniões para debater, buscar soluções para os problemas cotidianos tanto de pessoas em situação de rua, crianças, adolescentes, priorizando essa retomada da família. Patrícia comenta que muitas mulheres grávidas não procuram ajuda pelo medo de depois que nascer a criança tirarem da mãe pelo fato de não ter estrutura social, financeira e psicológica; por esse motivo muitas deixam de fazer até mesmo o pré-natal. Patrícia relata um caso de uma mulher que é o segundo filho que lhe foi tirado, e ela está com um problema psicológico sério por causa disso; outra questão é o acolhimento de muitas crianças pela negligência dos pais. O Seminário Conexões, teve vários encontros, dois para tratar somente de crianças de pais encarcerados, entre outros. Todos esses trabalhos serão levados para CONANDA, para garantir o não engavetamento dos mesmos. Foi feito um trabalho com voluntários de algumas Ongs, com alguns dados atuais para poder passar nesse treinamento, levantando os seguintes dados: em Curitiba hoje tem 10 vagas na casa de mulheres, 5 vagas para mulher no Bairro Novo, e 5 vagas no Sitio Cercado. Uma está grávida e a outra está com um bebê pequeno. Este é um ponto em que não se sabe o que tem que ser feito. Segundo informação da dra. Ana Carolina do consultório na rua, estima-se ter pelo menos 600 mulheres em situação de rua que são atendidas pelo consultório, e entra na porcentagem do estudo Nacional que fala que a média varia entre 12 e 17% das pessoas que estão em situação de rua são mulheres. Um dos representantes diz que alguns municípios estão fazendo recorte da politica da assistência social, estão dividindo pessoas por idade, estão fazendo coisas que na política de assistência social está errado. Um dos presentes na reunião do CIAMP, diz que provavelmente no próximo ponto de pauta pode ser pensado em colocar uma verba para a política estadual poprua, para ser direcionado também a estas questões. Um dos membros do CIAMP comenta que como representantes do CIAMP RUA os mesmos tem direitos de saber o que está acontecendo na política social, o que está acontecendo que as pessoas não estão conseguindo um alcance da política social. A representante diz que as políticas devem trabalhar em conjunto, que precisa ser intersetorial. Todos concordam com isso. |
| | 72. Construção de uma Política Estadual | Dulce Darolt informa o Comitê que sobre esta pauta indicada pelo Sr. Leonildo, gostaria de lembrar que desde o início do ano já havia levado ao CIAMP Rua/PR a necessidade do Plano Estadual da Política. Mesmo porque isso está previsto no decreto de criação do CIAMP. Agora o Leonildo solicitou a criação da política estadual e que seja criada com orçamento. Dulce informa que a solicitação do Coordenador do MNPR é procedente e necessária, explicando que na realidade a política estadual não foi criada na lei; que o Estado fez a Adesão a Política |

| | | |
|---|---|---|
| | | Nacional e o CIAMP RUA criado por decreto, mas não temos ainda a Política Estadual estabelecida pelo legislador. Dulce ressalta que tem observado que os municípios estão criando seu CIAMP através de decreto, espelhando-se no nacional que é por decreto. Umuarama entrou em contato para vermos a minuta da proposta de legislação deles; eles estão criando só o CIAMP, os quais serão orientados, caso queiram, criarem a política no mesmo documento, mesmo já tendo realizado a adesão a política nacional. Fazer a adesão é uma etapa diferente de criar a política. No Estado também temos a legislação do decreto do CIAMP, mas não temos a política criada. A representante pergunta o que o CIAMP pode fazer pra tentar colocar essa pauta dentro da assembleia legislativa? Dulce responde que tem que ser feito uma minuta de projeto de lei que tramitará internamente na SEJUF, se for aprovada pelo executivo da Pasta, só então irá para a Casa Civil, que encaminhará ao Legislativo para ser aprovada. Dulce explica também, que pensando em todas as questões com a ideia de criar um plano estadual, ela trouxe um plano estadual da população em situação de rua de outro Estado, que foi disponibilizado em consulta pública online em final de 2018 pelo Estado do Ceará. Informa que trouxe o mesmo para eles terem uma ideia como é criado um plano estadual, e o Ceará tem a lei de criação da política no final do plano (estabelecendo na mesma lei, a criação da política estadual e do Plano Estadual para a população em situação de rua). Transformar isso em lei seria uma garantia até para o próprio funcionamento do CIAMP. Dulce explica a diferença de plano estadual para política estadual, a política estadual é uma política legalmente instalada no estado para que o estado possa desenvolvê-la, o plano estadual é como vai desenvolver a política, envolvendo no plano estadual os atores responsáveis por desenvolver a política, bem como as diretrizes do que precisa ser feito, a legalidade para fazer, e as ações. Dulce relembra ao Comitê, que já havia falado em fevereiro, está anotado em ata, que já tinha proposto fazer um plano estadual, porque está previsto no decreto e sugere que seja criado para ser realizado pelo período mínimo de quatro anos, não menos que isso, por que é um projeto de longo prazo. Se for só a política sem o plano a política é um projeto de lei e o plano estadual depois de aprovado também pode ser pedido pra ser transformado em lei. Virando lei ou decreto, ele tem que ser cumprido. Outrossim, explica que o executivo tem prerrogativa de alterar itens na própria lei, caso seja necessário, desde que passe pelo legislativo. Sobre o Plano Estadual do Ceará a previsão dele é de 2019 a 2022 para cumpri-lo. Na sequência a coordenadora do CIAMP discorre sobre a construção do Plano Estadual da Política do Ceará, para possibilitar melhor entendimento aos representantes presentes do CIAMP Rua/PR, explicando como foi criado e delineado, conforme segue: são colocados os representantes institucionais, equipe de elaboração participantes das oficinas por eixo de trabalho, do eixo habitação e gestão e quais representantes participaram da oficina pra dizer o que queriam entrar naquele eixo de habitação e gestão, saúde e gestão e tem identificado quais os órgãos que participaram para esse eixo de saúde e gestão, interessante é que eles juntaram alguns assuntos educação, assistência social e gestão, segurança, cultura, esporte, lazer e gestão, outro eixo, sumário e diagnóstico. Outro representante diz que é interessante colocar como sugestão um projeto de lei, e eles estudarem |

| | | |
|---|---|---|
| | | o Plano do Ceará durante esse mês para pautar o estudo desse exemplo para a próxima reunião, para já vir embasado, podendo ser discutido um pouco melhor, de que forma o CIAMP pode fazer ou participar de uma configuração dessas no Paraná. Entretanto a coordenadora Dulce Darolt sugere que passem pelo plano agora, pois poderão fazer perguntas, onde as mesmas serão explicadas, e mostra para os mesmos o que contém em um plano, e foi explicando: ações estratégicas por política pública, educação, assistência social e gestão, segurança, cultura, esporte, lazer junto segurança alimentar. A gestão do plano normalmente fica encarregada a secretaria que coordena o comitê e a política, a qual cobra das outras secretarias que entraram nos eixos pra desenvolver essas ações, os resultados e os impactos sociais esperados, dentro dos indicadores do Plano Estadual, e as sistemáticas de monitoramento e avaliação, junto ao catálogo de indicadores de monitoramento e acompanhamento, e o cronograma de execução. No final do Plano deverão constar as referências bibliográficas, anexos, com decreto da instituição da política e do CIAMP, bem como as identificações teóricas. Dulce demonstra o Plano Estadual, por meio de apresentação no telão, bem como, por cópia física, para todos se apropriarem do conteúdo do mesmo: apresentação, os princípios, introdução, diagnostico com gráficos, o mapa de risco, os municípios que fizeram esse levantamento eles elencam os nomes dos municípios, no primeiro gráfico distribuição da população em situação de rua segundo a origem, residente na cidade, migrantes, distribuição da população por ciclo de vida, criança, adolescente, jovem, adultos e idoso, distribuição da população em situação de rua segundo a etnia branco, pardo, negro , índio, amarelo e até os sem informação. Dulce acha interessante analisarem esta minuta disponibilizada por outro Estado, pois todos terão a ideia de um plano criado para a população de rua do estado. Explica que será preciso um grupo de trabalho grande, pois terão muito trabalho a fazer, como os gráficos, análise de censos e informações; ações que cada secretaria irá desenvolver e para isso terão que realizar encontros individuais com os grupos técnicos de cada órgão para que os mesmos estabeleçam suas ações dentro de suas atribuições. E depois de cada ano de funcionamento do Plano Estadual, é feito o monitoramento do Plano, solicitando aos órgãos a informações sobre os cumprimentos das metas propostas. Então dependendo de cada secretaria eles vão dar as respostas e temos o respaldo pra cobrar pois eles mesmo disseram lá na construção do plano o que iriam fazer. Dulce pergunta se o CIAMP quer fazer uma minuta de criação da política estadual, ou já faz um plano? Dulce sugere em estabelecer os eixos. Depois com os eixos prontos poderão fazer videoconferência com os escritórios regionais, abrindo para as manifestações dos municípios na área governamental e sociedade civil, com suas sugestões para a população em situação de rua daquela região. Depois todas as propostas e questões serão compiladas por grupo de interesse. Depois é colocado em consulta pública e na consulta pública podem vir outras sugestões que serão igualmente compiladas. Neste ponto serão realizadas as reuniões com os órgãos. Conclui que criar um Plano Estadual é trabalhoso, mas necessário. Após a explanação sobre o Plano Estadual, colocou-se em pauta a proposta do Leonildo, sobre a Construção da Política Estadual da População de Rua do Paraná, que segundo ele para ser aprovada esse |

| | | |
|---|---|---|
| | | ano com orçamento, para que já entre no orçamento do próximo ano. Leonildo não compareceu, mas Carlos, seu suplente, explica a pauta proposta para os demais: o plano é criar recursos para atender outros municípios, se em Curitiba já existem dificuldades de atuação imagine nos municípios pequenos. Dulce diz que dentro disso tudo o ideal seria exatamente isso que o Carlos retratou e que o Leonildo tem em mente, quer seja para alcançar municípios de maior porte, médio ou pequeno porte. Dulce informa que o Decreto nacional tem previsão de suprimento das despesas do comitê financiadas pelo Governo Federal. Por fim o Comitê decide que lhes seja enviado por e-mail a cópia do Plano Estadual da Política do Ceará, para eles estudarem e nas outras reuniões voltarem falar sobre o assunto. O documento foi enviado a todos os membros, mas não houveram contribuições. |
| | 73. Autorização do CIAMP Rua/PR para cumprir ação Prevista no Plano de Trabalho 2019. | A Coordenadora do CIAMP, explica que no plano de trabalho 2019 verifica-se que algumas ações previstas ainda não foram cumpridas, por isso solicita autorização do comitê pra poder fazer um item que está previsto no plano de trabalho. No eixo 1, meta 1 diz: divulgar e apoiar na implantação de comitês em três municípios Cascavel Ponta Grossa e Paranaguá, Dulce solicita autorização para enviar ofício a estes e a outros mais, que são: Guarapuava porque já teve uma conversa com o prefeito e com o secretário da assistência social então já tem uma porta entreaberta, Palmas porque já tiveram entrevista orientativa com o secretário municipal da assistência social, Colombo que alguns técnicos da área disponibilizaram o município para realizarmos uma reunião ampliada do CIAMP Estadual, mais Apucarana e Almirante Tamandaré. Entende que valeria a pena acrescentar esses municípios que não estavam previstos – Solicitação aprovada. Os Ofícios foram feitos e enviados aos Prefeitos dos mencionados municípios, acompanhados com documentos e orientações. |
| | 74. Relatório da UNINTER sobre o CadÚnico PopRua | A Profª. Neiva Hack da UNINTER explana sobre o projeto de pesquisa e extensão sobre a população em situação de rua, relatando que a ideia do levantamento de dados pelo Cadastro Único do Governo Federal, foi porque ao ver o resultado dos dados do questionamento do inverno solicitado aos municípios de maior porte e que tinham enviado ao CIAMP, a pedido deste, quando foram apresentados, foi percebido que muitos dados do cadastro único não estavam presentes. A professora propôs com seus alunos, em fazerem um levantamento geral dos 399 municípios, para apresentarem ao CIAMP, assim teríamos um panorama do Estado. Neiva lembra que já está bem discutido e sabido que não temos o censo, e nem por isso significa que todas pessoas em situação de rua estejam cadastrados no cadúnico. A gente sabe que não. Mas são dados que existem e que valem a pena ver o que eles estão revelando. Então é a partir daí que a equipe trabalhou. O trabalho de pesquisa foi feito a partir de dados públicos, são dados que qualquer cidadão a qualquer momento pode utilizar. Existe possibilidade de requerer outras bases de dados, mas foi feita essa opção por ser mais prática, mais rápida e qualquer pessoa pode acessar. A partir do |

| | | |
|---|---|---|
| | | relatório de informações sociais, foi trabalhado com o estado do Paraná, os dados dos meses de agosto e setembro de 2019. Em vez de baixar todos os dados e depois lançar na planilha, a equipe fez ao mesmo tempo online. E no meio do trabalho rodou o mês. Por essa razão tem alguns dados de agosto outros de setembro; tem alteração de alguns dados, mas não é tão significativa de um mês pro outro. Os dados trabalhados para formar a planilha, foi do número de famílias cadastradas, a faixa de renda dessas famílias, o número de famílias beneficiárias do Bolsa Família, e o número de famílias cadastradas que são POP Rua. Existe a possibilidade de requerer os dados por pessoa individual, mas não são dados públicos, os dados públicos são por família, então foi trabalhado pelo número de famílias. As famílias cadastradas que são caracterizadas POP RUA em geral o número é muito parecido, como nesse setor é mais específico, pode-se entender um número muito semelhante, já na sua linha de forma geral é operado pouco pois o número de integrantes de famílias é maior. Porque o cadastrado e porque o beneficiário? Porque o cadastro único não é só para o programa bolsa família, nem todo mundo que está cadastrado no cadastro único recebe. Foram feitas análises comparativas nesse sentido. Alguns dados preliminares: total de famílias cadastradas no Brasil, no Paraná e em Curitiba. O que foi trabalhado foram os percentuais, com relação ao total de famílias que são caracterizadas como poprua, frente a todas as outras famílias cadastradas no Brasil é 0.47%, total de famílias consideradas poprua, frente a todas as outras famílias cadastradas no paraná 0.63%, e em Curitiba 2.1%. Se for feito uma análise de famílias que são beneficiarias do programa bolsa família, temos o total de famílias que são caracterizadas poprua e que recebem o programa bolsa família em relação as demais 0.64% no Brasil, 1.41% no Paraná e 4.99% em Curitiba capital do estado. Só isso já indica um alerta para a política pública, no momento que é trabalhado com bolsa família para os beneficiários só 0.64%, ou seja, praticamente metade de 1%. A pessoa caracterizada como POP RUA muitas vezes não vai ser priorizada, corre o risco de ficar esquecida, então esse número tão pequeno revela um pouco dessa invisibilidade também da população em situação de rua com relação ao benefício do Programa Bolsa Família. Do paraná o indicador um pouco maior é de Curitiba, chegando perto do 5%, o que dá uma visibilidade um pouco maior. Com relação ao Paraná, tem-se 7.702 famílias em situação de rua, cadastradas, e 4.278 famílias recebendo o benefício do Programa Bolsa Família, é um número significativo. Uma das representantes relata que tem uma pesquisa do IPEA de 2017 que diz que 46% da população em situação de rua tem cadastro único. A professora Neiva apresenta alguns grupos em sua pesquisa, informando que 162 municípios não têm cadastro, então pode ser que o município não tenha mesmo pessoas em situação de rua ou que ele não reconheça. Em algumas dessas pesquisas que foram feitas, alguns alunos ligaram para perguntar se eles têm pessoas em situação de rua, e o gestor da assistência no município falou que não há pessoas em situação de rua, somente migrantes. Explica que no contexto, a pessoa estava em todas as situações de acordo com a política nacional de uma pessoa em situação de rua, mas só porque ela não é nascida ali, o município a caracteriza como migrante para não considerar a pessoa em situação de |

| | | |
|---|---|---|
| | | rua. Portanto o bloco de 162 municípios que não tem nenhum cadastro ao mesmo tempo que pode não ter essa demanda pode também não assumir a existência desta demanda. Talvez seja possível agrupar estes municípios por Escritório Regional, para que os escritórios possam olhar para esses municípios e tendo a oportunidade de perguntar, se realmente não tem? E se tem, porque não estão cadastrados? São possibilidades. Neiva não chegou fazer a comparação com o número de habitantes daqueles que não tem. Dos municípios que tem pelo menos um, são 59%, 237 municípios. Como eles estão distribuídos até 50, entre 1 e 50 são 217 municípios. Com uma incidência maior são seis municípios que estão pontuados, e que tem mais de 50 até 100, então 51 até 100 cadastradas: Piraquara, Fazenda Rio Grande, Campo Largo, Guaratuba, Campo Mourão, Colombo, Araucária, Paranaguá e Pinhais. A maioria destes municípios pertencem à Região Metropolitana de Curitiba. Com a incidência de 101 a 150 de cadastros, no norte do Estado temos Cambé, de 151 a 200 cadastros Umuarama e Arapongas, 201 a 250 cadastros Foz do Iguaçu, 251 a 300 São José dos Pinhais, 300 a 350 Ponta Grossa, 351 a 400 Apucarana, a partir de 450 até 500 Maringá e mais de 500 Londrina com 650 cadastros e Curitiba com 2.343 cadastros. Sobre a pesquisa da professora Neiva pode–se analisar muita coisa, por exemplo, a questão da região metropolitana, alguns municípios do norte do estado que concentram estrategicamente essa população. A professora Neiva fez um Ranking de 1 a 20 dos que tem o maior número de cadastros e um Ranking de 1 a 20 de quem tem a maior população estimada de acordo com o IBGE. Curitiba Londrina e Maringá estão iguais tanto em quantidade de cadastros quanto em população e tem alguns municípios que fogem a regra por exemplo Apucarana, é o município em 12° lugar em quantidade de habitantes e em 4° no número de cadastrados no programa bolsa família, Arapongas está em 14° população estimada, e 9° em cadastros, Umuarama em 19° população estimada e 10° em cadastros. E tem outros municípios que nem chegaram a estar no ranking dos 20 mais de população estimada, Campo Mourão, Guaratuba e Piraquara, estes já estão a frente pela quantidade de cadastros. Pelo contrário, Colombo e Campo largo, estão mais a baixo. Colombo em 15 ° no cadastro e 8° em população estimada, Campo Largo em 18° nos cadastros e população estimada 13°. Ou seja, tem um valor estimativo e proporcional de mais população do que de cadastros. São pontos que chamam atenção. Outrossim, Guarapuava, Toledo e Almirante Tamandaré, tem um número grande de população e não tem cadastro. Foi feito também o percentual de famílias em situação de rua cadastradas no programa bolsa família em relação ao número total de famílias 10,37% Apucarana, Arapongas 6,91%, Umuarama 5,25%, Curitiba 4,99%, Maringá 4,85%, Astorga 3,80%, Cascavel 3,80%, Mandaguari 3,76%, Porecatu 3,17%, Itambé 2,86%, Formosa do Oeste 2,84%, Medianeira 2,82%, Londrina 2,50%, Paranaguá 2,47%, Cambé 2,40%, Guaratuba, 2,36%, São José dos Pinhais 2,30%, Ivaiporã 2,24%, Toledo 2,16%, Ibiporã 2,05%. No Brasil o comparativo é 0.64%, e no Paraná 1.41%. Então todos estes que estão no ranking, estão acima da média do Brasil. São 71 municípios que foram identificados com 100% de famílias em situação de rua beneficiarias do programa bolsa família, chamou atenção lugares onde tem famílias em situação de rua |

| | | |
|---|---|---|
| | | cadastradas mais nenhuma recebe, talvez tenha algum outro benefício, talvez não, também qual a justificativa dessas pessoas em não estarem recebendo? Outro ponto que preocupa é das famílias cadastradas, onde menos de 50% recebem, exemplo Sarandi 29 famílias estão cadastradas e apenas 12 recebem. Mas também temos bons percentuais, exemplo Ibiporã, 47 famílias cadastradas, 37 recebendo. Londrina 650 cadastros, 461 recebem. Arapongas 197 cadastros 144 recebem. Paranaguá 142 cadastros, 106 recebem. Araucária 124 cadastros, e 87 recebem. Fazenda Rio Grande 55 cadastros e 40 recebem, neste, mais de 70% da população cadastrada recebendo o bolsa família. A prof.ª Neiva encerrou sua apresentação colocando-se à disposição |
| | | |
| **MÊS** | **AÇÕES** | **PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS** |
| Dezembro reunião ordinária CIAMP Rua/PR 10/12/2019 | 75. Troca da coordenação do CIAMP Rua/PR | A coordenadora da Política da População em Situação de Rua, Dulce Darolt, informa a troca de coordenação do Comitê, assumindo a Técnica Amélia Allessi. Foi recepcionada pelo CIAMP Rua/PR. Outrossim Dulce informa que continuará coordenando a Política Estadual para a população em situação de rua, onde Amélia terá apoio. |
| | 76. Calendário de reuniões para o ano de 2020 | Reuniões Ordinárias a partir de fevereiro de 2020, toda segunda terça-feira de cada mês, na parte da tarde. Salvo Reuniões extraordinárias que serão chamadas quando o Comitê julgar necessárias. Aprovado. |
| | 77. Explanação da Compilação de dados do Inverno e CadÚnico dos Municipios – CRP-João Vitor – Julia | De acordo com as respostas do ofício 001/2019/CIAMP de 19 de julho de 2019. Perguntas que foram feitas aos municípios: 1. Existe plano de ação ou procedimentos específicos de inverno para atendimento à população em situação de rua? 2. Existem locais de acolhimento para este segmento da população? Quantas vagas são disponíbilizadas em período de frio? e nos restante do ano? 3. Existe demanda reprimida de acolhimento, ou seja, as vagas disponibilizadas são suficientes ou não? Se não, quantas mais seriam necessárias? 4. Existe equipe de abordagem durante dia e noite, para o encaminhamento das pessoas em situação de rua aos equipamentos municipais? 5. No serviço de abordagem, o que é realizado para as pessoas que recusam o acolhimento? Existe alternativas para protege-las do frio? Caso não haja serviço de abordagem, o que é feito para protegê-las do frio? 6. Quantas pessoas em situação de rua estão inscritas no cadúnico do governo federal em seu município? Além das pessoas que estão cadastradas, existem outras em situação de rua? 7. Como é feita a garantia de segurança alimentar das pessoas em situação de rua em seu município? elas tem garantia de alimentação diária, de qual forma? Municípios aos quais foi enviado o ofício, solicitando resposta: Almirante Tamandaré, Araucária, Campo Largo, Cascavel, Colombo, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Londrina, |

| | | |
|---|---|---|
| | | Maringá, Pinhais, Piraquara, Ponta Grossa, São José dos Pinhais, Umuarama. Destes, os municípios que responderam foram: Campo Largo, Cascavel, Colombo, Fazenda Rio Grande, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Londrina, Maringá, Pinhais, Ponta Grossa, São José dos Pinhais, Umuarama. Municípios que não responderam: Almirante Tamandaré, Araucára, Curitiba, Piraquara. Municípios que não possuem plano de inverno Pinhais, Campo Largo. Municípios que não responderam se possuem ou não plano de inverno são: Fazenda Rio Grande e Guarapuava. **Campo Largo:** plano de inverno – não; existe acolhimento - sim; demanda reprimida – não; abordabem diurna – sim; abordagem noturna – não; recusas – sim; cadúnico – sim; alimentação – sim. **Cascavel**: cadastro único resposta ofício - 309 famílias em situação de rua cadastradas; relatório Neiva Hack - 325 famílias em situação de rua cadastradas; plano de inverno – sim acolhimento – sim demanda reprimida - sim; abordagem diurna – sim; abordagem noturna – sim; recusas – sim; monitoramento cadúnico – sim. **Colombo:** cadastro único resposta ofício - não informou; relatório Neiva Hack - 76 famílias em situação de rua cadastradas; plano de inverno – sim; operação de inverno acolhimento – sim; demanda reprimida – não; abordagem diurna –sim; abordagem noturna – sim; recusas – sim, alimentação – sim. **Fazenda Rio Grande**: cadastro único resposta ofício - não informou; relatorio Neiva Hack - 55 famílias em situação de rua cadastradas; plano de inverno – não informado; acolhimento – sim; demanda reprimida – não informado; abordagem diurna - não informado; abordagem noturna - não informado; recusas - não informado; cadúnico - não informado; alimentação – sim. **Foz do Iguaçu:** cadastro único resposta ofício - 22 famílias em situação de rua cadastradas; plano de inverno – sim; acolhimento - sim; demanda reprimida – não; abordagem diurna – sim; abordagem noturna – sim; recusas – sim; cadúnico – sim; alimentação – não; **Guarapuava:** cadastro único resposta ofício - 80 famílias em situação de rua cadastradas; relatório Neiva Hack - não informou; plano de inverno - não informado; acolhimento – sim; demanda reprimida – não informado; abordagem diurna – sim; abordagem noturna – sim; recusas – sim; cadúnico – sim; alimentação – sim. **Londrina:** cadastro único resposta ofício - 936 pessoas em situação de rua; pesquisa realizada pela 24ª promotoria , universidades e prefeitura municupal de Londrina - 50% no cadúnico; relatório Neiva Hack – 650; plano de inverno – sim; "noite fria' acolhimento – sim; demanda reprimida – não; abordagem diurna –sim; abordagem noturna – sim; recusas - não informado; cadúnico – sim; alimentação – não informado. **Maringá:** cadastro único resposta ofício - 595 famílias em situação de rua cadastradas; relatório Neiva Hack - 460 famílias em situação de rua; plano de inverno- sim; acolhimento- sim; demanda reprimida - não informado; adordagem diurna –sim; abordagem noturna – sim; recusas – sim; cadúnico – sim; alimentação - sim. **Pinhais:** cadastro-único resposta ofício - 84 famílias em situação de rua; relatório Neiva Hack - 83famílias em situaçao de rua cadastradas; plano de Inverno – não; acolhimento – sim; demanda reprimida – não; abordagem diurna – sim; abordagem noturna – sim; recusas – sim; monitoramento cadúnico – sim; alimentação – sim. **Ponta Grossa:** cadastro-único resposta ofício - 303 famílias em situação de rua cadastradas; relatório Neiva Hack - 312 |

| | | |
|---|---|---|
| | | famílias em situação de rua cadastradas; plano de inverno – sim; acolhimento – sim; demanda reprimida - não informado; abordagem diurna – sim; abordagem noturna – sim; recusa – sim; cadúnico – sim; alimentação – sim. **São José dos Pinhais:** cadastro-único resposta ofício - 224 famílias em situação de rua cadastradas; relatório Neiva Hack - 282 famílias em situação de rua cadastradas; plano de inverno – sim; acolhimento – sim; demanda reprimida – Não; abordagem diurna – sim; abordagem noturna – sim; recusas – sim; cadúnico – sim; alimentação – sim. **Umuarama:** cadastro-única resposta ofício – 190 famílias em situação de rua cadastradas; plano de inverno - não informado; acolhimento – sim; demanda reprimida – não; abordagem diurna – sim; abordagem noturna – sim; recusas – sim; cadúnico – sim; alimentação – sim. Na sequência os dados do Cadastro Único dos municípios que não responderam o ofício. **Almirante Tamandaré:** relatório Neiva Hack – não informado. **Curitiba:** relatório Neiva Hack – 2.343 famílias em situação de rua cadastradas. **Araucária:** relatório Neiva Hack - 124 famílias em situação de rua cadastradas. **Piraquara**- relatório Neiva Hacck - 53 famílias em situação de rua cadastradas. Sobre os dados acima fornecidos citados, foram feitos alguns questionamentos e sugestões pelos presentes na reunião: sobre a segurança alimentar, pergunta-se quantas refeições são oferecidas e porque recusam atendimentos? Tenente Azollini pergunta quais sugestões que Julia daria, ou se fariam um ofício sobre especificação da segurança alimentar, demanda reprimida, recusas de atendimentos? Questionar porque não querem sair das ruas, qual o problema? talvez usar um método indutivo usando o exemplo das ações que são feitas em Londrina. Foi comentado sobre a necessidade em ter um transporte para devolver os moradores que vão para os Centros Pops, no seu local no outro dia de manhã, para eles não perderem seus pontos. Encaminhar ofício para o Direitos Humanos intervir e também para Prefeitura de Curitiba sobre a necessidade do transporte. Encaminhar para os membros cópias dos ofícios e apresentação da Dra. Neiva Hack. |
| | 78. Boletim de ocorrência – Atualização do procedimento - Solicitação da casa da Acolhida. | Amelinha apresentou as atualizações do boletim de ocorrências e as providências que foram tomadas sobre o Ofício 024/2019 Ciamprua PR- Protocolo 16.152.085-3 foi encaminhada do Comitê a solicitação da Casa de acolhida São José pedindo que as pessoas de rua sejam atendidas de forma presencial pelo Instituto identificação fls 02ª 04. Preliminarmente encaminhou-se ao DPC via A, para análise e manifestação, devendo apresentar resposta diretamente a origem (Coordenadoria do Ciamp) – Após arquive-se, em 22/10/2019, por Marcia Tavares dos Santos (Chefe de Gabinete). Encaminhamento dado ao Departamento da Polícia Civil para conhecimento e manifestação, respondendo diretamente ao requisitante, juntando cópia do ofício e resposta e comprovante de envio de expediente à Vinicius Augustus de Carvalho –Delegado de Polícia. Em 22/10/2019. Após Houve o despacho 4239/2019 de 23/10/2019 com o referido protocolo mencionando o ofício 24/2019 que gerou o Protocolo 2019.082742.000; que de ordem encaminhou-se a DPCA/DPC para conhecimento e manifestação, com envio diretamente ao solicitante, anexando comprovante a este. Após, retorna-se a este. Por Sr.Alisson P. de Souza |

| | | |
|---|---|---|
| | | - Delegado de Polícia / Secretaria Executiva, em 23/10/2019. Atualmente o Protocolo está no DPC/DPCAP para providência, enviado por Livio Melani Junior para providências. Estamos aguardando retorno. Ficou acordado com os membros que será enviado um ofício Convite para o Instituto de Identificação para vir na próxima reunião prestar esclarecimentos e o que pode ser feito para a solução desse problema. Major Micrute falou que deixaram pessoas a disposição por alguns meses, para atenderem a população de rua, mas não houve nenhum procura. Fazer também um 2°ofício ao secretário Ney Leprevost para levar o Instituto aparelhado para fazer as identidades, nos eventos dos Bairros, e não só agendamento, dando prioridade a População de Rua, pois sem o RG fica difícil até para fazer o senso da população de rua. Não é simples, um pouco trabalhoso. O Sr. Eliseu falou que é dificultoso para qualquer cidadão fazer, para a população de rua é muito pior. |
| | 79. Questões relacionadas a procedimentos para realizar Denúncia. | Dentro do assunto realacionado aos procedimentos para realizar uma denúncia, foi comentado sobre a atitude que um certo policial Militar, onde usou de truculência, juntamente com a guarda municipal, jogando os pertences e documentos dos moradores de rua no caminhão da cavo. Major Micrute e Tenente Azolini pediram para que enviassem os dados, com dia, hora, o carro, e o nome do policial que estão abusando de sua autoridade. Foi comentado que desde a reunião anterior os manifestantes ficaram de enviar por escrito a denúncia ao e-mail do CIAMP, mas não enviaram. Neste momento novamente ficaram de enviar os dados por email para o Ciamp, pois sem os mesmos não será possível fazer a denúncia com os devidos encaminhamentos via protocolo digital. Major e o Tenente disseram que assim que for precedida a denúncia com os dados corretos, o caso será levado à corregedoria. O mesmo explica sobre os possíveis encaminhamentos de pois disso: que será apurada minuciosamente, será feito IPM – Inquérito Policial Militar, com apuração dos fatos minuciosamente para ver se foi crime. Ressaltou que se deve oficializar a denúncia. Irene fala que eles não dão importância as denúncias feitas por moradores de rua. Major Micrute diz que no Paraná, é dada a devida importância através de inquérito policial. Irene ficou responsável de oficializar a denúncia. Major Micrute disse que não se deve ter medo, se teve o direito violado, deve ser denunciado. Eliseu fala que a pessoa que está na calçada não se sente á vontade para fazer a denúncia. Major Micrute disse que só uma simples denuncia já depõem contra o policial; deve-se fazer tantas quantas for necessário, isso depõem muito contra esse policial. Esse policial chamado por seu superior, será devidamente punido, sem exceção. Tem batalhão de área, é aberto procedimento, o policial vai para entrevista, para psicólogoo, é transferido, e se não resolver, vai para o Ministério Público, mas geralmente a denúncia local resolve. Entretanto a denúncia deve ser formal, através de email e não pode ser por whatts. Irene fala que são policiais de alto escalão; Major Micrute contestando explica que não existe grau, ele é um policial, e não pode usar de autoridade para coagir os cidadãos. Elizeu falou que eles podem ser perseguidos, por isso sentem-se receosos de denunciar. Major Micrute torna a explicar, dizendo que o policial não é louco de ter uma nova denúncia sobre o seu comportamento. Pois eles serão chamados |

| | | |
|---|---|---|
| | | por seus superiores, área, batalhão, eles têm poder disciplinar sobre os soldados, é feito procedimento, ouvem os envolvidos, e vai para a corregedoria, se não resolver vai para o Ministério Público, mas normalmente é resolvido no local. Major garante, pois ele está há 30 anos na polícia e todos os casos são apurados e resolvidos. Tenente Azolini fala que o comitê pode cobrar da polícia. Mas que deve ser aberta a primeira denúncia, pois se isso não acontecer nunca saberão, inclusive sobre guardas municipais. Tudo isso deve ser investigado, quem mandou, o que estava ocorrendo. A Julia e o Vitor comprometeram-se de fazer um dossiê sobre denúncias e as providências tomadas. Major Micrute, comenta que esse ano só houve uma denúncia. Tenente Azolin disse que todas as denúncias estão na memória das reuniões do Comitê, sendo feitos os devidos encaminhamentos. Julia e o Vitor farão uma tabela com encaminhamentos e soluções. O protocolo é aberto por conta da denúncia, os membros podem ficar sabendo dos trâmites que estão dados. Se não for sigiloso pode ser verificado. |
| | 80. Tolerância para início das reuniões. | Jaqueline da Casa da Acolhida São José, chegou mais tarde e queria se inteirar do assunto. Pedimos para olhar o protocolo impresso pois a pauta solicitada por ela já havia sido debatida. Teremos que nos organizar com os horários de reunião pois começamos com 25 minutos de tolerância, sendo que o correto é de 15 minutos. |
| | 81. Ler e avaliar o artigo 25 do regimento interno do CIAMP Rua PR | Amélia inicia o assunto lembrando sobre as atitudes de membros do comitê com seus colegas faltando com respeito, com grosserias, essas atitudes foram debatidas e repudiadas por todos, o regimento no capítulo IX art.25 diz: Será desligado do Comitê o membro que descumprir reiteradamente as normas deste Regimento Interno ou que tiver sido condenado por decisão transitada em julgado pela prática de qualquer ato que se revele incompatível com o exercício de sua função desempenhada. Sendo que em ocasiões diferentes a mesma pessoa e antes disso outra pessoa, foram extremamente grosseiras com outras pessoas do comitê em outros momentos. Foi falado também do artigo 23, sobre 3 faltas consecutivas ou 5 alternadas sem justificativa será substituído por outra entidade. E sobre a Dulce estar se retirando do comitê por ter sido desrespeitada por alguns membros. Como explicado no início da reunião, a técnica Dulce Darolt ficará responsável pela coordenação da Política da População em Situação de Rua e a Amélia Allessi ficará responsável pelo Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População em Situação de rua. Irene comentou que infelizmente as mencionadas pessoas que tiveram comportamento inadequado não estão ali para se explicarem. O Eliseu deu sua opinião dizendo que um desses membros que praticou essa última grosseria é uma pessoa muito grosseira com todos. Sra. Antonia e alguns outros acharam precipitada a atitude da Dulce ter acabado com o grupo do Watts, entendem que não foi justo com os outros membros do comitê que não cometeram grosserias. Major Micrute é de opinião que o grupo é saudável, tirando a grosseria, |

| | | |
|---|---|---|
| | | e que todos gostam de serem parte, independente do caso acontecido o grupo deve ser recriado e o whats deve ser usado somente para correspondências úteis. |
| | 82. Cronometrar o tempo de fala de cada membro | Para agilizar a reunião ficou decidido que as falas de cada membro não deverão passar de 15 minutos quando tiver apresentação de dados, podendo ter mais 10 minutos para questionamentos. |
| | 83. Acompanhamento das Políticas para a POPRUA. | 1. O Comitê solicita para que seja recriado o grupo de Whats do Ciamp rua PR – Esta solicitação ficou de ser avaliada pela coordenação da Política, já que os aparelhos celulares são particulares, e que não existe nenhuma obrigatoriedade quanto ao uso deste para fins do trabalho institucional.<br>2. O Comitê solicita que todos os informes sejam enviados por email para os membros. - Aprovado.<br>3. Antônia da Pastoral informa que o Sr. Leandro da Pastoral não está mais no Ciamp, será substituído, e possivelmente ficarão a Antonia e a Maria Luiza. Foi-lhes informado que deverão enviar oficio para regularizar a situação.<br>4. Vanessa do INRUA informou como reflexão para o grupo que um morador de rua custa R$3.300 por mês para o Estado, e a moradia primeiro custa R$ 1.000,000.<br>5. Foi solicitado para colocar em pauta para próxima reunião de fevereiro de 2020: 1°- Banheiros públicos; 2°- Transporte social; 3°- Moradias primeira;<br>6. Próxima reunião ficará para a segunda terça-feira de fevereiro de 2020.<br>7. Sra. Irene informa que haverá o 2° seminário de Serviço Social de Direitos Humanos dia 13/12/2019, horário 08:30 às 22:00h no CREAS, da rua João Negrão. |
| **Seminário realizado em Brasília 03 e 04 de dezembro de 2019** | 84. Participação no Primeiro Seminário Internacional de Moradia Primeiro para a População em Situação de Rua. | A técnica Dulce Darolt da Secretaria da Justiça, Família e Trabalho - SEJUF, representou o Estado do Paraná bem como a Coordenação da Política para a População em Situação de Rua e o CIAMP Rua/PR, no Primeiro Seminário Internacional de Moradia Primeiro para a População em Situação de Rua. Foram dois dias de seminário, com a participação de diversos Estados Brasileiros. Segue a lista dos palestrantes convidados e as mesas de discussão formadas. Estes palestrantes formaram a Mesa 1 – Dez anos de Política Nacional para a População em Situação de Rua: do assistêncialísmo ao direito à moradia – coordenação de Francisco Nascimento: Cristina Bove (Pastoral do Povo da Rua); Samuel Rodrigues (Movimento Nacional da População em Situação de Rua – MNPR); Bárbara Cavalcante (Ministério da Cidadania); e Carlos Ricardo (Coordenação do CIAMP Rua Nacional). Estes palestrantes formaram a Mesa 2 – Diálogos Setoriais: Experiências de acesso da população em situação de rua à moradia no Brasil e na Europa – coordenação de Carlos Ricardo: Marina Moreto ( Perita do Diálogos Setoriais no Brasil); e Tereza |

| | | |
|---|---|---|
| | | Duarte ( Perita do Diálogos Setoriais da Europa). Estes palestrantes formaram a Mesa 3 – Projetos Piloto de Housing First na América Latina: Moradia Primeiro em Curitiba e Porto Alegre e Vivienda Primeiro no Chile – coordenação: Rosana Monteiro: Tomás Gomes (Instituto Nacional de Direitos Humanos da População em Situação de Rua – INRUA); Natan Katz (Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e representante da Prefeitura Municipal de Porto Alegre); e Karinna Soto (Ministério de Desenvolvimento Social e Família, do Chile). Estes palestrantes formaram a Mesa 4 – coordenação de Bárbara Cavalcante: Vanessa Cenjor Del Rey (Fundacion Hogar SÍ, da Espanha); José Ornelas – (Instituto Universitário - ISPA e Associação para Estudo e Integração Psicossocial – AEIPS, de Portugal). O Seminário foi parte das ações de cooperação internacional entre Brasil e União Europeia no Projeto Diálogos Setoriais com vistas à troca de experiências e desdobramento da visita técnica realizada no mês de setembro de 2019 por representantes do Governo brasileiro a Portugal e Espanha para conhecer a implementação de experiências de Housing First. Foram apresentados no Seminário, os relatos sobre a implementação do Housing First na União Europeia com a apresentação das ONGs Fundación Hogar Sí e Associação para o Estudo e Integração Pssicossocial (AEIPS) e os relatos de experiências Latino-americanas desenvolvidas no Chile (vivienda Primeiro) e no Brasil (INRUA e Prefeitura de Porto Alegre). |
| | | |

**Responsabilidade dos dados: PPOPRUA e CIAMP Rua/PR**
**Comitê Gestor Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento**
**da Política para a população em Situação de Rua;**
**Política para a População em Situação de Rua;**
**Período: 01/01/2019 à 31/12/2019**